

O lugar e a Quinta de Vila Meã,
do território ao edificado. Ideias para uma intervenção.

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
2015/2016

João Pedro Candeias Gomes Maciel Meira

Orientação

Prof. Dr^a. Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira

Prof. Dr. José Manuel Gaspar Teixeira Soares

Agradecimentos

À Professora Doutora Marta Oliveira, um enorme agradecimento pela constante disponibilidade e minucioso apoio,

Ao Professor Doutor José Manuel Soares, pela total disponibilidade e pelo seguro acompanhamento,

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Santos, que me concedeu o acesso à Casa de Vila Meã para a realização dos levantamentos, e que sempre se mostrou totalmente disponível para conversar - agradeço a ajuda e colaboração;

À Dr^a Sónia Castro, da Junta de Freguesia de Campanhã, que esteve presente no início do processo e se disponibilizou para qualquer auxílio,

Aos Srs. José Neves e José Rocha, formadores do IIEFP, ao Sr. José Alberto, da Junta de Freguesia de Campanhã, que sempre amavelmente me abriram as portas da Casa, me receberam e acompanharam quando precisei,

A todos os trabalhadores da obra, ao abrigo do programa do IIEFP, que durante o processo me foram ajudando de alguma forma,

À Arquitecta Domingas Vasconcelos e à Dr^a Maria Amélia Silveira, do Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, pela amabilidade com que me receberam e prontamente me cederam importantes documentos,

Ao Sr. António Quintino Monteiro, descendente dos últimos proprietários da Quinta, que gentilmente me guiou numa visita à Casa, recorrendo às memórias das suas vivências, e que me cedeu alguns documentos de grande relevância,

A todos os sócios e membros da Associação Movimento Terra Solta, em particular ao Nuno Moutinho e à Patrícia Neto, que me receberam nesta sua casa, deixando-me as portas sempre abertas e tendo sempre uma palavra ou gesto de apoio e amizade - agradeço a hospitalidade e aplaudo o trabalho que têm desenvolvido,

Aos meus amigos, mais ou menos presentes, mais ou menos perto, por sempre terem sorrisos e palavras positivas, com que me presenteiam,

Ao Orlando, pelo companheirismo, constância, paciência e imensurável ajuda, sempre,

Aos meus pais, que me guiam e me apoiam, incondicionalmente, sempre,

À minha irmã, que me faz rir como ninguém, sempre,

À Joana, que está e esteve presente, sempre,

Aos meus avós, Lili, Irene, Zé, e em memória do meu avô Meira - tenho-vos comigo, ter-vos-ei para sempre.

Notas introdutórias

Num momento transitório, após um longo e quase findo percurso académico, e depois de experienciar um período de estudo em Paris, surge uma vontade e quase necessidade de me conectar com a arquitectura portuguesa, em especial com o contexto da minha cidade natal, o Porto.

Procurei para objecto de reflexão da dissertação um tema que me fosse mais ou menos familiar, e que poderia oscilar entre problemáticas do território, abrangentes, até à observação e registo de um edifício de características especiais - enfim, um tema que se enquadrasse no espaço e na arquitectura portugueses, e que carecesse de estudos aprofundados.

Eis que surge uma oportunidade de estudo: um caso que concilia a observação e registo de um edifício com a análise e proposta de resolução de um difícil enquadramento urbano: a casa da antiga Quinta de Vila Meã, também conhecida como Quinta do Mitra, em Campanhã.

O encanto do edifício, com uma dimensão considerável, embora bastante sóbrio, foi reforçado pela capela que se ergue num dos seus topos, sobranceira ao gigante nó da Via de Cintura Interna. Quase engolida pelo viaduto de grande envergadura, e pelo alto muro das vias férreas, esta antiga casa parece ter escapado ilesa, quase esquecida, sendo o testemunho de uma antiquíssima realidade, que hoje não se reconhece naquele local. Seria esta uma grande casa de lavoura, casa-mãe de um vasto recinto onde pastos e cultivos davam o sustento às gentes.

O interesse deste objecto de estudo não reside apenas no próprio edifício, cujo sóbrio desenho contém relevantes subtilezas, pontuado por interessantes detalhes de expressão barroca. Reside igualmente na compreensão da paisagem que compunha e integrava, e na complexa situação urbana que em seu redor se desenvolveu, e que viria ditar o seu abandono, em último caso a sua ruína ou demolição.

Depois de ter escapado à gigante V.C.I. e ao seu traçado, e depois de dada ao abandono, a Quinta de Vila Meã (ou do Mitra) ficou sempre na memória de Campanhã. Embora encurralada, teve finalmente uma oportunidade de reviver, tendo sido transformada em Quinta Pedagógica do Mitra, desde 2011,

pela Associação Movimento Terra Solta, que voluntariamente a recuperou.

O verdadeiro interesse do caso de estudo reside na imprevisibilidade e na oportunidade; reside no legado histórico e na(s) hipótese(s) para escrever nova história. Reside no sopro de alívio por ter resistido à voracidade do século XX e no contentamento de ver que valeu a pena resistir.

O presente trabalho foi pensado de forma a poder contar uma história, breve, desde a fundação dos primeiros aglomerados em Campanhã, até aos últimos eventos do seu desenvolvimento urbano; de forma a poder registar e mostrar a Casa que sobreviveu e o todo a que outrora pertencera.

Para a realização do trabalho foi essencial, em primeiro lugar, uma rápida abordagem e levantamento do edifício: em simultâneo com o interesse neste objecto de estudo e com os primeiros passos no seu registo, arrancara um processo de recuperação da casa pela Junta de Freguesia de Campanhã, pelo que em poucas semanas e durante as obras que decorriam, o levantamento acompanhou as transformações que rapidamente aconteciam.

De igual forma se impôs uma necessária abordagem ao território em que se inseria a Quinta, de modo a compreender o seu desenvolvimento e os factores que trouxeram o abandono e decadência à Casa.

Por fim, o trabalho foi pensado de forma a poder produzir uma hipótese de projecto, informada pelos estudos levados a cabo, e enriquecida pelas re-apropriações que têm vindo a acontecer, que devolva sentido, coesão e integração à Casa, à memória da Quinta e às dinâmicas das pessoas naquele território - território esse que deverá ser, a nosso entender, hoje, objecto de reflexões para melhor se relacionar com a envolvente e suavizar os factores da sua marginalização.

Índice

Resumo	8
Abstract	9

Parte I

Porto, Campanhã, Vila Meã - génese e desenvolvimento.

1. Enquadramento - tempo(s) e espaço

1.1. Formação do couto do Porto: organização e agrupamento de aglomerados de fundações primitivas. Dinâmicas no território: fixações e mobilidades, da cultura castreja à Idade Média.	12
1.2. Formação de uma paisagem agrícola no aro da cidade do Porto durante a Idade Média. Primeiras referências a Vila Meã.	19
1.3. Consolidação de um território rural até ao século XVIII. Materialização e reflexo do poder senhorial e religioso no território.	26
1.4. Reflexos do desenvolvimento e industrialização no território rural de Campanhã.	36

2. A Quinta ou Casal de Vila Meã

2.1. O recinto da quinta: localização, extensão, caminhos e acessos	42
2.2. A casa e a propriedade	50
2.3. Aspectos e detalhes do desenho da casa. Elementos qualificadores do edifício. Um olhar sobre outras “casas dos arredores do Porto”	86

Da contextualização do espaço e do tempo, da análise do conjunto e do edifício	108
---	-----

Parte II:

Processos de mutação em Campanhã e Vila Meã - território, lugar, quinta e casa

1. Expropriações do século XX. Factores de decadência e oportunidades para sobrevivência. 112

2. Re-apropriações da Casa de Vila Meã no século XXI

2.1. A Associação Movimento Terra Solta 124

2.2. Intervenções da Junta de Freguesia de Campanhã 128

3. Reflexões para um novo uso da casa e do território

3.1. O Concurso para o “Terminal Intermodal de Campanhã” 134

3.2. Pressupostos para uma ideia de projecto 136

3.3. Ideias para uma intervenção

3.3.1. Intervenção na Casa 139

3.3.2. Intervenção no território 148

Bibliografia 168

Anexos

Alguns desenhos de levantamento do edifício 171

Sala, carpintarias e guarnições 172

Cozinha 178

Quartos, janelas de assento 181

Escadaria oeste, pátio norte 183

Escadaria e pátio sudoeste 185

Cavalariça e antigo lagar 188

Fachada Sudoeste e capela 190

Resumo

A Casa da antiga Quinta de Vila Meã, na freguesia de Campanhã, no Porto, é o objecto de estudo da presente dissertação.

Com centenas de anos de história, a casa que hoje se encontra, na rua do Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto, nº 403, parece não pertencer àquele lugar. O lugar de Vila Meã, antigo sítio de remota fundação rural, hoje não se reconhece, cruzado e dissimulado por viadutos e linhas férreas de uma urbanidade contemporânea.

Tendo escapado ilesa ao traçado da grande Via de Cintura Interna, a casa subsistiu, caindo logo então num esquecimento que tardou a ser quebrado. Recentemente, a Casa de Vila Meã conheceu um renascimento, acolhendo desde há cinco anos um conjunto de pessoas com projectos comunitários, promovendo um auxílio às populações carenciadas de Campanhã.

Em 2015, inicia também um processo de restauro do edifício, promovido pela Junta de Freguesia de Campanhã.

Será aspiração deste trabalho estudar a Casa, a antiga Quinta e o território envolvente, recuando no tempo através de breves representações da sua composição, de forma a informar um gesto de projecto que, mais do que propor uma solução definitiva para o edifício, pretende levantar hipóteses para a sua melhor integração num lugar tão incoerente e desqualificado. Com isto, finalmente, lançar ideias para novas formas de aproveitar e vivenciar o território de Campanhã, que importará hoje repensar e solucionar.

Abstract

The house of the ancient Farm of Vila Meã, in the parish of Campanhã, in Porto, is the object of study of the present dissertation.

With hundreds of years of history, the house with the nr. 403 that is today found, in Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto street, does not seem to belong to that place. The place of Vila Meã, ancient site of rural foundation, is today not recognizable, for being crossed and dissimulated by overpasses and railway lines of a contemporary urbanity.

Having escaped unscathed to the Via de Cintura Interna highway, the house has subsisted, falling immediately into oblivion - which up until very recently was unbroken.

The house of Vila Meã has recently encountered a renaissance, hosting since five years ago a group of people with communitary projects, promoting the aid to the socially needy people of the parish.

Meanwhile, a process of restoration of the building has started, in 2015, promoted by the Parish Council of Campanhã.

The aspiration of this work is to study the House, the ancient Farm and the surrounding territory, going back in time through brief representations of its composition, in order to inform a project that aims for more than just a definitive solution for the building, intending to bring up possibilities for its better integration in such an incoherent and disqualified environment.

Then, the work makes way with new ideas to rethink and change the urban landscape of Campanhã, which urges solutions and qualification.

Parte I

Porto, Campanhã, Vila Meã - génese e desenvolvimento

1. Enquadramento - tempo(s) e espaço

De um conjunto de elementos que davam corpo a uma identidade do sítio de Vila Meã, apenas a permanência da casa da Quinta, até hoje, se consagra como marco e memória da existência daquele lugar, de uma determinada dinâmica do homem no território, de um esquema socio-económico específico e de uma paisagem que, outrora rural, deu lugar a um cenário urbano complexo, em profunda alteração desde o final do século XIX. Sendo este o objecto de estudo que motiva as reflexões do presente trabalho, e dada como problema a sua situação urbana complexa e constrangedora, torna-se fundamental para a procura de uma solução, em primeiro lugar, a compreensão da construção daquele lugar de Vila Meã, da quinta e da progressiva apropriação daquele território.

Para tal entendimento, procura-se um breve apontamento da formação do território do Porto, em particular do seu centro e do desenvolvimento da parte da actual freguesia de Campanhã, dando atenção aos elementos e estruturas que terão sido a base/matriz para o longo desenvolvimento dos processos de urbanização.

A génese de Vila Meã, lugar e quinta, esteve inserida num cenário de periferia rural e será no contexto da consolidação da cidade do Porto medieval e do estabelecimento e desenvolvimento do território do seu couto/termo que a deveremos enquadrar.

1.1. Formação do couto do Porto: organização e agrupamento de aglomerados de fundações primitivas. Dinâmicas no território: fixações e mobilidades, da cultura castreja à Idade Média.

Recuando ao período medieval, observe-se uma cartografia do território em análise. Sobreponha-se à topografia e aos cursos de água o desenho formulado por Rogério de Azevedo, representando o traçado esquemático dos limites do couto do Porto, estabelecidos por D. Teresa na sua carta de doação ao bispo do Porto, D. Hugo, em 1120, bem como as posteriores ampliações consagradas por D. Afonso Henriques, e a sua confrontação com o couto de Cedofeita.¹ Conjugando-se com o traçado das muralhas da cidade (as primitivas, anteriores à fundação da monarquia, e as medievais, do século XIV), este registo atesta o desenvolvimento do núcleo urbano do Porto, cuja importância vinha a ser reforçada como ponto estratégico nos séculos IX e X, desde o período da Reconquista cristã², e testemunha o lançamento da organização do território envolvente, que pertenceria agora à sua jurisdição - ao seu termo - consolidando o Couto Episcopal do Porto e servindo de matriz para os processos de urbanização até à modernidade.

Da identificação e tentativa de localização dos sítios descritos na carta de doação, definindo o perímetro da área coutada, foi apontado o desenho aproximado dos seus limites. De entre os topónimos enumerados, alguns reconhecem e testemunham vestígios de uma ocupação do território referente ao período megalítico, com maior expressão naquela zona oriental limítrofe do couto – “Petras fixiles”, “Arca de Samigosa”, “Mamoa Petrosa”.³

Identificam-se e acrescentam-se à leitura e composição desta cartografia um conjunto de outros elementos que terão estado na origem da organização e ocupação primitivas deste território, que agora se organizava politicamente, da ordem da fixação de pessoas e da mobilidade e relação com

1 RAMOS (dir.), 1995, p. 166.

2 DOMINGUES, NONNEL, TAVARES, in GUARDIÁ (dir.), 1994-96, p. 128.

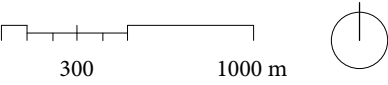
3 RAMOS (dir.), 1995, p. 63.



1. Fixações e mobilidades: Porto e arredores, desde a cultura castreja até à Idade Média - com base nos traçados esquemáticos de Rogério de Azevedo.

Legenda:

- Limites do Couto do Porto (1120) ———
- Ampliações ao Couto do Porto - - - - -
- Couto de Cedofeita ———
- Muralha primitiva - - - - -
- Muralha “Fernandinda” ———
- Povoações castrejas
- Lugares
- Paróquias medievais



outros aglomerados, numa escala variável de proximidade (desde o período da ocupação castreja, até à romanização e ocupação sueva).

Dentro dos limites dos novos coutos do Porto e de Cedofeita, verifica-se a abrangência de zonas de antiga ocupação humana, testemunhada pela existência de três importantes castros: *Cale* (no Morro da Sé, que terá dado origem ao núcleo urbano do Porto, em afirmação e consolidação no período medieval), um possível aglomerado em *Cristelo* (em Massarelos) e *Noeda* (em Campanhã)⁴, todos estes sobranceiros ao rio Douro, correspondendo a um significativo gesto de domínio e apropriação territorial. Acrescenta-se à leitura, embora fora das zonas coutadas, o castro de Gondomar, Monte Crasto, e dois núcleos em Vila Nova de Gaia, Castelo de Gaia e Oliveira do Douro, formando uma rede de referências, povoamento e pontos estratégicos defensivos sobranceiros a esta zona do vale do Douro, já próximo da sua embocadura. O couto do Porto estende-se desde o Morro da Sé até oriente, a Noeda, limitado nesse local pelo ribeiro afluente ao rio Tinto, que contorna a elevação de Noeda, e a poente pelo rio da Vila (ou *canal maior*). A zona de Cristelo é anexada ao couto de Cedofeita, cuja fronteira com o do Porto é consagrada por aquele rio.

A definição da área coutada abrangendo estes dois núcleos castrejos parece deter algum significado, atribuindo-lhes uma certa relevância. O primeiro, como centro urbano, político e religioso, de importância reafirmada no período suevo, mas que teria já sido, no período da romanização, um importante ponto estratégico na fronteira da província da Galécia, à qual pertencia; o segundo, Noeda, um pouco distante da “urbanidade” que se (re) construía desde há séculos, que se presume consagrar um sítio com alguma distinção, ora estratégica, defensiva e referencial, ora económica,⁵ constituindo

4 *Na Idade do Ferro, as populações parecem privilegiar o cimo dos montes, sendo bem verosímil a ocupação do Castro de Noeda, dominando a confluência dos rios Tinto e Torto com o Douro, e possivelmente em articulação com outros castros próximos, como Gondomar, Oliveira do Douro e o Morro da Sé*, in MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, p. 18.

5 *C. A. Ferreira de Almeida chama a atenção para a sobrevivência dos*

um núcleo castrejo num contexto eminentemente rural.

Durante o período de ocupação romana, a apropriação dos lugares habitados dá-se através de um lento processo de adaptação de estruturas preexistentes, a par da implementação de novas formas de exploração do território, pela fundação de propriedades agrícolas – “*villae*” - que vêm a definir a organização e o parcelamento dos terrenos e uma malha de vias e caminhos, cuja herança terá persistido até à Idade Média. Neste contexto, surgem referências a uma “*villa Campaniana*”⁶, uma propriedade agrícola de grandes dimensões, cujo domínio territorial e cujos registos chegam até ao período medieval, e que estará na base da fundação de um mosteiro – o mosteiro de Santa Maria de Campanhã⁷ - de que se tem notícia a partir de 1058. O topónimo Campanhã terá a sua origem na fundação e denominação dessa propriedade, “*villa campaniana*”, do período romano, localizada *sob o castro de Gondomar, rio de Campanhã, território de Portugal*.⁸

Posteriores ao período de soberania do Império Romano, e como resultado e marca das invasões bárbaras e implementação dos reinos Suevo e Visigótico, surgem ainda topónimos, no território de Campanhã, que remontam a esse período: Contumil e Godim – povoados que se verificam, talvez reflectindo alguma importância, integrados na área do couto do Porto de 1120.⁹

Acompanhando o crescimento do povoado da cidade do Porto, importa saber algumas referências ao surgimento e desenvolvimento de pequenas povoações rurais periféricas e dispersas, que terão sido, séculos mais tarde, anexadas ao seu couto e termo, e que terão na sua origem a fundação de

castros na Alta Idade Média, não apenas na função de referência espacial, mas persistindo mesmo na função defensiva e organizadora das populações., in MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, p.22.

6 RAMOS (dir.), 1995, p. 93.

7 MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, p. 27.

8 Idem, p. 24.

9 *A implantação romana permanece através do topónimo “Campanhã; “Contumil” e “Godim”, topónimos de raiz germânica (...), trazem até nós memória dos domínios suevo e visigodo.*, in idem, p. 18.

pequenos mosteiros ou ermidas – elementos centrais na sua organização e na sua subsistência. Em particular, e além do já referido Mosteiro de Santa Maria de Campanhã, refiram-se: “*Aldoar (944) (...), Cedofeita (1087), Lordelo (1098), Miragaia (1120), Paranhos (1123) y São João da Foz (1145)*”¹⁰.

Determinantes para o entendimento das deslocações no território, dos movimentos de inter-relação de pessoas entre os aglomerados assinalados e numa escala mais alargada são as vias ou estradas, possivelmente já usadas antes da romanização. Em particular, importará saber a estrada que ligava a Braga, um “*itinerário principal que teria estação no sopé do Castro de Cale (...) em direcção a Bracara Augusta*”, e, numa maior proximidade com a área de estudo, a estrada que ligava a Trás-os-Montes, *cujo traçado terá permanecido ao longo dos séculos, aparecendo-nos documentado na Idade Média e coincidindo já com o traçado da actual Estrada de Valongo. Seria esse caminho antigo, possivelmente já utilizado pelos romanos, limite das “villae” ou grandes propriedades agrícolas que existiam em Campanhã*.¹¹

Denominada de Estrada de Valongo, ou “do Pão”, ou de Penafiel, ou de Trás-os-Montes, é citada como importante via, ligando o Porto com os locais que lhe dão o nome, assumindo-se como eixo de comunicação entre o urbano e o rural oriental, consolidando e organizando um eixo em torno do qual o edificado se concentra, expandindo-se e irradiando do núcleo da cidade. Dela se ramificam outros caminhos e vias que, ao longo do tempo, estruturam e propiciam o surgimento de novos povoamentos rurais. Note-se, em particular, uma bifurcação, dando origem a um caminho que desce para o vale de Campanhã, passando no local onde se encontra a Igreja de Campanhã, pelo lugar de Azevedo, voltando a ganhar altitude e entrando no território de Gondomar, passando no lugares de Cabanas, possivelmente articulando com

10 “*Fue entonces cuando el poblamiento disperso se organizó en una densa red de villas rurales, al abrigo de pequeñas ermitas o monasterios cuya existencia está documentada desde el siglo X: (...)*”; “*Monasterios y pequeñas ermitas son elementos centrales del poblamiento que con la red de caminos estructuran el territorio*”, in DOMINGUES, NONNEL, TAVARES, 1994-96, p. 128.

11 MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, p. 24.

Fânzeres, e voltando a juntar-se àquela Estrada no lugar de Vale de Ferreiros, já próximo de Valongo.¹² Além destes caminhos, será também de assinalar um terceiro, que, partindo de Santo Ildefonso, desceria ao Esteiro de Campanhã, junto a Noeda, com destino a S. Cosme (Gondomar) e Entre-os-Rios, a chamada Estrada de Campanhã:

*[Da] futura Praça da Batalha, partia a (...) estrada que se dirigia ao interior da Península Ibérica (...). A estrada em questão, cujas origens remotas são impossíveis de datar, teria um percurso inicial pela “Rua de Entre-muros ou de Entre-paredes” até à bifurcação do Campinho, onde se dividia em duas. Pelo lado mais a Norte, seguia (...) pelo actual Largo do Padrão, Campo 24 de Agosto e Rua do Bonfim, em direcção a Penafiel. Era a chamada Estrada do Pão, assim designada pela ligação aos fornos das padarias de Valongo. Pelo lado mais a Sul, com destino a Entre-os-Rios, tomava o caminho de São Lázaro em direcção ao Freixo, passando pelo Reimão - a Estrada de Campanhã.*¹³

Extramuros, cresce o casario em torno da muralha, em especial ao longo das principais saídas. (...) O povoamento segue

12 “A Igreja de Santa Maria de Campanhã possuía, no século XV, em edifícios anexos, uma albergaria. Esta informação confirma-nos que ali passava a mais importante via para Trás-os-Montes, partindo de «junto à igreja de Santilafonso onde começa o caminho da Corte de Roma». «Seguia o caminho pela actual rua de Santo Ildefonso(...), passava no largo do Padrão onde havia um cruzeiro (...), seguia a Mijavelhas, (...), atravessava pelo Bonfim e ia à Corujeira. **Daí partiam dois desvios:** o mais antigo descia a Campanhã, passava entre o Rio Tinto e o lugar de Azevedo, ia à ponte de Socorido, a Cabanas e daí a Vale de Ferreiros. Este rumo é citado quer na carta de couto de Rio Tinto quer nas Inquirições de 1258. O outro desvio ia a Vila Cova, e pela Ranha, passava junto ao mosteiro de Rio Tinto, subia por S. Sebastião, Venda Nova e, em Vale de Ferreiros, juntava-se ao antecedente»” Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «Vias Medievais», pág. 173 e 174 in MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, pp. 67-68.

13 PINTO, 2005, pp. 17-18.

*depois os grandes eixos de penetração no mundo rural - estrada para Braga, estrada para a Póvoa, estrada para Vila Real... Constelações de aldeias e casais, que se vão alargando, mas que mantêm, até bem tarde, uma certa identidade. Igrejas, quintas, estradas entre pinhais, riachos a céu aberto até ao rio... Paralelamente, as permanências rurais vêm até às portas da cidade, com grandes quintas na sua cintura.*¹⁴

Segundo representações esquemáticas destes elementos (desenhados com base na cartografia do Porto de Telles Ferreira, de 1892) consegue estabelecer-se uma primeira estrutura de pólos de assentamento e eixos de mobilidade, que, com uma permanente importância, determinou o crescimento urbano até à contemporaneidade. Em particular, a consolidação da cidade do Porto, na Idade Média, e o seu crescimento em torno do recinto amuralhado no Morro da Sé, de origem castreja (Cale), e destas duas estradas/vias referenciadas: a Estrada para Valongo/Penafiel/Trás-os-Montes e a chamada estrada de Campanhã, em direcção a S. Cosme (Gondomar) e Entre-os-Rios. Na área delimitada por estas vias, e junto aos vales dos rios Tinto e Torto, viria a desenvolver-se lentamente o assentamento de populações e a exploração agrícola em pequenos aglomerados - e, assim, ali surgiria o lugar de Vila Meã.

1.2. Formação de uma paisagem agrícola no aro da cidade do Porto durante a Idade Média. Primeiras referências a Vila Meã.

Retomando o momento de organização política do Porto, no período medieval – nas vésperas da formação de Portugal e na formação da diocese do Porto. Interessará observar o desenvolvimento desta área de Campanhã, tendo em consideração que estaria, nessa altura, dividida entre os coutos do Porto (1120-1138), do mosteiro de Rio Tinto (1141) e de Gondomar (1143), existindo uma área não coutada, reguenga. A descrição dos limites destes coutos permite esboçar um desenho daquele território, cujo desenvolvimento

14 RAMOS, 1995, p.383.

neste período se pretende agora compreender.

(...) a agricultura (...) constituiu outrora, sem dúvida, a principal ocupação da população e a única fonte de rendimento de algumas casas senhoriais e dos seus caseiros.

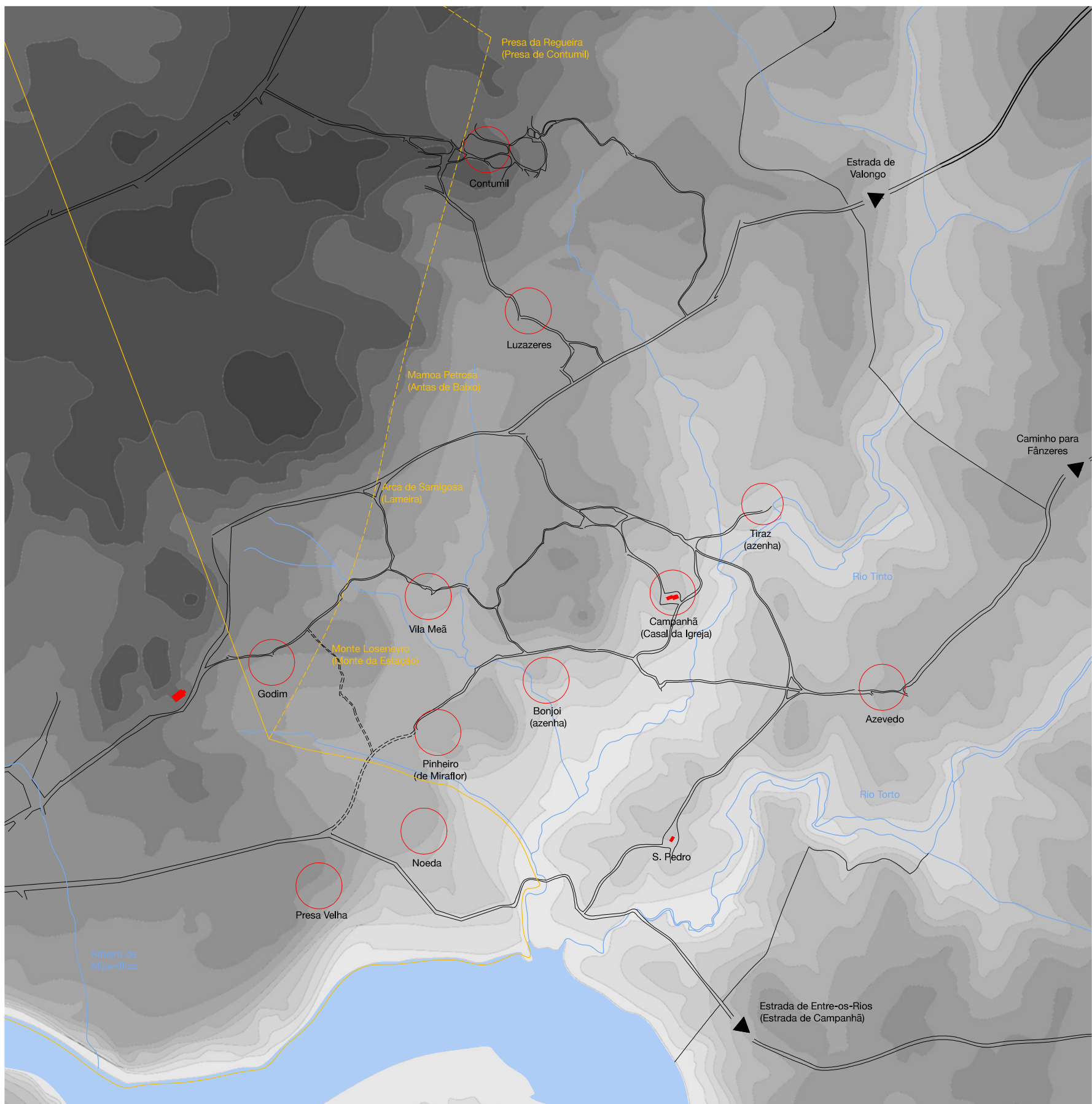
Os vestígios mais nítidos situam-se sobretudo na área de altitudes entre os 60 e os 80 metros (margens dos rios Tinto e Torto), onde se inserem numerosas habitações semeadas numa rede de caminhos fruste e desorganizada, orientada pela topografia. Será muito provavelmente a área de ocupação humana continuada mais antiga, integrando, entre outros, os lugares da Bonjóia, Azevedo, Pinheiro, Freixo e Vila Meã.

A área de altitudes médias, situada entre os 80 e 140 metros, onde se enquadram os lugares de Currais, Cruz, Contumil, Antas, Lameira, Bela Vista e Godim, permite admitir, antes da ocupação populacional recente, a existencia das áreas florestadas com árvores de porte elevado, como carvalhos e pinheiros ou, nos lameiros, terras pantanosas onde o pasto crescia com abundância.¹⁵

Sob um olhar mais focado na área de estudo, interessará identificar, sobre a mesma cartografia, o surgimento e dispersão, desde a Idade Média, de pequenos povoados, casais, azenhas, conjuntos de habitações e exploração agrícola, como testemunhos e propulsores da antiga ocupação e construção de uma paisagem rural. Em simultâneo com esta apropriação do território e formação de aglomerados e propriedades, também a Igreja vai marcando a sua presença e a sua importância na organização e estruturação dos lugares e das vidas dos que neles habitam.

A existência do mosteiro de Santa Maria de Campanhã terá tido um significado importante na gestão de recursos e produção agrícola, bem como na organização do espaço e da hierarquia social – estabelece-se, aí, a

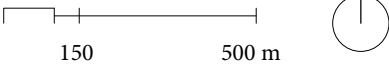
15 MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p. 161.



2. Disseminação de aglomerados em Campanhã durante a Idade Média.

Legenda:

- Limites do Couto do Porto (1120) —
- Ampliações ao Couto do Porto - - -
- Povoações ○
- Edifícios religiosos ■



supremacia de uma entidade, com um vasto domínio de espaço e recursos, ligada, em simultâneo, ao clero e à nobreza, portanto regida por princípios religiosos e gerida, no seu funcionamento, propriedades e bens, por pessoas de uma família aristocrática.¹⁶ Sabe-se que o mosteiro terá sido abandonado e terá passado para as mãos do clero secular, tendo estado na base da fundação da paróquia e da Igreja de Santa Maria de Campanhã, cuja localização primitiva exacta se desconhece. Por um lado, levantam-se hipóteses que sugerem o seu posicionamento entre os lugares de Contumil e Luzazeres, perto do curso da Estrada de Valongo. Por outro lado, a já citada descrição de um dos percursos, nas Inquirições de 1258, de ligação do Porto com Valongo sugere que, nessa altura, a igreja se localizaria numa cota inferior à do sítio da Corujeira, e que antecederse o lugar de Azevedo no decorrer desse caminho (no sentido Porto-Valongo). Considera-se que, para efeitos de uma leitura enquadrada no período medieval, (portanto já em 1258) a igreja paroquial estivesse já localizada no sítio onde hoje se encontra, como aliás sugere uma passagem de Pinho Leal:

*É provável que o primeiro assento da igreja matriz d'esta freguezia fosse no sítio chamado antigamente Luzazeres, entre as aldeias de Luzaceres e Contumil. Ignora-se quando é que foi mudada para o sítio actual, mas é certo que o foi há muitos annos, e provavelmente antes da fundação da monarchia.*¹⁷

A presença da Igreja neste território é marcada, igualmente, pela existência da capela de S. Pedro, cuja data de fundação se desconhece, mas que terá já sido referida na carta de doação do couto do Porto de 1120.¹⁸ Localizada numa elevação entre os rios Tinto e Torto, poderá corresponder

16 MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p. 28.

17 PINHO LEAL, 1873-90, Vol. II, p. 60.

18 *O Padre Miguel de Oliveira, salientando que a igreja de S. Pedro, Busto (Bosque), Rotundela e o castro de Noeda são mencionados de modo a formar um conjunto, conclui que se deveriam localizar próximos uns dos outros, em Campanhã (...); Miguel de Oliveira conclui assim que S. Pedro referido na carta de doação do Couto seria em Campanhã*, in MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p. 34.

a um gesto de marcação e referência visual; poderá ter sido erigida como ermida, em local isolado e desabitado, tendo assim organizado o surgimento e crescimento de um povoado em seu redor, e terá estado inserida em percursos de procissões e cerimónias, tornando-se, até ao século XVIII, num importante local de culto para os habitantes daquele lugar de S. Pedro.

Procurando localizar e desenhar as coordenadas que organizaram o território em análise, refira-se um documento, do ano de 1058, que, dizendo respeito a uma doação ao Mosteiro de Campanhã, na “villa campaniana”, testemunha, já a essa altura, a existência dos lugares de Godim e de Pinheiro.¹⁹ De outros registos, ainda no século XI, confirma-se a existência destes povoados de Godim e Pinheiro, aos quais acresce ainda o lugar de Noeda, de origem castreja, e de Azevedo²⁰, este último integrando o percurso citado nas Inquirições de 1258 – percurso esse que, de forma conjectural, se pretende apontar na cartografia.

As Inquirições de 1258 deixaram também registos acerca de Contumil, que à altura incluiria onze casais, bem como *três lugares*: «Saa», *lugar regalengo, descrito como «um grande campo e uma grande mouta vedada concedida vitaliciamente (...) ao juiz de Gondomar; e os 2 lugares «Palos» e «Presas», com uma leira cada. Os restantes cinco casais de Contumil, também regalengos, estão assim distribuídos: dois no lugar de Filcunea («loco filcunea»), dois no lugar de Luneta [Noeda] e um casal em Azevedo.*

²¹ De alguns documentos do século XIV - cartas de escambo ou de troca de propriedades entre entidades religiosas – sabem-se referências dos lugares de Azevedo e Pinheiro de Miraflor (1343), e surge igualmente uma primeira referência a Vila Meã, num documento de 1381: *O acordo foi celebrado entre,*

19 (...) a “villa campaniana” incluía o “villar” de Godim e a “villa piniario”, presumivelmente o lugar de Pinheiro. Carta de doação ao Mosteiro de Santa Maria de Campanhã, em 1058, na “villa campaniana”, in MEIRELES, RODRIGUES, p.26.

20 O património do mosteiro [de Campanhã], disperso pelos lugares de Pinheiro, Godim e Azevedo, por “villas” junto ao Douro, na area de Noeda e pela Quintã, permite-nos estimar, pelo menos, seis núcleos de povoamento em Campanhã, partindo apenas dos documentos citados (1058 e 1072), idem, p.29.

21 Idem, p. 59.

*por um lado, o Bispo D. Julião e Cabido do Porto, e por outro lado o Abade e convento de Paço de Sousa. Estes cedem os direitos de padroado na Igreja de Santa Maria de Campanhã, dois casais em Vila Meã e parte da quinta de Lueda, em troca do padroado de S. Salvador de Castelões (...).*²² Surge ainda, no rol de propriedades do Cabido (do qual os dois casais citados fazem parte), a *Azenha de Bonjoi (com deveza, vinha, tapado)*, a *Azenha de Tiraz*, o *Casal do Outeiro (Contumil)*, o *Casal da Igreja*, o *Casal do Vale da Presa Velha*, entre outros.²³

A referência a dois casais sugere, pela equivalência dos seus significados, a existência do lugar e da quinta de Vila Meã, indicando, já no século XIV, a presença de duas unidades que se presume serem compostas de casas de habitação em relação com uma indefinida porção de terreno cultivável, cujo direito de propriedade surge, naquele momento, associado à Igreja. Os documentos de troca/escambo entre o Cabido da Sé do Porto e o convento de Paço de Sousa sugerem ou reforçam, de certa forma, a situação transitória em que se enquadra o lugar de Vila Meã – um dos objectos da troca -, que se pode verificar na sobreposição do desenho dos limites do couto do Porto com a cartografia onde se identificam os diferentes aglomerados medievais. Esta posição intermédia em que se encontra este lugar, na proximidade dos limites entre o couto do Porto e o de Gondomar, poderá estar na origem do significado do seu topónimo, sendo, dessa forma, Vila Meã, a “vila do meio” ou “vila de meação” entre Porto e Gondomar, e a sua fundação, cuja data precisa se desconhece, é remetida para este período de definição dos limites administrativos do Porto e dos seus ajustes.

*Está assim definido, em fins do século XII, o quadro institucional de Campanhã até ao século XIX: entre o Couto (partilhado pelo Bispo e pelo Cabido) e a terra do «senhor rei» ou reguengo, o equilíbrio parecerá sempre instável.*²⁴

22 Idem, p. 60.

23 Idem.

24 Idem, p. 39.

1.3. Consolidação de um território rural até ao século XVIII. Materialização e reflexo do poder senhorial e religioso no território.

Após uma identificação das primeiras estruturas de povoamento em Campanhã, com foco na envolvente de Vila Meã, como marcas de organização, referenciação, apropriação e atribuição de significados àquele território, interessará um breve apontamento do seu desenvolvimento nos séculos seguintes, num processo que será o reflexo de uma sociedade hierarquizada - uma população dependente dos recursos da terra, subordinada à Igreja e aos proprietários.

As Memórias Paroquiais de 1758 registam relevantes informações que serão base para uma caracterização do território de Campanhã, nessa altura, permitindo esboçar a paisagem, que se mantém até ao século XIX. Identificam-se os lugares habitados descritos, uns já anteriormente identificados e outros de origem posterior, alguns ainda identificáveis nos dias de hoje, com uma ideia da densidade populacional respectiva (que se resume no vocábulo “vizinho”), a par das Quintas, da densificação da rede de ruas e caminhos, dos cursos de água, pontes e de novos (ou renovados) locais de culto e pontos de marcação da presença e importância da Igreja no território.

*6.º - Está a Igreja de Sancta Maria de Campanhaã, que he a Parroquia desta freguezia, pouco mais, ou menos, no meyo da freguezia, e dentro della tem trinta Lugares, ou aldeas: a saber, Contomil, Salgueiros, Luzazeres, Maceda, Curugeira, Lamaeira, Villameam, Godim, Lombo, Reymaõ, Prado, Chyna, Bomjoya, Pinheiro, Villaflores [Mirafior], Formiga, Noeda, Quinta, Carnpanhaã debaixo, Freyxo, Palheta, Sam Pedro, Granja, Azevedo, Miramontes [Furamontes], Casal, Pêgo Negro, Tirãs [Tirares], Bouçaribas, Campo, Monte, Outeiro da Vella, e Igreja (...)*²⁵

25 Transcrição das Memórias Paroquiais de 1758, na Paróquia de Santa Maria de Campanhã, in MEIRELES, RODRIGUES (coord.), 1991, p.82.

Estes topónimos são testemunho do crescimento, que se terá dado desde o século XIV até então, de uma comunidade que mantém a sua actividade e subsistência dependentes dos recursos da terra. Assim, disseminam-se estes 33 aglomerados, de diferentes densidades, dentro dos limites da freguesia de Campanhã (comarca de Penafiel, termo velho do Porto).

*Las grandes propiedades rurales - quintas - se apoyaban en la estructura viaria radial de penetración en el territorio circundante. De este modo contribuían a reforzar la dispersión del poblamiento, al tiempo que acentuaban una polarización alrededor de los núcleos parroquiales existentes desde época medieval*²⁶.

Neste contexto de ruralidade, e a par destes núcleos de habitação de gentes dependentes do trabalho agrícola – e presumivelmente privadas de grandes riquezas e recursos –, desenvolvem-se, também, as grandes propriedades, ou quintas, cujas origens estarão enquadradas desde a Idade Média (como já se viu, com o caso de Vila Meã) até ao século XVIII. Sempre representando uma relevante posição na hierarquia social e poder económico, estas propriedades poderão ter, no entanto, propósitos e utilizações distintos.

*El esplendor barroco marca asimismo la periferia de la ciudad, donde las explotaciones agrícolas pertenecientes a los nobles y a los grandes comerciantes de Oporto - propiedades de carácter tradicional, en su mayoría, situadas en las proximidades de los núcleos rurales - son ahora objeto de profundas transformaciones, a través de la edificación o de la renovación de los solares (...)*²⁷

Entre os séculos XVII e XVIII verifica-se uma tendência, por parte de proprietários abastados do Porto, para a procura e instalação de uma

26 DOMINGUES, NONNEL, TAVARES, in GUARDIÁ, 1994-96, p. 130.

27 Idem.

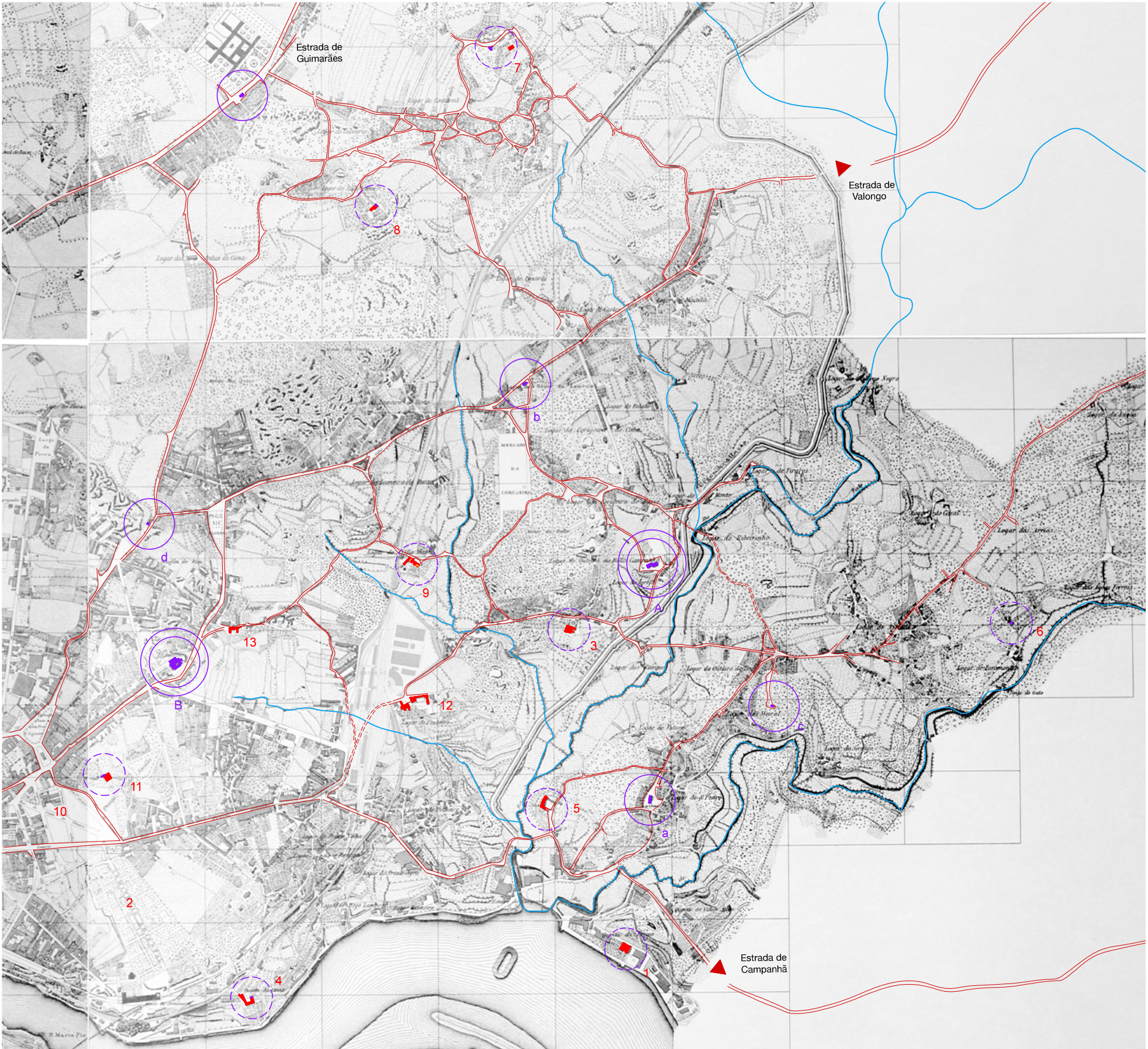
segunda residência, inserida em contexto rural e longe do quotidiano urbano, que teve especial expressão em Campanhã. Através da fundação ou aquisição e adaptação de propriedades e quintas existentes, procura-se a criação de espaços de residência temporária e de recreio, e assim se constituem, pelo uso e vivência de veraneio e o benefício do aproveitamento agrícola dos seus terrenos, seis quintas nessa nova situação.

Como símbolo de afirmação de poder económico e de estatuto social, a presença e importância destas propriedades reflectem-se no desenho, dimensão e visibilidade dos edifícios que nelas se implantam, enriquecendo e marcando de forma significativa a sociedade e a paisagem rural que vinha a ser construída desde há séculos. São citadas nas Memórias Paroquiais as Quintas: do Freixo, do Prado (parque de recreio e residência sazonal dos bispos do Porto), de Bonjóia, da China, “de Pedro A. de Cunha Osório” e da Revolta - localizadas na proximidade com o rio Douro e o Esteiro de Campanhã (rios Tinto e Torto), procurando o retiro e amenidade, geralmente usufruindo de uma posição e exposição que as qualifica, conferindo-lhes especiais condições de visibilidade e desafogo na paisagem.

Em simultâneo, são referidos os Casais da Vessada, de Furamontes, de Contumil, de Salgueiros, de Vila Meã, do Reimão e a Fazenda de Sacais²⁸, que, excluídos daquele conjunto especificamente referido pelo uso a que agora se destinava, se consagram como equivalentes marcos de referência, importantes do ponto de vista da vida e subsistência dos habitantes locais, (bem como daqueles do centro urbano), e do rendimento dos seus proprietários - importantes famílias, por vezes com ligações à nobreza (situação em que se enquadrava o Casal de Vila Meã).

Em tempos de afirmação religiosa era fundamental a cristianização de lugares de passagem, de caminhos mais concorridos, de encruzilhadas, de

28 MEIRELES, RODRIGUES 1991, p. 79.



3. Desenvolvimento do território de Campanhã até ao século XVIII.

Legenda:

- | | |
|-----------------------|---------------|
| Igrejas | |
| A. Campanhã | |
| B. Bonfim | |
| Capelas públicas | |
| a. S. Pedro | |
| b. S. Roque | |
| c. Outeiro do Tine | |
| d. Sr. da Boa-Vista | |
| Capelas privadas | |
| Quintas/ Casais | |
| 1. S. João Baptista | 1. Freixo |
| 2. S. Tomás | 2. Prado |
| 3. Nª Srª Rosário | 3. Bonjóia |
| 4. Nª Srª Vide/ Graça | 4. China |
| 5. Nª Srª Conceição | 5. Revolta |
| 6. Nª Srª Pilar | 6. Furamontes |
| 7. St. António | 7. Contumil |
| 8. Nª Srª Estrela | 8. Salgueiros |
| 9. Nª Srª Anjos | 9. Vila Meã |
| 10. Sr. Bom Sucesso | 10. Reimão |
| 11. Stª Bárbara | 11. Sacais |
| | 12. Pinheiro |
| | 13. Godim |

150 500 m



*pontos altos.*²⁹

A paisagem deste território tem vindo a ser formada com base num conjunto de coordenadas, definidas ora pelo destaque e domínio das grandes propriedades e quintas, organizando e sustentando populações, ora – e em especial neste período - pela implementação de símbolos ou edifícios simbólicos da afirmação da Igreja, enquanto poder político e económico, tanto quanto órgão regulador de normas e rotinas sociais. Por vezes tirando proveito de situações topográficas que os evidenciasse, estes símbolos criaram pontos de referência, indicando direcções e orientando percursos que organizavam a dinâmica social, através de ritos e celebrações colectivas.

Neste sentido, parece marcar-se simbolicamente o percurso de algumas vias de acesso ao Porto pelo alinhamento que, em certos pontos, assumem com o monte do Bonfim (ou de Godim) - sítio onde, na primeira metade do século XVIII, se constrói a primeira ermida do Senhor Jesus do Bonfim e da Boa Hora, que daria origem à construção da igreja que hoje se conhece. O seu posicionamento elevado reforça a sua visibilidade e evidencia o seu enquadramento, em particular: na rua de S. Roque da Lameira, junto à capela de S. Roque (fig. 5); no lugar de Azevedo, no trajecto de Valongo - Fânzeres - Porto (fig. 7); na rua de Godim, junto ao ponto de confluência das ruas de Vila Meã e da Fonte Velha (fig. 6). Por outro lado, e como confirmam as descrições dos seus percursos, estes caminhos terão sido pontuados por símbolos que de certa forma marcavam um compasso e uma métrica, e em simultâneo a presença da Igreja - as cruzes, alminhas ou cruzeiros e as vias-sacras - temas que serão reforçados até ao século XVIII. Nesse monte do Bonfim (ou Godim), antes da construção da ermida e igreja, havia já sido colocada, na década de 1740, uma cruz que marcava o término de uma via-sacra, com início no Campo de Mijavelhas (actual Campo 24 de Agosto).³⁰

29 MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p. 76.

30 “Na década de 40 do século XVIII foi criada uma via-sacra que uniria o alto do monte de Godim a uma pequena capela dedicada a S. José, junto ao antigo campo de Mijavelhas (...). No topo do monte terá sido colocada uma cruz em



5. Alinhamento com Bonfim, junto à Capela de S. Roque (1)



6. Alinhamento com Bonfim, na rua de Godim (2)



7. Alinhamento com Bonfim, no lugar de Azevedo (3)

Simbolizando as etapas do trajecto de Cristo até ao Calvário, as vias-sacras constituem-se por um conjunto de cruzes ou cruzeiros dispostos ao longo de determinados percursos, organizando rituais, procissões e romarias, sendo uma forma de culto e de sacralização de pontos específicos do território. Dissemina-se, desta forma, a constante presença da Igreja no quotidiano das gentes, nos lugares por onde passam.

Além da mencionada via-sacra, inserida num importante trajecto de entrada e saída da cidade do Porto, refiram-se outras cinco, que se distribuem pelo território de Campanhã: *da Igreja ao Monte da Bela; da capela de S. Roque ao monte de Maceda; da capela de S. Pedro ao Outeiro do Tine; da capela de Nossa Senhora do Pilar (casal de Furamontes) ao monte de Azevedo; da capela de Santo António (cazal de Contumil) ao monte de Contumil*.³¹

Em simultâneo, mencionem-se também os padrões ou cruzeiros nos lugares de passagem e pontuando outras vias de acesso ao Porto, de maior antiguidade: o padrão, no sítio do actual Largo do Padrão; a Cruz das Regateiras, na estrada para Guimarães, junto a Contumil; o Padrão de Campanhã, na estrada para Entre-os-Rios, actual rua do Heroísmo.³²

A esta sacralização de pontos estratégicos e de caminhos, junta-se um conjunto de obras de reformulação de alguns edifícios religiosos, bem como a edificação de outros novos. A Igreja Paroquial de Santa Maria de Campanhã conhece uma reformulação, que se terá dado no início do século XVIII, possivelmente em 1714³³; a capela de S. Pedro, inadequada face à afluência de crentes e às condições em que se encontrava, foi reformulada no ano de

madeira dedicada ao senhor Jesus do Bonfim e da Boa Morte, tendo, anos depois, sendo construída uma capela/ermida no mesmo local (...).

Entretanto, depois de criada a Confraria do Senhor do Bonfim e da Boa Morte, iniciou-se, na década de 70 do mesmo século, a construção de uma capela mais ampla (...).

O crescimento do número de fregueses e a criação da freguesia do Bonfim motivaram a construção de uma nova e alargada igreja, cuja primeira pedra foi colocada em 1874.” In PINTO, 2011, p. 201

31 MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p.76.

32 Idem.

33 Idem, p. 244.

1887³⁴. Na Estrada de Valongo, é edificada no ano de 1737 – “no sítio onde teria existido uma ermida de invocação a Nossa Senhora da Ajuda”³⁵ a capela de S. Roque – que em conjunto com o alinhamento com a ermida (hoje igreja) do Bonfim, consagrava um enquadramento memorável, para quem naquele local passasse, em direcção ao Porto (fig. 4). Edifica-se ainda a capela do Senhor do Calvário, ou do Forte, no alto do Outeiro do Tine, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, que terá servido as populações de Azevedo por inadequação da capela de S. Pedro, tendo sido integrada no percurso de uma das vias-sacras já citadas.³⁶

Neste contexto do reforço da presença e visibilidade da igreja junto das populações, verifica-se também a existência de um número significativo de capelas privadas, associadas a algumas das grandes propriedades já referidas – e que poderá significar, ora uma intensa devoção das populações e dos proprietários que as edificavam, ora um intencional reforço da importância e estatuto social que estas casas e quintas pretendiam ostentar. Em qualquer das hipóteses, esse facto resulta numa ainda mais intensa marcação territorial de pontos simbólicos, ora de poder, ora de devoção, que contribuem para a complexificação e crescimento de uma rede de coordenadas e de significados que estrutura e organiza populações e comportamentos. No território se reflecte a organização e o funcionamento da sociedade que o constrói.

Citem-se as capelas mencionadas nas Memórias Paroquiais de 1758: capela de S. Tomás, na Quinta do Prado; as duas capelas na Quinta da China, de N^a. Sr^a. de Vide e de N^a. Sr^a. da Graça; a capela de S. João Baptista, na Quinta do Freixo; a capela de St^o. António, “na Quinta de Pedro A. de Cunha Osório”; a capela de N^a. Sr^a. do Rosário, na Quinta de Bonjóia; a capela de N^a. Sr^a. da Conceição, na Quinta da Revolta; a capela de N^a. Sr^a. do Pilar, no Casal

34 *Em 1887, data gravada na fachada principal, a velha capela que mais parecia uma ermida degradada, não atendia já às necessidades de culto (que seria então realizado na capela do Outeiro do Tine), é reconstituída (...), idem, p. 252.*

35 *Idem, p. 248.*

36 *Idem, p. 252.*

de Furamontes (transladada para o bairro do Amial, nos anos 40 do século XX, onde permanece); a capela de St^o. António, no Casal de Contumil (1634); a capela de N^a. Sr^a da Estrela, no Casal de Salgueiros; a capela do Senhor do Bom Sucesso, no Casal do Reimão; a capela de St^a. Bárbara, na Fazenda de Sacais.³⁷

Em Vila Meã, é referida a Capela de Nossa Senhora dos Anjos³⁸, enquadrando a Quinta neste panorama, consolidando a sua importância e reflectindo o seu estatuto - atributos que serão enfatizados, como se verá, pela sua posição e expressão no conjunto da casa, da Quinta e da paisagem do vale em que se insere.

Este período marcado, ora por uma permanência rural de heranças seculares, ora por um desenvolvimento e reformulação fundiária e social, encabeçados pelos capitalistas e proprietários que ali investem e pela Igreja que reforça a sua proximidade com as populações, antecede uma importante fase em que as indústrias e os transportes vêm potenciar, embora de forma diferente, as suas transformações. Campanhã, outrora procurada pelas qualidades naturais e paisagísticas que a caracterizavam, virá agora ser alvo de procura por razões de outras ordens e conhecerá um desenvolvimento que mudará o seu rumo até à actualidade.

1.4 - Reflexos do desenvolvimento e industrialização no território rural de Campanhã.

O cunho rural do território e da paisagem de Campanhã permanece até ao século XIX, e a população estrutura-se numa hierarquia encabeçada por ricos proprietários de vastas propriedades, regida por uma religiosidade vincadamente presente; é nesse século, no entanto, que o panorama muda drasticamente.

37 Transcrição das Memórias Paroquiais de 1758 da freguesia de Campanhã, in MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p. 86.

38 Idem.

Depois de ter sido uma das frentes de defesa da cidade do Porto nos conflitos da guerra civil e dos eventos do Cerco do Porto, tendo sofrido graves perdas materiais, Campanhã conheceu um período de independência jurídica com a elevação a concelho em 1834, na sequência de uma reorganização administrativa de Portugal, no contexto pós-revolução liberal - facto que pode ser o reflexo de um crescente dinamismo e prenúncio de um eminente desenvolvimento - bem como uma vontade de gestão e administração autónoma por parte dos seus habitantes. O acto de tomada de posse das novas autoridades do Concelho de Campanhã decorreu no lugar de Noeda, no sítio da Audiência³⁹ - uma celebração que se reveste de significado, naquele local onde, séculos antes, havia existido um núcleo de povoamento castrejo; parece ter-se escolhido o “berço” do povoamento de Campanhã como sítio de oficialização da sua independência jurídica, numa cerimónia em espaço público. Pouco tempo depois dá-se a dissolução do concelho, em 1837, passando a constituir uma freguesia da cidade do Porto. Uma parte da sua extensão (Sacais, Reimão e Prado) passa, em 1841, a pertencer à recém-criada freguesia do Bonfim.⁴⁰

Independentemente do seu estatuto jurídico, o território de Campanhã conhece, efectivamente, um período de desenvolvimento industrial e crescimento demográfico, ao longo de toda a sua extensão, desde o Esteiro de Campanhã até à Areosa. A industrialização traz consigo a implementação de inúmeras unidades fabris e armazéns, o que requereu grandes espaços “vagos” e uma quantidade significativa de trabalhadores. Esta propagação da actividade industrial em Campanhã ao longo desse século – e até ao século XX -, introduziu grandes alterações na ocupação do território, modificando a sua morfologia, os seus usos e, consequentemente, a sua paisagem.

A forte migração das populações rurais para os centros urbanos - ou,

39 *Elevada assim à categoria de concelho, Campanhã passa a eleger, nos termos daquele Decreto, as novas autoridades locais: o Provedor e a Câmara Municipal, formada por um Presidente, um fiscal e um vereador. Tomarão posse em 21 de Maio de 1834, no Lugar de Noeda, no sítio chamado da Audiência, in. MEIRELES, RODRIGUES, 1991, p.111.*

40 *Idem, p. 128.*

neste caso, para as zonas periféricas - em busca de trabalho nas actividades industriais trouxe consigo a rápida necessidade de alojamento para uma grande quantidade de pessoas - operários, desfavorecidos. Consequentemente, assiste-se, nessa altura, a uma grande crise da habitação na cidade do Porto, com especial expressão nas freguesias do Bonfim e Campanhã, com a proliferação das *ilhas* - conjuntos de habitações plurifamiliares de condições precárias, muitos dos quais subsistem ainda nos dias de hoje.⁴¹

A construção da linha férrea do Douro e Minho e a implantação da estação terminal em Campanhã, no lugar de Pinheiro, inaugurada em 1875⁴², tiveram um forte impacto neste conjunto de transformações - reforçando a fixação, na sua envolvente próxima, de pessoas e actividades. Com isto, se por um lado se gerou uma série de obras e consolidou uma nova frente urbana, de uma escala totalmente nova e com um desenho oitocentista que renovava a imagem da cidade, por outro lado, na parte oriental que a linha divide, o cenário é diferente. A abertura de novas ruas e o arranjo dos espaços públicos no lado ocidental da estação (por exemplo, a rua de Pinto Bessa, a rua do Heroísmo, a rua Nova da Estação, a rua de Barros Lima, a rua de Justino Teixeira, ...) contrasta com o desinvestimento na parte oriental. O tratamento da imagem da cidade na frente da estação - e os bens e serviços que estariam aí concentrados - contrastam com a implementação crescente de unidades fabris e grandes edifícios de armazéns do outro lado da linha, que vão surgindo e coexistindo com alguns conjuntos de exploração agrícola, de maiores ou menores dimensões - incluindo o Casal de Vila Meã.

*O ramal de Campanhã para a Alfândega (aberto à exploração
a 8 de Novembro de 1888) e o ramal de acesso a São Bento, onde*

41 RIO FERNANDES, “Campanhã e Gondomar, a leste do desenvolvimento”, in *O Tripeiro*, série VII, ano XV, número 8, Agosto de 1996, p. 227.

42 Inauguração dos trabalhos do Caminho-de-ferro do Minho a 12 de Julho de 1872; inauguração da linha do Douro e Minho a 20 de Maio de 1875. PINTO, 2005, p.61.



8. Conjunto de plantas parciais de levantamento para a “Planta Topographica da Cidade do Porto”, de Telles Ferreira. 1892. Folhas: 334 FD-338 FD; 353 FD - 357 FD; 372 FD - 376 FD; 390 FD - 394 FD; 407 FD - 411 FD. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

*chega o primeiro comboio a 7 de Novembro de 1896, criam, por isso, sobretudo quando à superfície, barreiras dificilmente ultrapassáveis que funcionarão, na maior parte dos casos, como verdadeiras muralhas separadoras, tornando urbano tudo o que medeia os ramais e o centro, e periférico tudo o que os ultrapassa.*⁴³

*A extensão do espaço construído do Porto ao longo dos séculos XVIII e XIX (pela área de Vilar ou Pasteleira) era território de ingleses e outros estrangeiros atraídos pelos negócios do vinho fino, enquanto que o oriente era espaço de feiras (como no Campo Grande e na Corujeira) e de uma marcante presença rural (...)*⁴⁴

Os lados ocidental e oriental que a linha férrea dividiu desenvolvem-se de formas distintas, e acabam por contrastar nas suas diferenças. Numa escala mais alargada, verificam-se igualmente substanciais contrastes entre as zonas ocidental e oriental da cidade do Porto - sendo Campanhã o extremo oriental, evidentemente menos valorizado.

Também urbanisticamente esta diferença E-W vai ser bem marcada e territorialmente alargada, na medida em que as expansões se fazem no lado ocidental sobretudo com recurso a vias amplas e rectilíneas (...) por vezes arborizadas e associadas a um claro domínio da vivenda como modelo construtivo; para leste, em contrapartida, a urbanização promovida pelos proprietários das antigas quintas vai privilegiar a coalescência entre os edifícios e, nalgumas situações, uma intensa densificação do construído, que se vai associar muitas das vezes a uma ocupação por residência de

43 PINTO, 2005, p. 76.

44 RIO FERNANDES, “Campanhã e Gondomar, a leste do desenvolvimento”, in *O Tripeiro*, série VII, ano XV, número 8, Agosto de 1996, p. 226.

*baixo custo.*⁴⁵

*De uma forma particularmente marcada a leste, foi sobre uma matriz de base rural que se deu um processo de rápida transformação, sem que tenha havido o necessário acompanhamento infraestrutural e urbanístico que pudesse acompanhar e “amortecer” a significativa alteração formal e funcional.*⁴⁶

De facto, como refere Rio Fernandes, o fraco investimento na adaptação infraestrutural na zona oriental viria causar um choque entre a escala das novas edificações e das novas funções que iriam albergar e a rede preexistente de caminhos e propriedades rurais, criando uma miscigenação complexa de artefactos e escalas industriais com uma preexistência secular que vai sendo talhada, repartida e reocupada. O território sofre mutações, os significados que unificavam os seus componentes acabam por se perder e a paisagem, espelho da sociedade e do seu funcionamento, é alterada.

No lugar de Vila Meã e em seu redor, por exemplo, além dos recortes e das expropriações a que a construção da linha férrea e respectivas oficinas obrigaram (bem como terraplanagens que vieram alterar a paisagem, criando grandes taludes e alterando a sua natural morfologia), instalaram-se, até aos inícios do século XX, algumas fábricas (resineiras, serrações, borrachas, curtumes) e grandes armazéns de retém.

Será neste processo que a Quinta de Vila Meã sofrerá, inevitavelmente, uma descontextualização e desintegração com o território em que se insere.

45 RIO FERNANDES, “Campanhã e Gondomar, a leste do desenvolvimento”, in *O Tripeiro*, série VII, ano XV, número 8, Agosto de 1996, p. 226.

46 Idem.

2. A quinta ou casal de Vila Meã

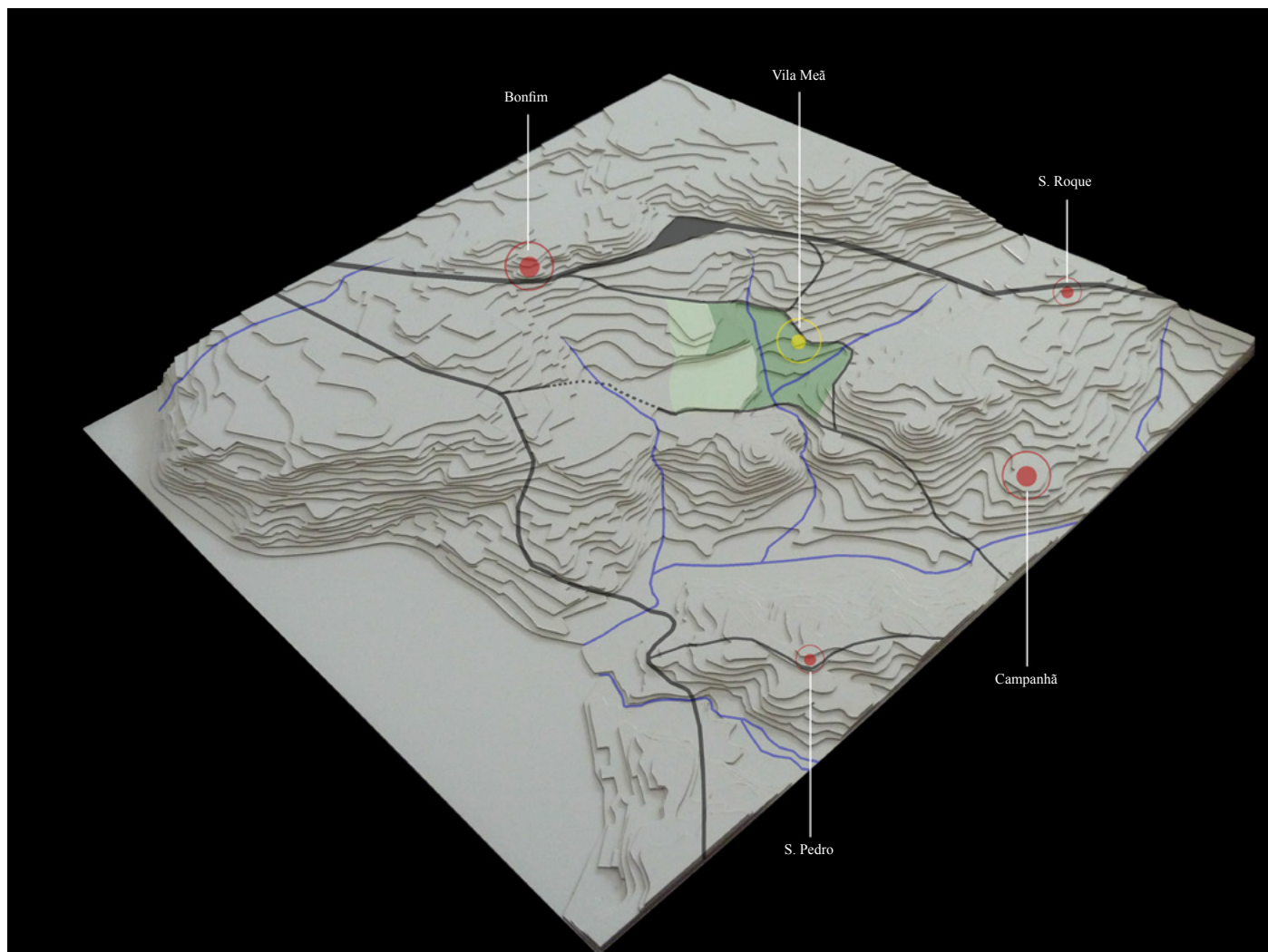
2.1. Posição no território. O recinto da quinta: extensão, caminhos, acessos

Tendo em conta o intenso retalhado do solo, o tecido rural [no Entre-Douro-e-Minho] apresenta-se-nos salpicado de propriedades de todo o tamanho, a que os serpenteados caminhos vicinais dão necessária coesão. À margem destes, mas cravados no seu próprio agro, despontam as casas de lavrador, que se contituem como organismos unifamiliares e auto-suficientes, compostas pela moradia e as construções anexas, erguidas consoante a necessidade.⁴⁷

A Quinta de Vila Meã, no lugar do mesmo nome, posiciona-se numa zona de vale, de leve declive, entre as elevações da Corujeira e “da Estação”, tirando partido da sua amplitude e de dois cursos de água que, juntando-se perto de Bonjória, constituem um afluente do Rio Tinto.

Apesar de já escrutinada a questão toponímica, a respeito de Vila Meã – posta em relação com os limites dos termos do Porto e Gondomar –, pode ainda explorar-se e atribuir-se outros significados relativos ao nome desta “vila do meio”, através da sua implantação e relações com outros pontos na envolvente. Pode tomar-se a posição das estradas de Valongo e Entre-os-Rios, entre as quais se posiciona este lugar – sendo que a estrada de Valongo define um “limite” superior, entre os 90 e os 120 metros de altitude, e a de Entre-os-Rios, descendo a Sul de Noeda, corre entre os 10 e os 30 metros, junto ao Esteiro de Campanhã e ao longo do curso do rio Douro; Vila Meã situa-se entre os 50 e os 60 metros de altitude. Por outro lado, verifica-se a sua posição intermédia/central face às elevações circundantes, no vale definido pelo Monte da Corujeira, a nascente, e o Monte da Estação, a poente. Por fim, e curiosamente, o lugar de Vila Meã situa-se, praticamente, no centro de uma circunferência que contém as igrejas de Campanhã e do Bonfim, sendo

47 *Arquitectura Popular em Portugal*, p. 45.



9. Posição de Vila Meã no território.
Topografia, cursos de água, estradas e
edifícios religiosos.

um ponto intermédio na distância entre elas. Tome-se, no entanto, de entre as hipóteses na atribuição do significado toponímico de Vila Meã, a primeira como mais verosímil.

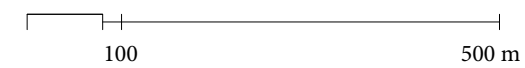
Dado o lugar e postas as condições e condicionantes na sua origem, importa agora observar um importante documento, datado de 1873: a “Planta da Quinta da Villa-Meã sita na freguesia de Campanhã”.⁴⁸ Depois dos primeiros registos que dizem respeito ao lugar de Vila Meã (1381), dos registos da existência de uma família ligada ao elemento Quinta de Vila Meã (1473)⁴⁹ e dos registos, nas Memórias Paroquiais de 1758 (dando notícia da quinta e respectiva capela), este é o elemento mais antigo, que se conhece, representando graficamente e com clareza, escala e legendas o conjunto da casa e dos terrenos, dando com algum rigor notícia da sua extensão territorial e composição. Cruze-se a informação que aqui se lê com uma descrição, de 1884, da composição da quinta, para que com mais precisão se possa caracterizá-la:

(...) segundo um assento de 1884, nesta data e já depois de muitas mutilações, ainda a Quinta se compunha de: Casal de Baixo e Casal de Cima (este já desaparecido), que eram a Casa Nobre, Capela, Jardim, Pomar e Lago, casas para caseiros, e de mais 25 propriedades que iam de Godim ao Fojo (Praça das Flores), Lameira, Corujeira, do Monte do Escoural até Bonjóia. Possuía ainda um parque todo murado e para recreio, que ficava localizado para os lados da Estação de Campanhã e a linha do caminho de ferro até à Ponte de Contumil, eram terrenos que lhe pertenciam.

O Casal de Cima teve de ser destruído para dar lugar à passagem desta linha. Ainda há relativamente poucos anos existia na Rua do

48 No Arquivo Distrital do Porto (K/28/1/5-39).

49 É em nome de (...) João Vaz Lordelo Vieyra Annes, casado com D. Leonor Annes, que se encontra o primeiro foro da Quinta de Vila Meã, passado em 1473 (conforme se regista no Arquivo da Cultural), in SILVA, “Quinta de Vila Meã”, in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VII (2), Fev.1989, p.45.



10. Excerto da “Planta da Quinta da Villa-Meã”, 1873. Arquivo Distrital do Porto (cota: K/28/1/5 - 39)

*Monte da Estação um portão de uma antiga entrada nobre para o Casal de Cima, portão esse com os seus lados em pedra lavrada em belo estilo barroco.*⁵⁰

Tendo pertencido desde o século XV a várias gerações de uma mesma família, com raízes na nobreza minhota, mudara de mãos em 1860, pertencendo nesta data ao comendador José Joaquim Pereira de Lima, cujo filho, herdeiro da propriedade, foi o conselheiro Wenceslau de Sousa Pereira de Lima⁵¹, presidente do Conselho de Ministros em 1909, casado com Antónia Adelaide Ferreira, neta de D. Antónia Ferreira, “a Ferreirinha”.

Da descrição transcrita, e excluindo as “25 propriedades” exteriores ao recinto dos Casais, constata-se a extensão do recinto murado do Casal de Baixo com alguma precisão. Compreende-se entre a rua de Godim, a poente, a rua de Vila Meã, a Norte, e a rua e travessa de Bonjóia, a Sul e nascente, respectivamente.

A planta de 1873, figura apenas a casa e recinto que dirão respeito ao Casal de Baixo - o objecto de estudo - e que seria então propriedade do Comendador. O Casal de Cima que estaria “já desaparecido” nos anos de 1960, diria respeito a um outro conjunto de edifício(s) e terreno(s), e foi apontado o “Monte da Estação” como o seu lugar de implantação.

Não existindo provas desenhadas nem documentadas que melhor especifiquem a sua localização exacta nem composição, o Casal de Cima fica indefinido. Parece possível que, assumindo que seriam estes os dois casais citados nos documentos do Cabido de 1381, talvez diga respeito o Casal de Baixo ao objecto de estudo e o Casal de Cima ao edifício que se encontrava

50 In SILVA, “Quinta de Vila Meã”, in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VII (2), Fev.1989, pp.45-46.

51 *Esta Quinta foi berço dos Vieiras, pouco tempo depois que o primeiro desta Família veio para a Cidade do Porto. (...) A origem desta família remonta ao ano de 1044, e começou na Província do Minho. (...) A partir deste momento [1473], há notícia de todas as gerações de Vieyras residentes nesta Quinta (...) até ao ano de 1860”, idem.*

no lado Norte da rua de Vila Meã.

Em qualquer das hipóteses, resta mencionar que o edifício do lado Norte da rua de Vila Meã era propriedade de José Ferreira dos Santos, que seria provavelmente irmão de Joaquim Ferreira dos Santos, o Conde de Ferreira.⁵²

A planta de 1873 não vislumbra os limites do recinto a Sudoeste, sendo necessário recorrer às plantas parciais do levantamento de Telles Ferreira (para a “Carta Topographica da Cidade do Porto” de 1892) para se conseguir contemplar a totalidade do recinto; compilando com uma outra planta (de projecto para aumento da Estação de Campanhã, de 1909), que mostra a parte do recinto da Quinta (agora de Wenceslau de Lima) não representada em 1873, aponta-se em mancha a total abrangência da propriedade. Nessa altura já existia a linha férrea, pelo que fica por ilustrar correctamente - e efectivamente confirmar - a existência do dito Casal de Cima nos terrenos Sudoeste. Aquele sítio parece, no entanto, corresponder ao citado *parque todo murado e para recreio, que ficava para os lados da Estação de Campanhã*, cujo muro e portão de acesso chegaram aos anos de 1930. Fica por esclarecer esta dúvida.

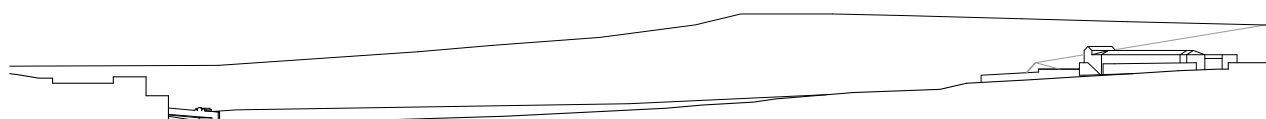
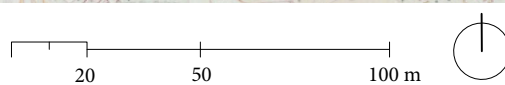
Da observação da extensão da propriedade e dos seus limites, são reconhecíveis seis pontos de entrada para o recinto da quinta: um, na actual rua do Monte da Estação, ponto mais alto de acesso, que surge associado ao Casal de Cima⁵³; um, na rua de Godim, dando acesso à “estrada interior da Quinta”, já figurada na planta de 1873; dois, a partir da rua de Vila Meã, que são as entradas mais próximas da casa – sendo um deles o acesso nobre, outro o de serviço; por último, existem dois outros pontos de entrada, nos muros

52 É possível que o nome de José Ferreira dos Santos diga respeito à família (possivelmente irmão) do Conde de Ferreira, Joaquim Ferreira dos Santos, em cuja certidão de nascimento surge o lugar de Vila Meã como sítio de naturalidade. (in ALVES, pp. 200-202). Existem, no entanto, informações contrárias, que indicam que seria o Casal de Baixo a propriedade da família Ferreira dos Santos (in CAPELA, 2012, p. 53).

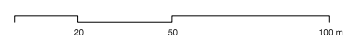
53 *Ainda há relativamente poucos anos existia na Rua do Monte da Estação um portão de uma antiga entrada nobre para o Casal de Cima, portão esse com os seus lados em pedra lavrada em belo estilo barroco.* In SILVA, 1989, p. 46.



11.



12.



11. Excertos das plantas parciais de Telles Ferreira, 1892, com destaque no recinto da Quinta e suas presumíveis extensões. Pontos de acesso ao recinto.
12. Corte pela propriedade

que delimitam o recinto, que são pontos extremos de um caminho de servidão semi-pública (de consortes), sendo uma extremidade na rua de Bonjóia e a outra na rua de Vila Meã, caminho que atravessa o recinto da quinta dando acesso às parcelas de terreno (algumas identificadas como sendo de diferentes proprietários), acompanhando o curso de um ribeiro.

Constata-se a importante relação com os cursos de água, que confluem num mesmo afluente do rio Tinto, consagrando uma fonte de abastecimento de água para consumo, para regadio e como força motriz para moagem (verifica-se a presença de um moinho, dentro da propriedade), desenhando um vale, uma bacia de declive pouco acentuado entre os montes “da Estação” e da Corujeira – factores que parecem ter criado as melhores condições para a implantação da casa e para o cultivo dos terrenos.

Optimizando a exploração das condições e recursos naturais, a casa posiciona-se, no recinto da Quinta, de forma estratégica: junto à rua, em proximidade com o (presumível) Casal de Cima; estando localizada num extremo Norte do recinto, liberta os terrenos de pasto e cultivo que, em leve declive, descem e se estendem para Sudeste, e os terrenos íngremes do monte “da Estação” a Sudoeste, zona de mato. A casa implanta-se numa altitude intermédia (nos 66 m, aproximadamente), entre o alto extremo do monte, que chega aos 85 m, e a cota mais baixa, na rua de Bonjóia, nos 50 m de altitude.

A sua posição, no centro do vale, confere-lhe ainda uma forte visibilidade e proeminência, reflectindo a importância e prestígio que encerrava como grande propriedade agrícola (fig. 9).

2.2. A casa e a propriedade

A propriedade, a que se refere o Casal de Baixo, era constituída – como atestado pelos documentos de 1873 e 1884 –, por um conjunto de elementos próprios da ruralidade que são o reflexo de uma exploração agrícola de alguma dimensão: a casa senhorial e capela, residência dos proprietários, formando, em conjunto com um extenso corpo de edifícios anexos e uma eira, o núcleo de apoio às actividades agrícolas, incluindo espaços para guarda



13.

O espírito dramático e os efeitos teatrais tão procurados pela arte barroca ficaram igualmente assinalados na nossa arquitectura Setecentista. (...) A arquitectura doméstica (...) procurou também efeitos teatrais (...), as fachadas exploram esses efeitos através da sua decoração exuberante e surgem elas próprias na paisagem como autêntica cenografia, havendo casos em que o local foi sabiamente aproveitado para dele se tirar partido teatral (...)

AZEVEDO, 1969, p.70

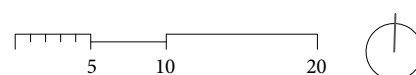
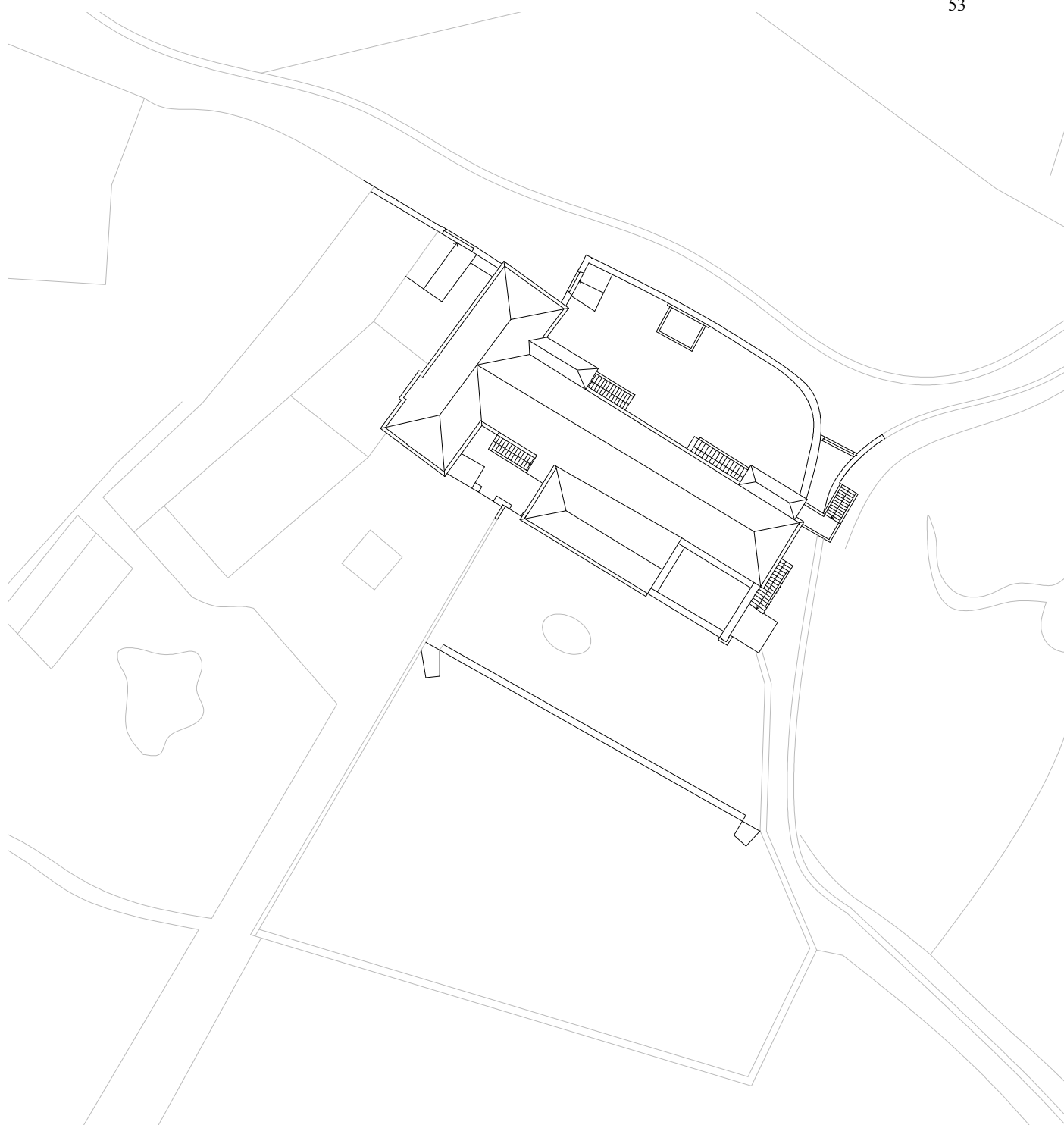
de gado; um conjunto de espaços exteriores, com diferentes desenhos e propósitos, constituindo pátios de entrada nobre e de serviço e espaços de recreio, jardim e pomar; um lago; dois extensos caminhos interiores – sendo um deles caminho de consortes –, articulando e dando acesso, como já se viu, à extensão de terrenos de cultivo e de pasto, às zonas de mato e a dois diferentes pontos de acesso ao recinto, conectando terrenos que se desenvolvem entre os 50 e os 85 metros de altitude; um moinho, associado ao ribeiro que atravessa a propriedade. Apresentando as suas partes, articulando espaços exteriores e interiores, num percurso desde o público ao mais privado, pretende-se aqui um registo e compreensão deste conjunto.

Implantação da casa e seus acessos. O pátio de entrada nobre

O edifício da casa desenvolve-se em dois pisos, numa longa implantação em “T” de dois volumes quase perpendiculares entre si, e a sua volumetria compacta é marcadamente horizontal - rematada, no extremo Sudeste pelo volume alteado da capela. A casa divide-se funcionalmente, sendo o piso térreo reservado a lojas e arrecadações, e o piso superior destinado a habitação - partição lógica numa casa de lavoura desta dimensão.

Os acessos principais à casa e ao recinto são feitos a partir da rua de Vila Meã. Contrariando uma lógica urbana de implantação, o edifício não contacta directamente com o espaço público, voltando uma das suas fachadas maiores, orientada a Nordeste, para um pátio murado - espaço que medeia a rua e a casa. Apenas um topo do volume menor faz frente com a rua, com um só vão no piso superior.

Por um dos dois portões na rua de Vila Meã que se abrem nos muros do recinto, junto à casa, acede-se ao referido pátio. Esta seria a entrada nobre, localizada de forma a ser vista de frente quando percorrendo a rua de Vila Meã vindo de Godim, num momento de alargamento da via. Este espaço de pátio consagra-se como importante momento de chegada e recepção e como ponto de transição do espaço público para a esfera privada, apresentando algumas características que o tornam notável e lhe conferem um certo requinte.



14. Implantação do edifício na envolvente
(com base na planta de Telles Ferreira de
1892. Escala 1:500)



15.



16.

15. Acessos a partir da antiga rua de Vila Meã. Pátio norte.

16. Pátio norte visto desde a escadaria oeste.



17.



18.

17. Fonte no pátio nobre. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: F-C/CMP/9/1(42)).

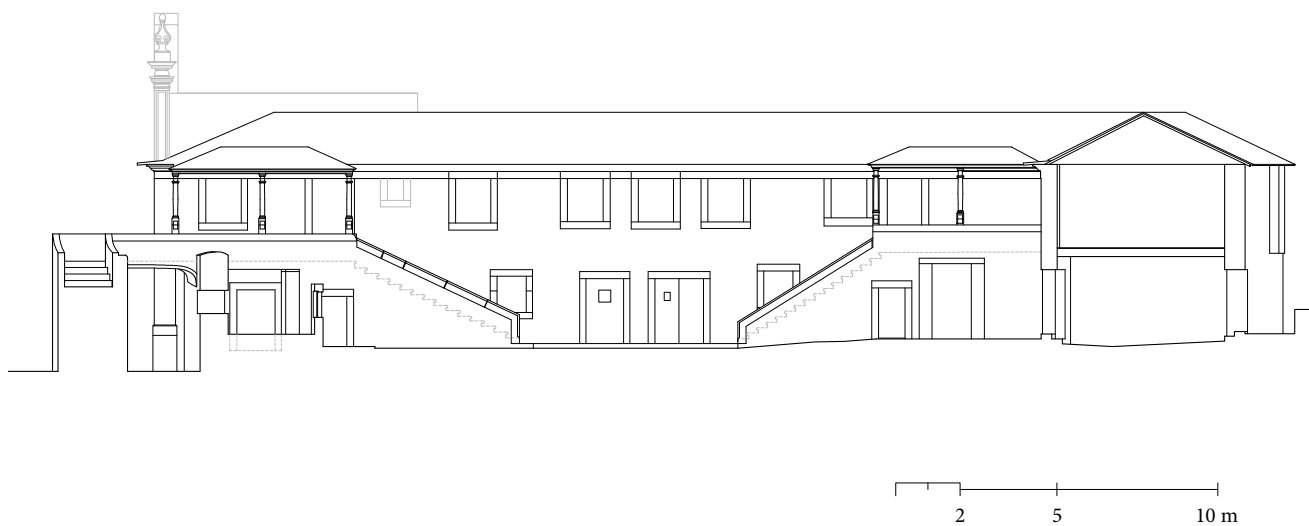
18. Escadaria (a Oeste), no pátio nobre. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: F-C/CMP/9/1(43)).

Ao longo do muro que divide com a rua, e sob uma parreira que se estende ao longo de todo o seu comprimento, surge embutida uma fonte, com duas bicas e um tanque. Este conjunto apresenta um desenho particular de pedra granítica, que, adossado ao muro, representa quatro pilastras com respectivos capitéis sustentando um entablamento simples e um frontão, com dois pináculos nas laterais. Ao centro, no topo do frontão, parece ter existido um terceiro. Três nichos que apresentam, na fotografia, um tom de azul no seu interior, ostentariam três figuras – que se sabe terem sido S. João, ao centro, S. Pedro e Sto. António. Por baixo do nicho central, lê-se uma inscrição, remetendo ao ano de 1710. Da rua, é possível notar-se, no muro, uma ligeira proeminência e o único pináculo que subsiste.

Do outro lado, em frente à fonte e quase paralela ao muro, está a casa. O plano desta longa fachada é rematado com um friso liso e cornija, onde apoiam os telhões. Sobre este plano, avançam duas escadarias, quase simétricas, sendo que no seu eixo se fazem dois acessos ao interior da casa, no piso térreo. Nos seu topos, as escadarias terminam em duas varandas, cobertas por alpendres que sustentam em pequenas colunas de pedra. Por aqui se fazem os acessos principais ao piso nobre e de habitação do edifício. A posição e repetição destes elementos criam um alçado que, pela sua aparente simetria e pelo seu longo comprimento, tornam o espaço do pátio distinto e dão ao conjunto uma imagem sólida, harmónica, robusta, embora sóbria.

Os dois conjuntos de escadaria e varanda, embora de desenho muito semelhante, diferenciam-se ligeiramente. Naquele a Oeste, a varanda situa-se no ponto de intersecção dos dois volumes do edifício, ficando contida num canto, havendo a partir dali uma porta de entrada para cada um deles. A varanda do lado oposto, pelo contrário, alonga-se e extravasa o topo do edifício e os limites do pátio, estendendo-se para Este, formando uma pequena ponte, arcada, sobre o caminho de consortes, fazendo a ligação por uma escada com o terreno murado contíguo. Nesta varanda, existe uma porta para entrada neste extremo da casa.

Assim, a partir deste pátio de entrada nobre e das suas escadarias, existem três pontos de acesso ao piso superior - aquele que importa agora



conhecer, como lugar de habitação e convivência social.

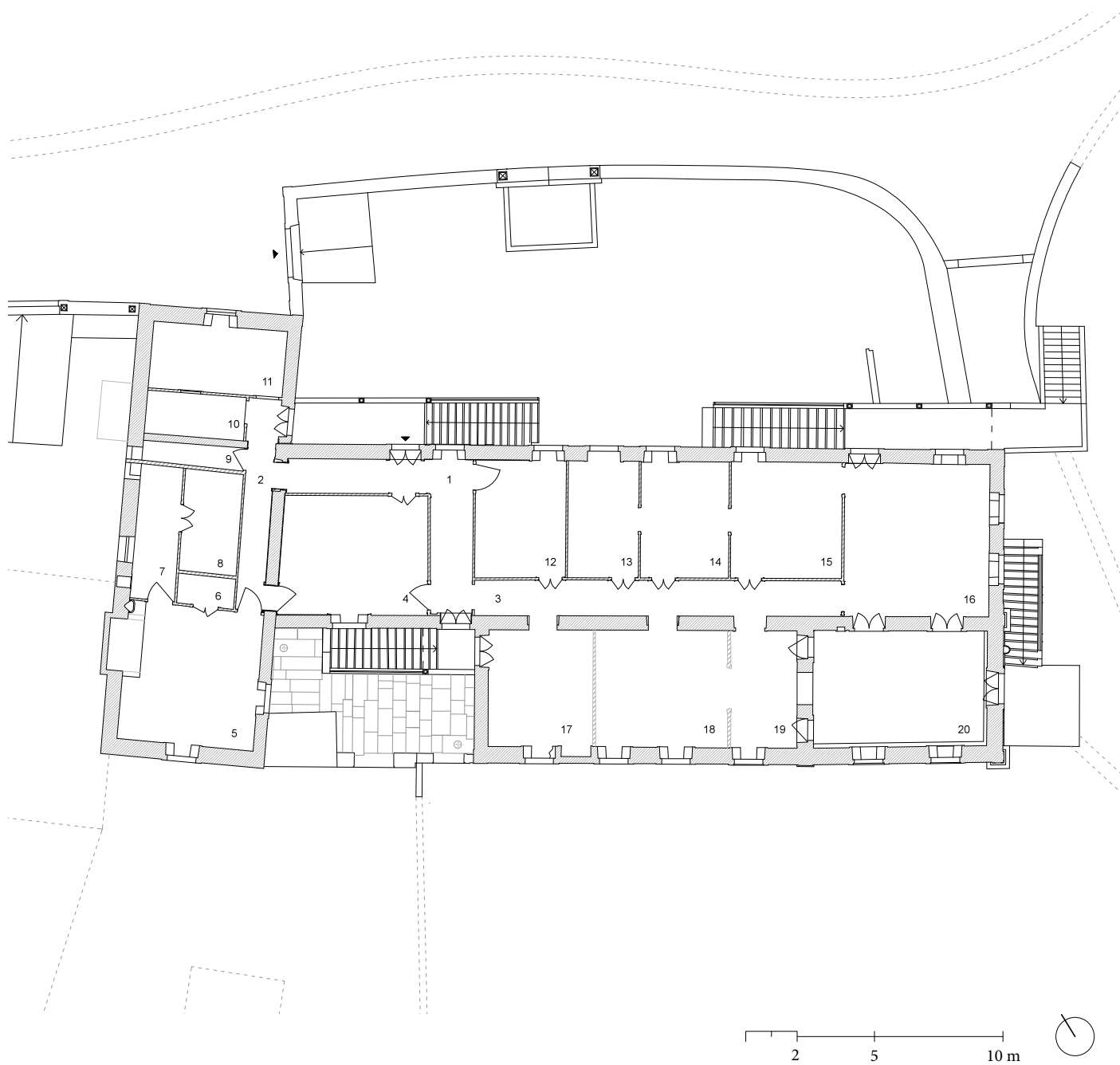
O piso nobre da casa

Subindo a escadaria oeste, entre-se pela porta na fachada maior, à esquerda. A soleira eleva-se, formando um último degrau antes de entrar. Por essa porta, acede-se a um corredor, em “L” (1), que forma a espinha dorsal da distribuição interior e de acessos: intersecta o volume menor do edifício, a Oeste, dando passagem para outro corredor (2) que estrutura esse corpo (para onde se abre a outra porta, a partir da varanda); na outra extremidade do “L”, encontra-se outro acesso a partir do exterior, pelo pátio sudoeste, e, junto a ele, articula-se com um extenso corredor (3) que distribui para todos os compartimentos do volume mais longo.

Como ponto principal, mais público, de acesso a este piso nobre, este corredor em “L” assume uma centralidade entre os dois corpos do edifício, situando-se entre a esfera privada (os quartos ao longo do corpo maior, uma sala e capela) e a parte de serviços (que parece concentrar-se no corpo menor). Neste ponto articula, imediatamente em frente à porta de entrada pela varanda, com uma primeira sala (4), que parece corresponder à parte mais pública do espaço interior.

Esta sala, rodeada por corredores em três lados, com uma porta em cada um, reúne ainda hoje algumas características que, somadas à sua posição e acessibilidade, a revestem de alguma importância. De forma aproximadamente quadrangular, esta sala conserva ainda um tecto com forma em “masseira”, no centro do qual se posiciona um relevo, em estuque - uma recriação inovadora, usando ornamentos e estuques, de uma técnica e formas tradicionais.

A sua posição, próxima da entrada pela varanda e da cozinha, e o cuidado na sua decoração sugerem que possa ter servido para recepção de visitas. Em conversa com o Sr. Quintino Monteiro, descendente dos últimos proprietários da casa e nela residente durante a infância, soube-se que esta sala teria a designação de “sala da farinha” - durante a última ocupação da casa,



20. Planta do piso superior.

pela família Mitra, no século XX - por nela se armazenar a farinha produzida no moinho da quinta, reservando-se para efeitos de recepção, convívio e refeição a sala no extremo Sudeste (16).

A porta a oeste desta sala dá acesso ao corredor de distribuição do corpo menor, e está imediatamente ao lado da porta da cozinha, no topo desse corredor. Este é um ponto de passagem e intersecção entre os dois corpos da casa, a par daquele outro na extremidade do corredor em “L”.

Dobrando este canto, encontra-se, então, a cozinha, amplo compartimento no extremo sul do corpo menor da casa. Encontra-se, neste espaço, um nicho destinado ao fogão, com uma chaminé (hoje interrompida pelo telhado) e, junto a ele, uma pia de pedra, embutida na parede, com bacia saliente - elementos que ajudam a identificar a seu uso.

Este espaço contacta com uma pequena despensa, na parede norte (6). No canto, entre a pia e a dita despensa, comunica ainda com um pequeno corredor (7), dando acesso a um outro compartimento, interior e apenas por ali acessível - que se presume poder corresponder a uma alcova para serviços (8). Na parede oeste desse corredor abre-se um pequeno armário, embutido, junto a um vão para o exterior que, encerrado por uma porta, sugere que ali tenha existido qualquer acesso - confirmado em conversa com o Sr. Quintino Monteiro. No fundo, existe um outro vão - uma janela, que se encontra dividida a meio por uma parede. Do outro lado dela, um estreito e comprido espaço terá servido de instalação sanitária, partilhando o interrompido vão (9).

Isolando os topos do corpo menor do edifício, este núcleo de espaços centrais parece ser o resultado de sucessivas alterações e de respostas e soluções rápidas a questões e problemas da vida prática e do uso da casa, levantando dúvidas quanto à sua configuração original. Contíguo ao estreito espaço de sanitário, está um quarto de banho (10) que, pelos materiais e louças que tem no seu interior, revela ser resultado de uma obra recente. O seu pavimento é alteado em relação ao soalho, e, sem aberturas para o exterior, contacta por uma janela interior com o compartimento do topo norte deste corpo (11). No corredor, que se desenvolve longitudinalmente, nota-se nesta extremidade



21.



22.



23.



24.

- 21. Sala "da farinha" (4)
- 22. Cozinha (5)
- 23. Instalação sanitária (9)
- 24. Corredor no corpo menor (2)



25.



26.



27.

25. Corredor "L" (1)

26. Corredor "L" (1)

27. Quarto (12)



28.



29.



30.

- 28. Quarto (13)
- 29. Quarto (14)
- 30. Quarto (15)

uma diferença no pavimento - placas cerâmicas assentam em cimento, sobre o soalho - num ponto de articulação com uma porta para a varanda, para as instalações sanitárias e para o espaço do topo Norte.

Este espaço no extremo Norte (11) é dotado de um vão, o único voltado para a rua de Vila Meã - uma janela de assento, em tudo semelhante à da cozinha, no topo oposto.

Regressando ao corpo maior, percorre-se o corredor em “L”, contornando a sala (4), chegando, no fim, a um outro corredor (3) que, nos seus 14 metros de comprimento, distribui para uma sucessão de quartos - quatro, à esquerda, voltados a Nordeste, e três, à direita, a Sudoeste - e à sala do extremo nascente da casa, outro importante espaço do piso nobre. A meio do seu percurso, rompe-se no tecto uma clarabóia, de base oval, único ponto de luz zenital do edifício.

Dos quatro quartos à esquerda (12, 13, 14, 15), importa mencionar algumas características que os definem. O primeiro tem o tecto em “masseira”. O segundo quarto e os dois seguintes comunicam entre si, por portas colocadas num mesmo eixo, ao centro das paredes perpendiculares à fachada. O último, mais a Este, comunica com a sala do topo nascente deste corpo (16).

No topo do longo corredor, acede-se a essa sala, que, como já foi dito, se sabe ter servido de espaço de recepção, convívio e refeição. Espaço amplo, e outrora coberto com tecto em “masseira”, abre dois vãos em cada parede: a porta que liga com o corredor, e outra que comunica com o último dos quartos voltados a Nordeste; uma porta de acesso à varanda este, no pátio norte e uma janela de assento para lá voltada; duas janelas de assento, na parede a Sudeste; duas portas de acesso ao espaço da capela.

Do outro lado do corredor, abrem-se três vãos de portas para três outros quartos (17, 18, 19).

Sabe-se que estes quartos, voltados a Sudoeste, serviram outros usos com os últimos proprietários. O primeiro, que contacta com uma escadaria exterior, no pátio Sul, foi adaptado para cozinha. O segundo, seria utilizado como sala, comunicando com o terceiro - este sim, usado como quarto. O



31.



32.



33.

31. Corredor (3)
32. Quarto (15)
33. Sala (16)

espaço adaptado para cozinha (17) tem, junto à janela, um nicho com as mesmas dimensões, onde um tubo de grés perfura a parede, para o exterior, ficando saliente na fachada.

O último dos quartos desse conjunto (19) é contíguo ao espaço da capela (20). Na parede de pedra que os medeia, abrem-se duas portas, baixas, permitindo a passagem entre eles. Ao centro, entre as portas, posiciona-se um grande vão, elevado do chão e de grande altura, terminando em arco de volta inteira - hoje visível, mas presumivelmente tendo estado tapado para servir como nicho para o altar da capela.

Passe-se, finalmente, a esse espaço da capela (20), que se encontra em ruína (pelo menos já desde 1979), tendo abatido o telhado e o sobrado. Este espaço seria acessível a partir do interior da casa através de quatro portas - duas, a partir do pequeno quarto contíguo a Oeste, duas a partir da sala do topo este da casa - e também pelo exterior, permitindo entrada pública, através do portal principal da sua fachada, voltada a Sudeste. A entrada pública faz-se a partir do caminho de consortes, no topo nascente da casa, subindo por escadaria própria a um patamar de acesso ao nível do piso nobre.

A entrada de serviço da Quinta - quinteiro e edifícios anexos

Não existindo nenhum acesso pelo interior entre os dois pisos da casa, a passagem deveria ser feita por uma das quatro escadarias exteriores. Faça-se, no entanto, uma abordagem ao piso térreo a partir do segundo portão de entrada na rua de Vila Meã.

Descendo em rampa, desde o portão, acede-se a um espaço, hoje descaracterizado. Recorrendo à planta de 1892, atesta-se a existência naquele sítio de um longo edifício, sem qualquer indício, no sítio, que remeta para a sua constituição e volumetria. A presença de uma eira na sua extremidade sudoeste, sugere que se tratasse de um corpo destinado ao armazenamento de produtos agrícolas, estando presumivelmente associada a sequeiros, palheiros e/ou espigueiro.

Este edifício - ou conjunto de edifícios - conformava, com o corpo



34. Fotografia aérea da cidade Porto.
1939-40: fiada 25, nº 598 (excerto).
Arquivo Histórico Municipal do
Porto. (cota: cota: F-NV/LA-CX64/9/
F25(598)-).

oeste da casa, um eido/ pátio/ quinteiro, cujo portão largo, ainda hoje existente, admite a passagem de carros. Esta seria a entrada de serviço da quinta, dando acesso a um espaço de articulação e contacto com o seu piso térreo e com as dependências anexas.

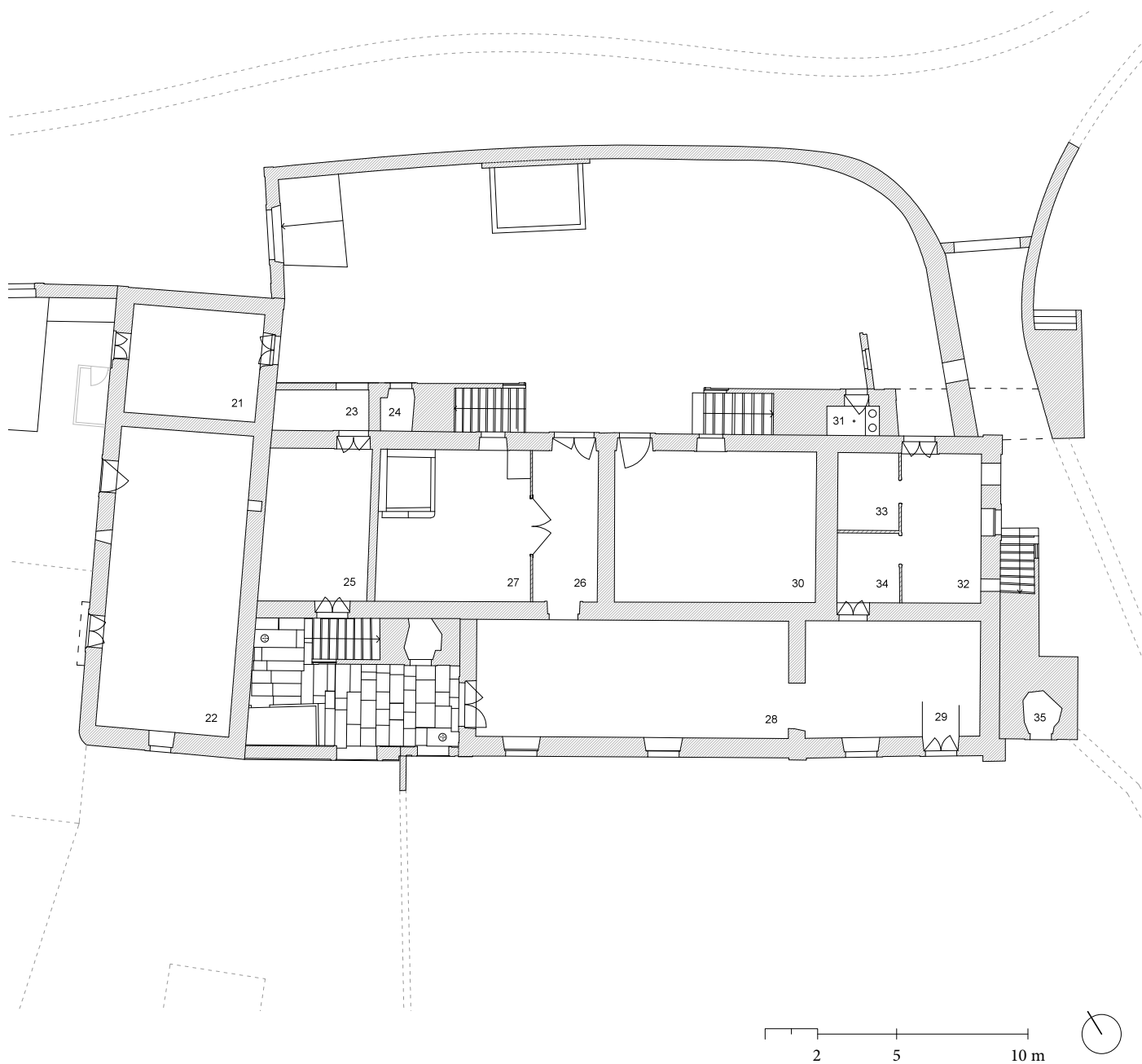
Na planta de 1892 surge neste espaço uma área preenchida de cor castanha, no topo sudoeste do volume menor da casa. Indagando sobre o seu significado, sugere-se que se trate de uma estrutura de cobertura, um telheiro ou alpendre entre os dois edifícios. A sugestão poderá ser viável pela existência de quarto cachorros de pedra na fachada noroeste da casa, (dois deles sob a saliência do fogão e chaminé da cozinha), e corroborada pelo Sr. Quintino Monteiro, que ainda acrescenta ter existido uma passagem, no piso superior, entre a casa e os anexos, através do vão que existe na fachada noroeste.

Na sequência da conversa com o Sr. Quintino Monteiro, foram citados - sem ordem certa - “cortes de bois”, “oficinas, carpintarias, serralharias”, “espigueiro” e “forno de pão” como usos e funções para os seus espaços. Confirma-se, assim, o préstimo desta entrada e deste conjunto de instalações, dando apoio a todas as actividades agrícolas, pecuárias ou oficinais que se desenvolvessem na quinta. Recorrendo à fotografia aérea de 1939, consegue ver-se o edifício anexo, de dois pisos, junto ao quinteiro, a sua quebra para um piso e o seu prolongamento junto à eira. Na berma do patamar da eira, parece ver-se dois elementos longos e estreitos - pela sua forma e por ali estarem, poderão corresponder a dois canastros (ou espigueiros).

O piso térreo da casa

A partir deste acesso de serviço, observe-se agora o piso térreo da casa, destinado, como já visto, ao apoio destas actividades.

Nesta fachada noroeste, localizam-se três portas de acesso a este piso a partir do quinteiro. A primeira dá acesso a um espaço de uso indefinido (21), que, sendo atravessado, faz ligação ao pátio de entrada nobre da casa. Não é aberto, neste espaço, nenhum vão para a rua, nem para o compartimento contíguo.



35. Planta do piso térreo.

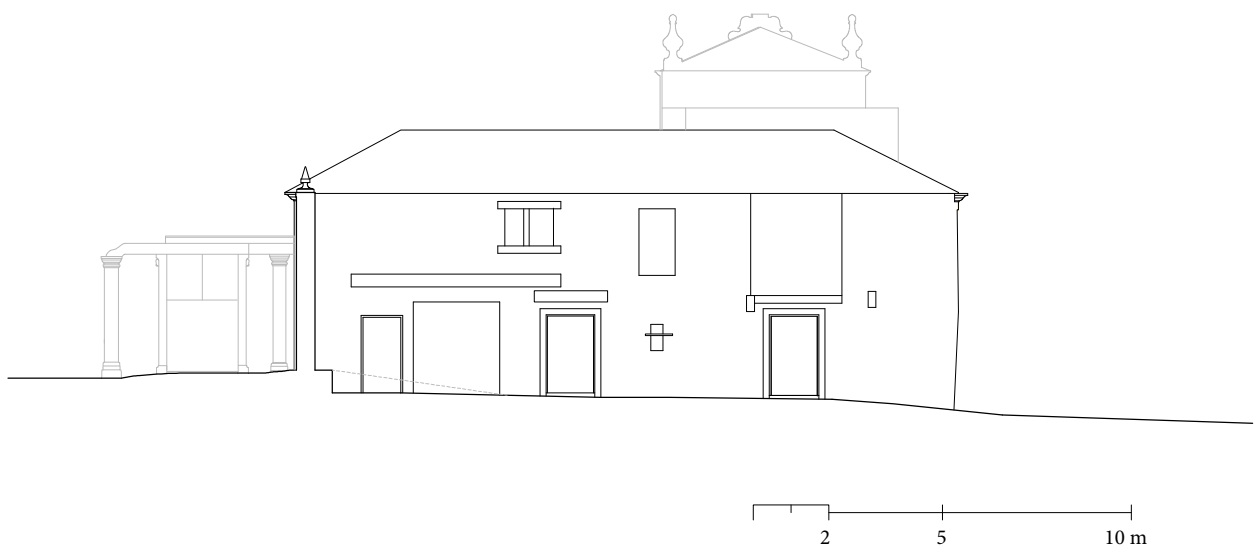
As duas portas seguintes, na fachada noroeste, dão acesso a um mesmo espaço (22). Sendo possível que tivesse, outrora, alguma divisão, ou uma passagem para o corpo maior da casa, hoje encontra-se encerrando, acessível apenas pelas duas portas do quinteiro, e com uma pequena janela no seu topo voltado a Sudoeste. Entrando, encontra-se na parede de pedra, situada defronte, uma cavidade. Em conversa com o Sr. Nuno Moutinho, da Associação Movimento Terra Solta, sabe-se que esta cavidade seria o apoio para a vara de uma prensa, possivelmente de vinho.⁵⁴ Assim, este espaço seria o do lagar de vara, de cuja presença aquela cavidade na parede é o único vestígio.

Atravessando para o pátio nobre, pelo espaço do topo norte, note-se ali presença de aberturas por baixo das varandas, no plano das guardas das escadarias. Existem dois vãos situados por baixo da varanda e escadaria a Oeste, dando acesso a duas pequenas arrecadações (23, 24). Na maior (23), logo em frente à abertura, situa-se outra porta, dando acesso a um espaço, possivelmente arrumo ou armazém (25), que sendo atravessado dá saída para a escadaria do pátio sudoeste. Este é um dos três atravessamentos no piso térreo, pelo interior da casa, do pátio nobre para os espaços exteriores a Sul.

No pátio nobre abrem-se dois portões, na fachada nordeste da casa, entre as escadarias. O portão a Oeste dá acesso a um corredor que atravessa o corpo do edifício transversalmente (26). Percorrendo o corredor, à direita existe uma porta, de duas folhas, encerrando um outro compartimento (27). Com uma pequena janela, voltada para a escadaria do pátio norte, este espaço alberga o tanque de um lagar, num canto, e o peso e fuso de uma prensa, noutro canto. É possível que estes elementos não pertençam a este sítio - talvez tenham sido deslocados do outrora espaço do lagar, no corpo menor da casa, já abordado (22).

Voltando ao corredor, com pavimento em terra, chegando ao seu topo,

54 *Na quinta da Mitra, que pertencia ao sr. João Mitra, situada junto à rua de Vila Meã, exisita um moinho e um antigo lagar de grandes dimensões onde era produzido o vinho da propriedade.* in PACHECO (coord.), p.40 .



36. Alçado Noroeste.

desce-se um degrau - a soleira de um vão que aí se abre na parede estrutural - entrando num amplo, comprido espaço, também de pavimento em terra (28). Sabe-se que, durante a última ocupação da casa, no século XX, este espaço terá servido para curral de vacas, contactando a Oeste com o pátio, através de um alto e largo portão, e articulando a Este com o espaço sob a capela (29) - uma segunda dependência destinada aos animais, em particular para a guarda das vacas prenhas e criação dos vitelos (segundo testemunho do Sr. Quintino Monteiro).

Questiona-se, no entanto, a possibilidade de este espaço ter servido outros usos, antes de se lhe ter atribuído a função de curral. O acesso pelo exterior deveria ser feito pelo portão voltado para o pátio sudoeste - um espaço de aspecto cuidado, pavimento lajeado em pedra, com muros baixos e grades de ferro, em articulação com os requintados espaços exteriores de recreio. Não parece evidente que um espaço com estas características servisse como ponto de passagem para os animais, vindos do campo e do pasto; talvez fosse mais lógico serem encaminhados para aquele outro edifício anexo (onde aliás se confirmara ter albergado cortes de bois). Além disso, a altura do vão do dito portão - que é robusto, de madeira bem talhada, pintada de um vermelho carmim - parece digna de outro uso. Por fim, a existência, no interior, de uma manjedoura alta, encostada à parede nordeste, sugere que servisse para animais de porte maior do que o dos bovinos. Parece, então, ter este espaço servido de cavalaria, antes de ser usado como curral.

Na parede sudoeste abrem-se duas janelas altas, sendo que os seus peitoris foram alteados, com tijolo, e do exterior não se sentiria (quando rebocada a parede) a verdadeira amplitude dos vãos.

Regressando ao pátio norte, entrando pelo outro portão, entre as escadarias, acede-se ao espaço da adega (30). Com esse único acesso, este espaço abre também uma pequena janela voltada para a escadaria que lhe está contígua - reforçando uma simetria do alçado da casa voltado para o pátio. A orientação solar e as aberturas deste espaço conferem-lhe a frescura necessária à conservação do vinho.



37.



41.



38.



42.



39.



43.



40.

- 37. Acesso ao pátio de serviço.
- 38. Pátio de serviço.
- 39. Cavalariça/curral (29)
- 40. Peso e fuso de prensa de vara (27)
- 41. Entrada para latrina (31)
- 42. Abertura no muro (caminho de consortes)
- 43. Corredor (26)

A abertura no plano da escadaria a Este dá acesso a um pequeno compartimento, que terá servido de latrina (31) - existindo hoje ainda o assento que confirma esse uso. Junto à sua entrada, existe o vestígio de uma parede, com uma pequena janela. Esta ruína testemunha a existência de um corpo anexo à casa, que terá servido de habitação para outros membros da família dos últimos proprietários. Também na fotografia aérea de 1939 se atesta a presença deste corpo anexo.

Nesse canto, sob a varanda da escadaria, existe ainda um terceiro acesso ao piso térreo da casa. Nesse recanto, o muro de limite do pátio tem uma abertura para o caminho de consortes, protegido por barras de ferro. Tendo servido de habitação no século XX, em conjunto com o anexo construído no pátio, este topo do edifício divide-se numa primeira sala, para onde se entra (32), contactando com duas alcovas - comunicantes entre si por uma janela interior (33, 34). O primeiro espaço abre duas janelas de peito e um pequeno postigo, no canto oposto à entrada, voltados para nascente, para o caminho de consortes e para a escadaria exterior de acesso à capela. A janela do centro parece ocupar o lugar onde estaria uma porta. Pelas paredes rebocadas e pintadas e pelos detalhes das peças dos aros das portas e rodapés, percebe-se que, efectivamente, estes espaços terão sido cuidados de uma forma que parece procurar algum conforto para habitar, afastando a possibilidade de servirem de simples arrecadações ou lojas. A alcova (34) contacta por uma porta com o espaço sob a capela, descendo dois altos degraus nesse sentido.

Finalmente, regressando a esse espaço sob a capela (29), além da ligação com o já descrito espaço de curral ou cavalaria (28), existe uma alta janela, semelhante às daquele espaço, e um portão, cuja padieira excede os três metros de altura, estando estes dois vãos voltados para o espaço do jardim. Esta seria uma outra possibilidade de atravessamento do edifício no piso térreo, de Norte para Sul.

Será ainda de notar, neste topo Sudeste, uma pequena gruta, escavada no volume do patamar de acesso à capela (35). Voltada para o jardim, visível através de um vão de porta, esta gruta constitui um outro elemento qualificador do edifício e do conjunto dos espaços exteriores.



44. Alçado Sudoeste.

Descritos os espaços do piso térreo da casa, observe-se a composição dos espaços exteriores e a forma como se articulam com o edifício e entre si.

Articulação dos espaços exteriores - pátio sudoeste, jardim, pomar, chafariz, lago

Refira-se, em primeiro lugar, um terceiro espaço de pátio - depois dos de entrada nobre e de serviços - que articula diferentes acessos ao piso térreo e ao piso nobre: o pátio sudoeste, na intersecção dos dois volumes da casa (fig. 46). Existe, aí, uma escadaria e varanda semelhante às do pátio norte, de menores dimensões. No pátio, em baixo, o pavimento é lajeado, em granito de bom talhe. Um muro baixo, grades e portões de ferro forjado encerram este espaço. A partir dali se articulam, além da escadaria e do piso nobre, um acesso ao piso inferior da casa através de um alto portão - como já foi visto, acedendo à antiga cavalaria -, e um conjunto de espaços exteriores, na frente sudoeste da casa, servindo um uso mais privado, destinados quer ao recreio, na contiguidade do edifício, quer à ligação com diferentes partes da propriedade.

Através de um dos portões de ferro forjado, acede-se a um primeiro espaço, um recinto cercado de muros baixos, designado por “Jardim”, do qual se percebe, nos desenhos em planta de 1873 e 1892, um pequeno circuito rodeado de vegetação, possivelmente um roseiral ou jardim de buxo, e um elemento central que poderá corresponder a um pequeno lago ou poço. Pela sua forma oval, em contraste com a do lago (que consta na planta de 1892), mais livre e irregular, pode-se indagar que se trate de um poço, eventualmente de um pequeno tanque central na composição do desenho deste jardim. Subsistem algumas árvores, das quais se destacam duas altas palmeiras.

Este espaço de jardim articula-se com um outro, numa cota ligeiramente inferior, designado de “Pomar”, igualmente encerrado por muros, constituindo assim um conjunto de espaços exteriores acessível apenas pelo pátio Sul, que proporcionavam uma vivência ao ar livre e a recolha de frutos para consumo – em simultâneo enriquecendo o conjunto do ponto de vista paisagístico.



45. Excertos das plantas parciais de levantamento para a "Carta Topographica da Cidade do Porto", de Telles Ferreira. 1892. Folhas 373 FD, 374 FD. Quinta de Vila Meã. Espaços exteriores.

Entre os patamares, existe uma larga e baixa guarda de pedra. Esta disposição do jardim e do pomar em patamares ligeiramente desnivelados remete para uma descrição de Carlos de Azevedo, acerca da preocupação paisagística e tendências no desenho de espaços de jardim e recreio nos solares portugueses de Setecentos, sugerindo o enquadramento da execução deste conjunto nesse período:

Este tratamento [de certos jardins] em terraços - solução caracteristicamente barroca - é frequente em Portugal durante o século XVIII (...). Por vezes, nos jardins das casas portuguesas a diferença de nível entre os vários terraços é pouco acentuada - dois ou três degraus.⁵⁵

Novamente a partir do pátio sudoeste, acede-se a outro espaço exterior, separado destes anteriores, onde se encontrava um chafariz, de granito, de desenho barroco - com taça e quatro bicas de água esculpidas, e um obelisco piramidal no remate, assente num pequeno pedestal de dois degraus, vencendo o ligeiro desnível do terreno (fig. 47) - chafariz que hoje se encontra nos jardins do Palácio de Cristal, no Porto.

A inclusão destes elementos – jardim e pomar murados e em patamares, chafariz barroco - qualificam o espaço exterior contíguo à habitação, conferindo-lhe especial requinte e propiciando uma vivência que se enquadra nas tendências do veraneio do século XVIII/XIX, correspondendo a uma tendência de valorização da paisagem e de um particular gosto que se cultiva nessa época.⁵⁶

É ainda visível (fig. 47) o muro de limite do jardim e uma vinha no seu comprimento, bem como uma das palmeiras que ainda hoje existem. As paredes, nessa altura (1943), estavam rebocadas, e é possível ver-se um pináculo e uma cruz na empena da cabeceira da capela - hoje inexistentes. Ao

55 AZEVEDO, 1969, p. 75.

56 ARAÚJO, 1979, pp. 378-382



46.



47.

46. Pátio Sudoeste.
 47. "Chafariz numa casa da Rua de Vila Meã." 1943, Guilherme Bonfim Barreiros. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: F-P/CMP/10/196(86)).

cimo da escadaria, no pátio sudoeste, parece existir um elemento, sugerindo-se que se trate de um sino - o que indica a possibilidade de este ser um outro ponto de acesso, embora voltado para uma zona mais privada do recinto.

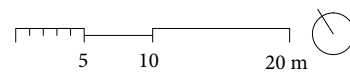
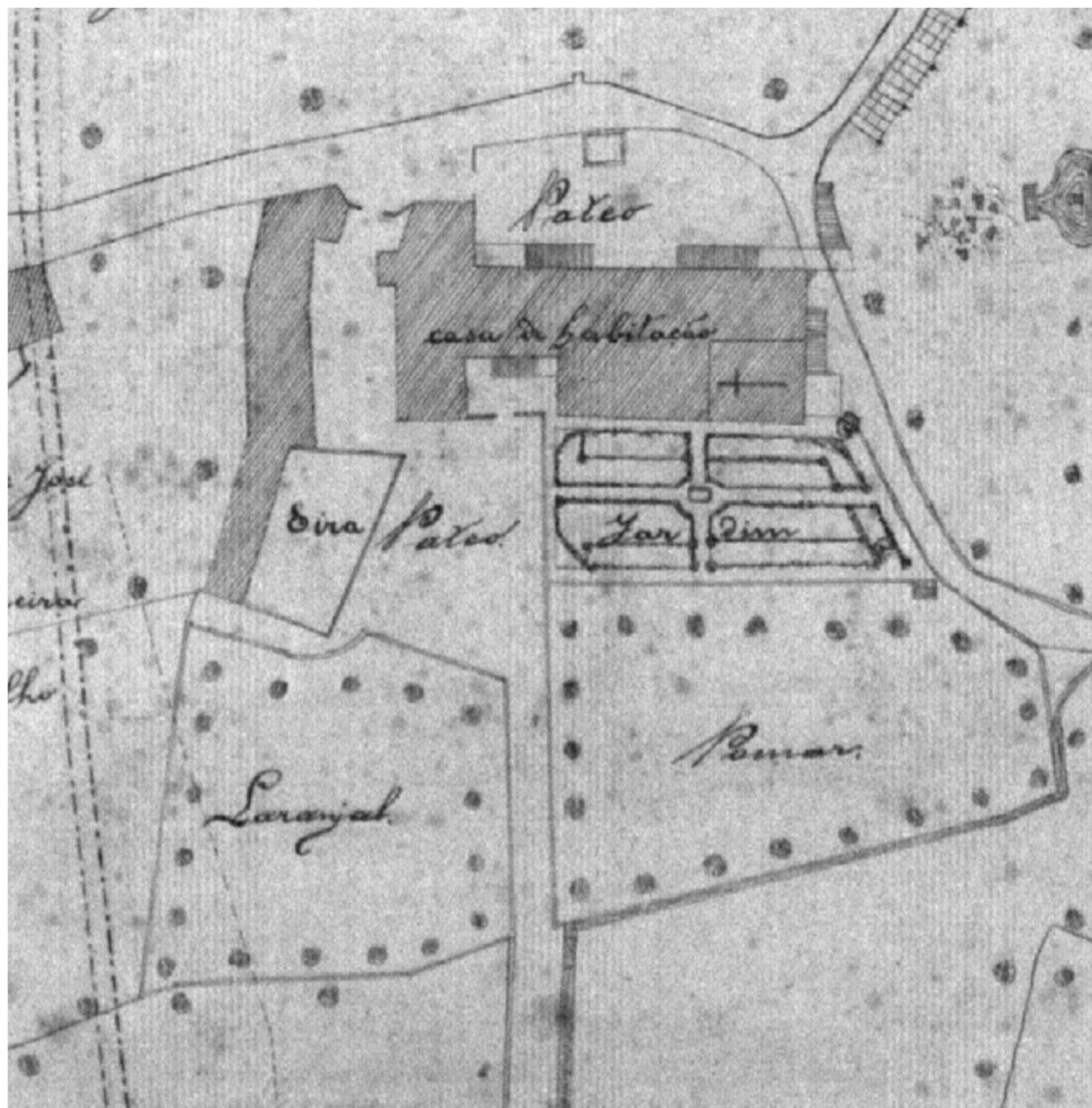
Junto aos muros do jardim e do pomar, lança-se a partir do portão do pátio Sudoeste um caminho, pavimentado em pedra, que corresponde à “Estrada Interior da Quinta” apontada na planta de 1873 e que percorre a propriedade no sentido Sudoeste/ Oeste, levando ao ponto de acesso na rua de Godim, numa cota mais elevada. Este espaço, de onde se lança este caminho e no centro do qual se encontra o chafariz, é delimitado a Noroeste pela eira e edifícios anexos, junto dos quais, no extremo sudoeste, se situa um Laranjal (referido na planta de 1873 - fig. 48). Nesse mesmo sítio, na planta de 1892, surge um lago e um pequeno conjunto de construções - possivelmente destinados à guarda de animais, currais ou galinheiros. A Sudoeste, delimita-se por muros, formando, à semelhança do jardim e do pomar, um terraço.

Perspectiva sobre a extensão da quinta. “Estrada interior” e caminho de consortes

De uma perspectiva sobranceira, a partir da casa, poderia observar-se a extensão dos terrenos, subindo, a Sudoeste, pelo Monte da Estação, e descendo, a Sudeste, até Bonjónia.

Para o lado do Monte da Estação, como já se viu, lançava-se um caminho a partir do pátio Sul junto aos muros do jardim e do pomar, em direcção a Sudoeste, quebrando a direcção a certo ponto para ir de encontro à rua de Godim, onde, no seu término, se abre um acesso no muro de vedação da propriedade. Este caminho, “estrada interior da quinta”, pelo seu desenho rectilíneo e ortogonal na planta de 1873, parece ter sido construído sobre um talude artificial, possivelmente na tentativa de vencer o declive abrupto que se verifica a Sudoeste, facilitando igualmente o acesso à área de mato que aí se desenvolvia – certamente importante para o aproveitamento dos recursos que de lá se poderiam extrair.

Embora não seja visível na planta de 1873, verifica-se o prolongamento



48. Excerto da “Planta da Quinta da Villa-Meã”, 1873. Arquivo Distrital do Porto (cota: K/28/1/5 - 39)

dos terrenos, nessas cotas superiores do Monte da Estação, e dos muros de vedação na planta de 1892. Estaria aí, como já foi visto, uma outra entrada para a propriedade, que faria ligação por um caminho à “Estrada Interior da Quinta” - estando praticamente a eixo do pátio sudoeste. A construção da linha férrea significou a separação da propriedade em duas partes, e possivelmente a expropriação de uma parte significativa de terrenos a sul, para a terraplanagem necessária à instalação das oficinas da Estação de Campanhã. O portão no Monte da Estação desapareceu, no final da década de 1930⁵⁷, para dar lugar à abertura da rua do mesmo nome.

Como já se viu, esta zona de cotas mais elevadas, no monte da Estação, foi apontada como o lugar do Casal de Cima, na descrição de 1884; também nesse documento foi mencionado *um parque todo murado e para recreio, que ficava localizado para os lados da Estação de Campanhã*⁵⁸, cujo sítio não se precisa. Tendo já sido aqui, anteriormente, apontado o local e o conjunto a que poderia corresponder o dito Casal de Cima (do lado Norte da rua de Vila Meã), julga-se então que o descrito parque de recreio deveria localizar-se neste sítio do monte da Estação, com um acesso próprio, vedado e acessível também pela “estrada interior”. Assim, seria esta zona uma tapada, importante reserva para lenha, um bem que seria necessário preservar e proteger, por muros em todo o perímetro.

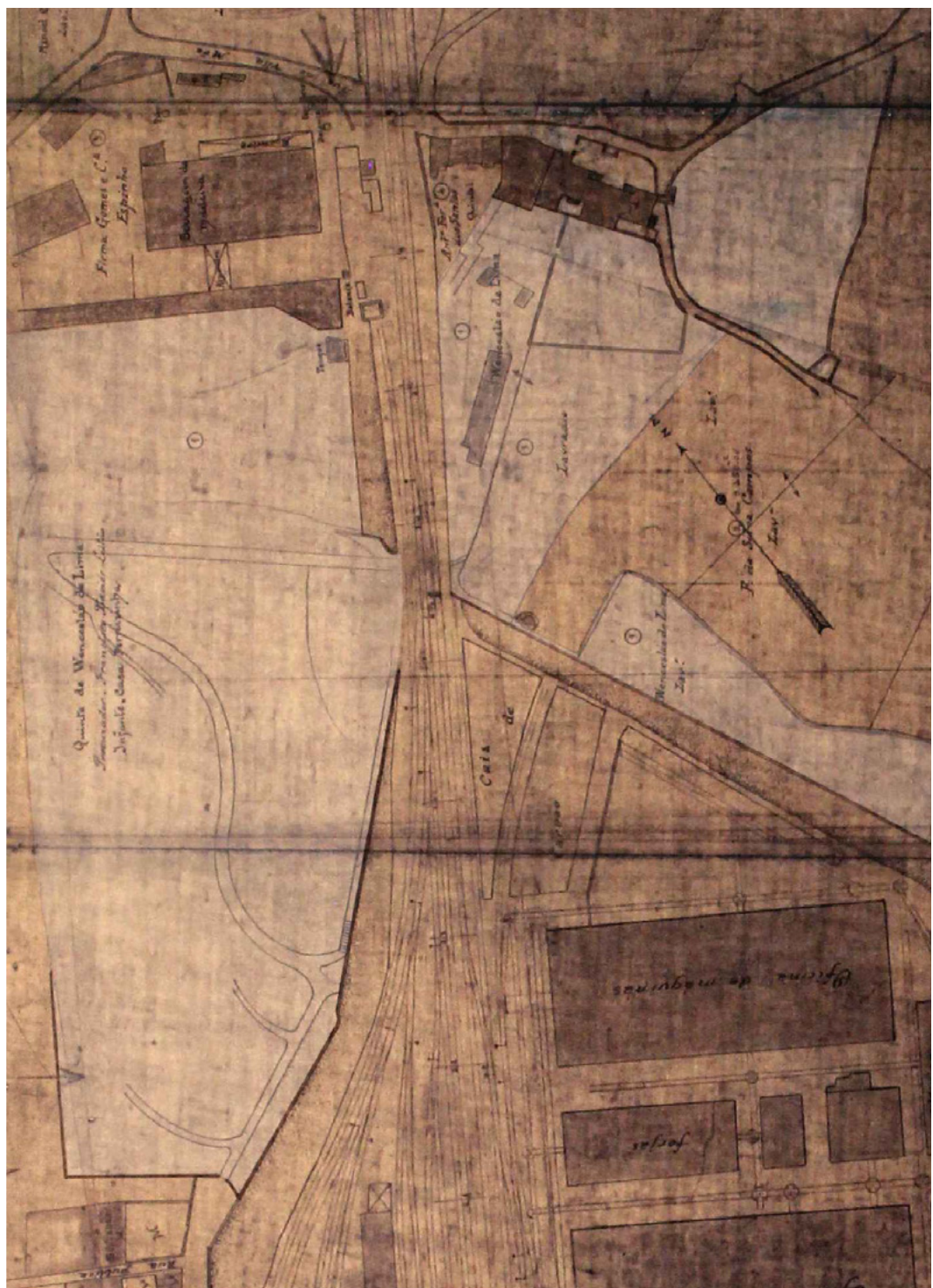
No sentido oposto, descendo até Bonjóia, distribuem-se os terrenos para cultivo, atravessados e acessíveis pelo caminho de consortes.

Através de um terceiro portão, na rua de Vila Meã, que poderia ser fechado ou aberto segundo a vontade dos proprietários, acede-se a um caminho que, entre muros, dá acesso imediato à escadaria da capela, no topo sudeste da casa - confirmando a sua possível abertura ao público para celebrações litúrgicas.

Continuando o percurso do caminho, os muros vão, ora abrindo

57 Licença de obra nº 1849/1937, folhas 282/283A/283B. Arquivo Histórico Municipal do Porto (cota: D-CMP/9(905)).

58 SILVA, 1989, pp. 45-46.



49. Excerto da “Planta de modificação da Estação de Campanhã”, 1909. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: D-CMP/21/41)

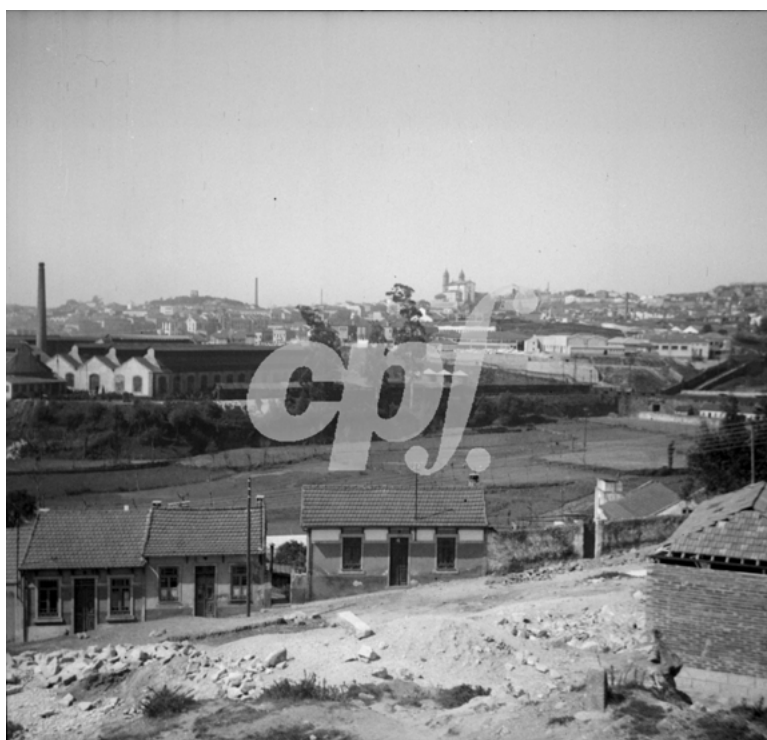
acessos, ora desaparecendo, contactando com a sucessão de terrenos que, em socacos, se estendiam até à rua de Bonjóia, a Sul. Na planta de 1873, verificam-se alguns nomes, ora denominando os terrenos (por exemplo, “da cortinha”, ou “da pedra”, que remetem para a diferenciação dos seus usos ou para características que os distinguiam), ora indicando os nomes dos seus proprietários, confirmando que este caminho serviria diferentes pessoas.

Na extremidade sul, surge na planta de 1892 um muro (que não parece existir na de 1873) e um portão – que terá sido mandado construir por Wencelsau de Lima em 1891⁵⁹. Nesse sítio existia um tanque público, servindo-se do curso de água que, servindo também o moinho no interior da propriedade e correndo junto ao troço final do caminho de consortes, abastecia a fonte de Bonjóia, que ainda hoje existe, sob o viaduto da Via de Cintura Interna.

Junto ao portão construiu-se uma pequena capela - chamada da Fonte da Senhora. Inserida no muro e implantando-se para o interior da propriedade, a capela foi inaugurada no ano de 1961, e restituiu-se um pequeno obelisco de 1861, em memória de um acontecimento milagroso, associado ao irrompimento espontâneo de uma fonte de água (a de Bonjóia), durante uma procissão no ano de 1742 naquele lugar.⁶⁰

59 Licença de obra nº 111/1891, requerendo a vedação de um terreno e a abertura de um portão, na rua de Bonjóia. Existe também uma outra licença, nº 68/1867, cujo requerente foi José Joaquim Pereira de Lima, que pretendia a construção de um portão da Quinta de Vila Meã, na rua de Bonjóia. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

60 MEIRELES, RODRIGUES 1991, p. 253.



50. "Porto: Panorâmica Oriental da cidade do Azevedo para o Bonfim", 1947. José Gouveia Júnior. Centro Português de Fotografia. (referência: PT/CPF/JGGJ/002/000594)
Em segundo plano, a extensão de terrenos da quinta, descendo até Bonjóia.

2.3. Aspectos e detalhes do desenho da casa. Elementos qualificadores do edifício. Um olhar sobre outras “casas dos arredores do Porto”

Após uma compreensão da composição e funcionamento do conjunto da propriedade e do edifício, da distribuição e articulação dos seus espaços interiores e exteriores, importa regressar à casa e observá-la com atenção a alguns pormenores do desenho de algumas partes.

Escadarias e varandas alpendradas

Volte-se novamente a fachada voltada a Nordeste, para o pátio de entrada nobre. Observem-se alguns detalhes nos elementos que mais sobressaem: as escadarias e varandas.

Este conjunto de elementos, que aqui se assume como detalhe importante na fachada principal do edifício, pode-se inserir no contexto de uma tipologia de casas dos arredores do Porto, identificada por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano - que se difunde, com algumas variações, desde Aldoar, Nevogilde, Senhora da Hora até à Maia, onde se distingue um tipo, especificamente.

Da descrição destes elementos numa casa em Aldoar, percebe-se um conjunto de semelhanças com a casa de Vila Meã:

Trata-se de uma casa de planta rectangular, cuja fachada principal - que é virada a SE - é um dos lados mais compridos, e que se compõe de rés-do-chão e andar, a que se acede por uma escadaria exterior e uma escada interior. A escadaria exterior, larga (de 1,60m) e de subida suave, é de pedra bem aparelhada, e termina por um patim alpendrado, da mesma largura que a escada, que vai até ao cunhal oposto; a guarda da escada começa por um elemento decorativo em S de dupla espiral, e é em grandes blocos de cantaria com um corrimão talhado a capricho. O conjunto da escada e do patim, embora aderente ao corpo principal da casa, da qual ocupa toda a fachada principal, é, contudo, de construção independente desta (...).



51.

51. Uma coluna do alpendre da escadaria oeste, no pátio nobre.

O telhado da casa, de telha caleira portuguesa velha, é de quatro águas; uma delas - que corresponde à fachada principal - prolonga-se de modo a formar sobre o patim um alpendre inclinado, sustentado por três colunas baixas (0,85 m), de granito, num estilo neoclássico singelo e rústico; este alpendre, porém, não abrange a escadaria, que fica a descoberto.⁶¹

Embora com algumas diferenças no seu desenho, a escadaria terminando em patim alpendrado é bastante semelhante àquela descrita na casa de Aldoar - e este tema é retomado também nas casas da Maia. Na casa de Vila Meã, a escadaria repete-se, como já foi visto, ocupando toda a fachada nordeste e posicionando-se de forma quase simétrica.

Note-se o desenho dos degraus, cujos cobertores longos, com focinho arredonado, e espelhos baixos proporcionam uma subida suave - sendo que a escadaria a Este tem uma inclinação menos acentuada, com os cobertores mais profundos, rondando os 42 cm, em comparação com os outros, que rondam os 34 cm - um dos aspectos que negam a aparente simetria deste conjunto.

A guarda, rebocada na face exterior, apresenta uma bordadura de pedra, cuja parte superior é esculpida formando um corrimão - uma parte saliente, arredondada, que acompanha a subida da escadaria até à varanda. Nesse ponto, no topo, o remate e transição para a guarda da varanda faz-se com uma quebra, que acentua o alteamento dos elementos de suporte dos alpendres. Esta quebra é mais evidente na escadaria a Oeste, parecendo na outra quase acidental.

Nas varandas (ou patins), a guarda serve agora de base às pequenas colunas de pedra granítica que sustentam os alpendres que, tal como em Aldoar, cobrem apenas a sua área, ficando a escada a descoberto. Não obstante a simplicidade do desenho destes elementos, estes conferem ao conjunto um aspecto leve, proporcionado, algo requintado. As colunas são compostas por uma base paralelepípedica, ao alto, fuste com êntase e capitel, onde apoia a estrutura de madeira do alpendre, sendo que a sua base é fechada por ripado

61 OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp. 46-47.



52.



53.



54.

52. Escadaria oeste, no pátio nobre.

53. Escadaria este, no pátio nobre.

54. Escadaria no pátio sudoeste.

rebocado. Também neste aspecto os dois lados diferem: a Oeste, apenas duas colunas sustentam o alpendre; na varanda oposta, posicionam-se três colunas, e as suas bases são mais altas. Consegue ver-se, cravado na pedra dessas bases, o desenho de um rectângulo, como expressão decorativa.

A este conjunto assemelha-se a escadaria do pátio sudoeste que, pelo curto comprimento, requer apenas uma coluna de pedra sustentando o pequeno alpendre, que é aqui, ao contrário dos anteriores, o prolongamento do plano do telhado. A base desta coluna é menor, apresentando uma forma cúbica - onde se grava o desenho de um quadrado.

Vãos do piso nobre: janelas de assento, poiais de pedra

Passe-se ao interior da casa, no piso superior. Constata-se a presença de várias janelas de assento neste piso - uma característica igualmente presente no conjunto de casas dos arredores do Porto (em particular na de Aldoar):

(...) de cada lado do vão das janelas, vêem-se os característicos poiais também de granito, fazendo de bancos.⁶²

Na verdade, esta é a mais corrente forma de abertura para o exterior no piso nobre, existindo apenas duas excepções: no volume menor do edifício, a janela voltada a Oeste (7), e no volume maior, a janela de um dos quartos (13) voltados a Nordeste. Todas as restantes são janelas de assento, qualificando todos os espaços em que se situam como forma especial de contacto entre interior e exterior. Contam-se 17 janelas de assento; no entanto, estas janelas não são todas iguais entre si.

É possível dividi-las, agrupando-as consoante as dimensões dos elementos que as constituem, que acabam por diferenciar a sua expressão e utilização. Tome-se como referência as alturas, em relação ao soalho, dos assentos, dos peitoris e das padieiras das janelas, para que se possa estabelecer paralelismos.

Por um lado, as janelas da cozinha apresentam dimensões semelhantes

62 OLIVEIRA, GALHANO, 1992, p. 48.



55.

55. Poial de pedra de uma janela de assento.

- 59,5 cm de altura do assento, 88 cm de peitoril e 217 cm de altura, medidas desde a pedra de soleira, que se encontra-se elevada 5 cm em relação ao soalho. A janela do topo norte, no mesmo corpo do edifício tem dimensões aproximadas a estas. Na extremidade dos assentos, note-se um “focinho”, fazendo a transição para as curvas que desenharam a parte inferior do poial, de 20 cm de altura.

De seguida, observe-se uma similaridade nos vãos dos espaços de quarto voltados a Nordeste (12, 14, 15), bem como no vão do corredor em “L”, na mesma parede. Embora registando algumas variações, por vezes entre os assentos numa mesma janela, os valores da altura dos poiais situam-se entre os 62 e os 67 cm, os dos peitoris entre os 90 e os 91 cm e os das padieiras entre os 220 e os 223 cm.

As janelas de assento da sala do topo nascente (16) têm a sua soleira alteada 8 cm em relação ao soalho. Os seus assentos estão entre 61 e 62,5 cm a partir da soleira, ficando a sua altura elevada a, aproximadamente, 70 cm do soalho - claramente diferente do que até aqui se viu. Os seus peitoris estão entre 88,5 e 89 cm de altura, e as padieiras entre 222,5 e 224,5 cm.

As janelas voltadas a Sudoeste, nos espaços 17, 18 e 19, têm alturas semelhantes, crescendo de poente para nascente, sendo a altura mínima do assento 51 cm, variando até aos 54 e 57 cm. Também os peitoris vão alteando, desde os 81,5 cm até aos 86 cm de altura, e as padieiras, no mesmo sentido, crescem dos 218 cm até aos 220 cm. Pode ser equiparada a estas a janela da sala (4), cujo assento tem 54 cm de altura, o peitoril 86 cm e a padieira 225 cm em relação ao soalho.

Por fim, pode-se ainda diferenciar destes grupos as duas janelas de assento do espaço da capela (20) que, embora sejam semelhantes e estejam na continuidade dos vãos voltados a Sudoeste, se distinguem pela cantaria exterior. Na orla interna das cantarias, fazem um pequeno sulco que afina a espessura da moldura, e que pode ser considerado como elemento diferenciador dos restantes vãos, reforçando a já afirmada importância do espaço da capela no edifício. Os valores das alturas dos assentos, peitoris e padieiras são



56.



59.



57.



58.

- 56. Janela de assento, cozinha (4)
- 57. Janela de assento, quarto (18)
- 58. Janela de assento, sala (16)
- 59. Janela de assento, quarto (12)

constantes, e são de 58,5 cm, 88,5 cm e 223,5 cm respectivamente.

Em geral, as pedras de padieira das janelas formam, no exterior, a parte superior da moldura de cantaria, bem talhada e esquadriada, que está alinhada com um friso, faixa de pedra perimetral do edifício - em geral entre os 20 e os 22 cm de altura -, onde sustenta a cornija, formando o beiral e remate superior das fachadas. Apenas a janela da sala (4) tem a sua padieira formada directamente pela pedra da cornija - podendo ser o resultado de acções de reformulação do edifício.

Nicho, chaminé e pia da cozinha

Note-se, agora, a existência de outros elementos qualificadores dos espaços, particularmente os que distinguem o espaço da cozinha (5): a chaminé e nicho do fogão e a pia embutida, ao lado. O largo vão e corpo da chaminé, em tijolo, sustentam-se por uma peça/ viga de pedra, apoiada em dois grandes cachorros graníticos, avançando sobre o espaço interior. Neste nicho, escavado na parede e saliente no exterior, o pavimento é de pedra - uma plataforma ligeiramente alteada face ao soalho, avançando tanto quanto a chaminé e prolongando-se sob a pequena pia.

Carpintarias e guarnições

No espaço da sala (4), foi já visto o tecto em “masseira” e o estuque que ostenta no seu centro representando elementos vegetais, enquadrados numa moldura oval, com ornatos nas extremidades. As arestas de intersecção dos planos inclinados do tecto com a parede são resolvidas com sancas de perfil complexo, em gesso. Ao centro da parede sudoeste, posiciona-se a janela de assento, com portadas de quatro folhas cobrindo o vão, e vestígios de um caixilho de batente com bandeirola. O aro do vão é rematado com peças de mata-juntas, articulando-se com as peças de rodapé, cuja cor escura contrasta com as paredes e o soalho. Todos estes elementos formam um conjunto cuidadosamente desenhado, delicado, numa sequência que articula os planos



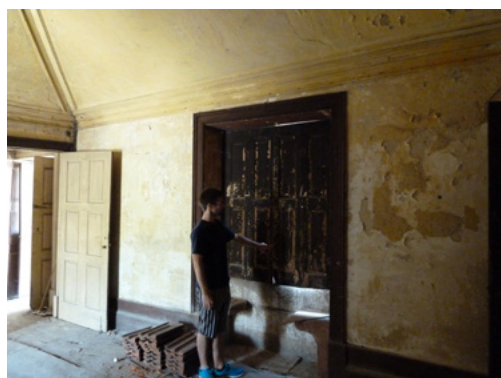
60.



63.



61.



64.



62.

- 60. Corredor (3), passagem para quarto (17)
- 61. Poial, guarnição e rodapé. Sala (4)
- 62. Estuque no tecto da sala (4)
- 63. Fogão e pia da cozinha (5)
- 64. Janela e portadas, sala (4)

do chão até ao tecto.

Repare-se no desenho das carpintarias de guarnição dos vãos. O desenho destas peças de mata-juntas e rodapé repete-se em muitos outros espaços deste piso - por exemplo, no quarto do topo norte (11), na portas de entrada pelas varandas e em inúmeros outros vãos, portas e janelas, ao longo de todo o corpo maior do edifício, revelando cuidado e riqueza decorativa e dando coesão aos diferentes espaços.

Observe-se a transição entre os dois volumes do edifício, onde se abrem duas passagens. Atravessando uma parede de pedra, estrutural, e colmatando a sua espessura, estes vãos são revestidos nas suas faces por painéis de madeira almofadados - cujos remates, guarnições e rodapés se assemelham aos do enumerado conjunto. Em particular, na passagem entre a sala e a cozinha, o trabalho de carpintaria na decoração da passagem articula-se com uma ombreira da porta da cozinha, formando um conjunto de execução e desenho cuidados (ver desenhos de levantamento, pp. 175-177)

Pormenores da capela

Por fim, importa mencionar o espaço mais emblemático do conjunto: a capela. Sendo um espaço de elevado pé-direito, digno da função que acolhia, o seu tecto, hoje inexistente, poderá ter sido em abóbada de berço, talvez de estrutura em madeira, como sugerem algumas marcas nos vestígios de reboco que ainda se encontram nas paredes. Contacta, a Oeste, com um dos quartos (19) por duas portas baixas. Entre elas, ao centro, abre-se um alto vão, terminando em arco de volta inteira, que pela sua posição frente ao portal de entrada, parece corresponder a um grande nicho para o altar.

Além dos vãos das portas e do nicho da cabeceira, das já referidas janelas de assento, abrem-se ainda na parede da fachada principal, voltada a Sudeste, na parte superior e ladeando o portal, dois óculos cruciformes, gradeados, de cantos arredondados, que são os elementos mais notáveis da sua ornamentação. Possui ainda, na parede de divisão com a sala 16, um pequeno nicho encastrado, de forma semi-circular.

Inserida na continuidade das paredes da casa, a capela diferencia-se



65.



66.



67.

65. Fachada da capela (voltada a nascente)
 66. Interior da capela (20), vestígio da
 abóbada no topo, no reboco.
 67. Excerto da Fotografia aérea da cidade
 do Porto, 1939-40: fiada 25, nº 598. Arquivo
 Histórico Municipal do Porto. (cota: cota:
 F-NV/LA-CX64/9/F25(598)-

do seu volume pela sua altura, como já visto, marcando os seus limites por pilastras a toda a sua altura, rompendo com a contínua linha de cornija do beiral. No exterior, a escadaria de acesso ao alto patamar de entrada pública encerra algumas particularidades no desenho dos degraus e da guarda de pedra - cujo perfil revela ser mais complexo que o da guarda das escadarias do pátio norte. Ao cimo da escadaria, junto ao portal de entrada, nota-se uma pequena pia de água benta, em pedra, saliente na fachada.

O desenho da fachada principal é simétrico, confinado por pilastras nos seus limites laterais. O seu alto portal central, ladeado por altos relevos, com motivos geométricos e figurativos, é encimado por um entablamento e volutas simétricas, onde sustenta, ao centro, um nicho em arco de volta inteira, com ornamentos vegetalistas na sua base, no seu topo e nas laterais. Na parte superior, a fachada é rematada com um entablamento e frontão triangular, com relevos geométricos no seu tímpano. De cada lado do frontão situam-se pináculos, e no seu topo estaria uma cruz, hoje inexistente.

É ainda possível constatar, nas fotos de 1939, a existência de um elemento sobre a cornija da fachada sudoeste da capela, que se presume ser uma sineira. No chão do jardim, encontram-se hoje algumas pedras dispersas, provenientes de partes do edifício destruídas, e uma delas parece corresponder ao arco dessa sineira - hoje desmantelada.

Apontamentos de cor em diferentes espaços

É possível observar alguns vestígios de cores diversas em certos pontos do edifício, que testemunham um gosto decorativo requintado e uma expressão do edifício que se afasta do aspecto cinzento e granítico que hoje se nos apresenta.

No exterior, a cor amarela predomina, como se atesta na fachada Nordeste, sendo que as cantarias das janelas seriam pintadas com um tom azul-escuro. O mesmo amarelo está presente no espaço da sala (4) e em alguns compartimentos do volume menor do edifício (2 e 11). Na sala do topo nordeste (11) também as pedras que compõem a janela de assento estão



68. Alçado Sudeste.

pintadas com a mesma cor.

Na sala do topo nascente (16) nota-se na parede de tabique e nas pedras das ombreiras das janelas um tom verde-escuro, que se repete no pequeno corredor de serviço para a alcova (7). Tanto num espaço como noutro, os madeiramentos são pintados com um vermelho carmim, que contrasta com o verde. Também na sala do topo nordeste (11) surgem indícios da mesma cor, revelados por entre o amarelo.

Consegue-se ainda ver, nas pedras dos vãos da capela (20) (janelas de assento e óculos) um tom azul que se repetia no interior dos nichos da fonte do pátio nobre. Um tom semelhante - talvez na tentativa de o reproduzir - surge nas alcovas do topo nascente, no piso térreo, e surge um outro tom de azul, mais claro, no quarto adjacente à capela (19) e num dos quartos voltados a Nordeste (12).

Sob a escadaria este, no pátio nobre, faz-se um acesso a um espaço que liga às alcovas referidas. No exterior, como no interior, surge um tom rosa/ salmão - único no conjunto.

Elementos revelados no decorrer do levantamento. Possibilidades para a compreensão das fases de construção da casa

Pelo estado de transformação em que a casa se encontrava no momento de levantamento e registo dos seus elementos constituintes, perdera-se oportunidade de melhor observar alguns detalhes, por exemplo a clarabóia no corredor (3.) e sua inserção e expressão no tecto, bem como os tectos de quase todos os espaços no corpo maior da casa. No entanto, outras particularidades foram reveladas graças a estes processos de transformação.

Por exemplo, em vários pontos da casa ficaram a descoberto alguns vãos - portas, janelas e postigos - escondidos pelo reboco, hoje removido. Além destes vãos, outros elementos foram revelados: estruturas embutidas nas paredes de pedra, cuja profundidade foi entretanto preenchida, e que serviriam de armários, espaços de arrumação. Surgem nos espaços 3, 16 e 14, sendo que



69.



73.



70.



74.



71.



75.



72.

- 69. Sala (16)
- 70. Óculo da capela (20)
- 71. Quarto (11)
- 72. Fachada voltada a Nordeste.
- 73. Zona de serviço (7)
- 74. Janela de assento da capela (20)
- 75. Compartimento no topo nascente, no rés-do-chão (32)

neste último é possível notar-se algum cuidado na expressão dos elementos de pedra que estruturavam estes “armários” - pintados de cor vermelha, com desenhos lineares neles gravados.

No corredor (3), como já visto, abrem-se três vãos para aceder aos três espaços voltados a Sudoeste. À semelhança do que acontece na transição entre os dois volumes, estes vãos têm alguma profundidade, que se justifica por serem abertos em paredes estruturais de pedra. Aqui, pela remoção dos painéis que revestiam as faces internas do vão, constatou-se uma particularidade que teria passado despercebida de outra forma. As duas primeiras aberturas, mais a Oeste, indiciam ter sido, outrora e antes de serem portas, em forma de janela de assento. A terceira abertura revela ser semelhante às duas portas, na sala do topo nascente (16), o que pode indicar uma execução simultânea, posterior. A altura dos assentos destas duas janelas é perceptível: 62 e 68 centímetros, sendo a altura total do vão 2,36 metros, e o peitoril 90 centímetros a partir do chão. Entre as janelas, no espaço do quarto (18) revela-se um postigo, alto, e percebe-se o desenho de um friso, no topo destes vãos, de 22 centímetros.

Tudo isto parece indicar que esta parede terá definido, por período incerto, a fachada sudoeste da casa - o que sugere uma implantação em “T” mais estreita que a actual, sendo no entanto impossível definir precisamente o seu comprimento e as alterações a que tenha estado sujeita.

Suportando esta sugestão, observe-se a posição da fonte do pátio Norte. Não estando a eixo da actual fachada nordeste, parece, pelo alinhamento que assume com vãos no piso superior, ter estado a eixo dessa fachada num estado anterior da sua construção - sugerindo que o corpo do “T”, além de mais estreito, fosse mais curto que o actual. A existência de portas, janelas e postigos tapados sugerem, também pelo tratamento das suas pedras estruturais, terem constituído uma fase intermédia do edifício, e uma planta com organização diferente.

Sugere-se desta forma que o volume definido pelo espaço da capela (20) e pelos três quartos (17, 18, 19) possa ter sido uma adição conjunta, que poderá ter sido levada a cabo no decorrer do século XVIII. As diferentes



76.



77.



78.



79.



- 76. "Armário", na sala (16)
- 77. "Armário" no corredor (3)
- 78. "Armário" no antigo quarto (14)
- 79. Alçado interior dos antigos quartos (17, 18, 19). Aberturas para o corredor (3).

espessuras das paredes de pedra poderão, igualmente, remeter para diferentes momentos de construção do edifício.

Reforçando esta ideia, relembre-se a data inscrita na fonte do pátio nobre - 1710 - bem como a expressão barroca da capela, do alçado nordeste e do desenho do jardim, espaços de recreio e cuidado paisagístico da propriedade. Todos estes elementos, e em última análise a posição destacada e cenográfica da casa na paisagem, poderão ser o resultado de um grande empreendimento levado a cabo entre o século XVIII e XIX, no sentido de reformular profundamente o prestígio, requinte e ostentação da casa e da Quinta de Vila Meã.

[No século XVIII] Assiste-se à proliferação de construções de toda a espécie. Desde o santuário isolado, no alto do monte, até à igreja matriz, da casa de lavoura ao solar do fidalgo.

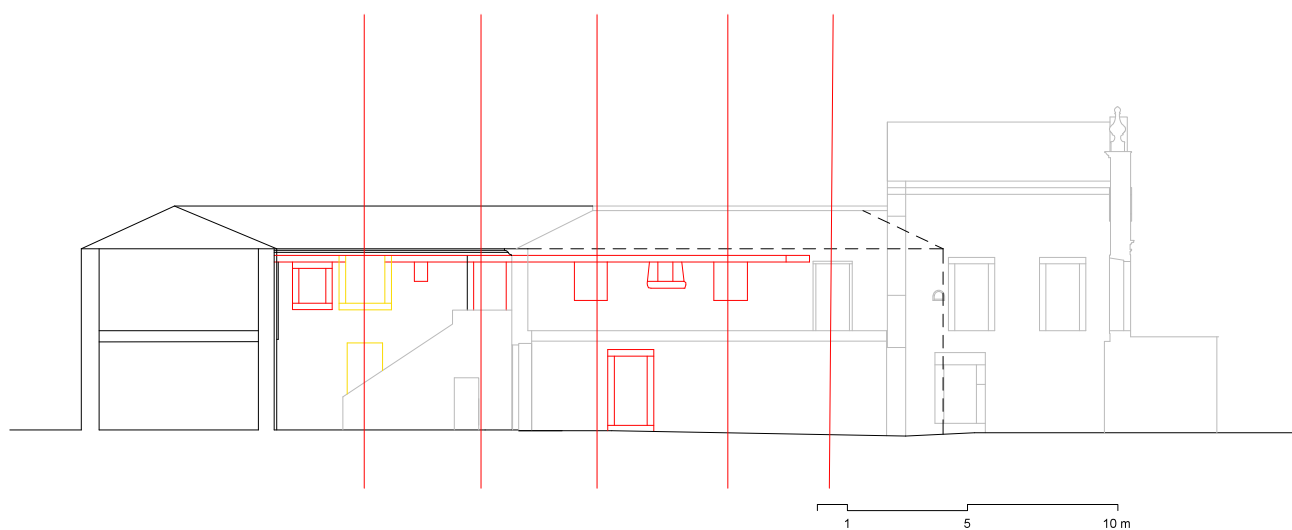
Por todas as terras do Minho e Douro Litoral, (...) a arquitectura solarenga desenvolve-se extraordinariamente (...).

(...) às construções quinhentistas, ainda bisonhas na sua catadura militar, vem acrescentar-se a profusão dos solares barrocos, espampanantes e sorridentes.⁶³

Por fim, retomem-se alguns aspectos que põem a casa de Vila Meã numa certa paridade com as já mencionadas casas dos arredores do Porto. Tanto as casas de Aldoar e Nevogilde como as da Maia - circunscrevendo as suas mais antigas materializações entre os séculos XVII e XVIII - se implantam, face à rua, de forma semelhante à implantação de Vila Meã:

Estas casas localizam-se geralmente junto a qualquer muro ou outra divisória do prédio rústico que encabeçam; mas, quando esta

63 *Arquitectura Popular em Portugal*, 1980, p. 27.



80. Esboço de antigas aberturas no alçado Sudoeste (talvez na segunda fase de construção da casa).

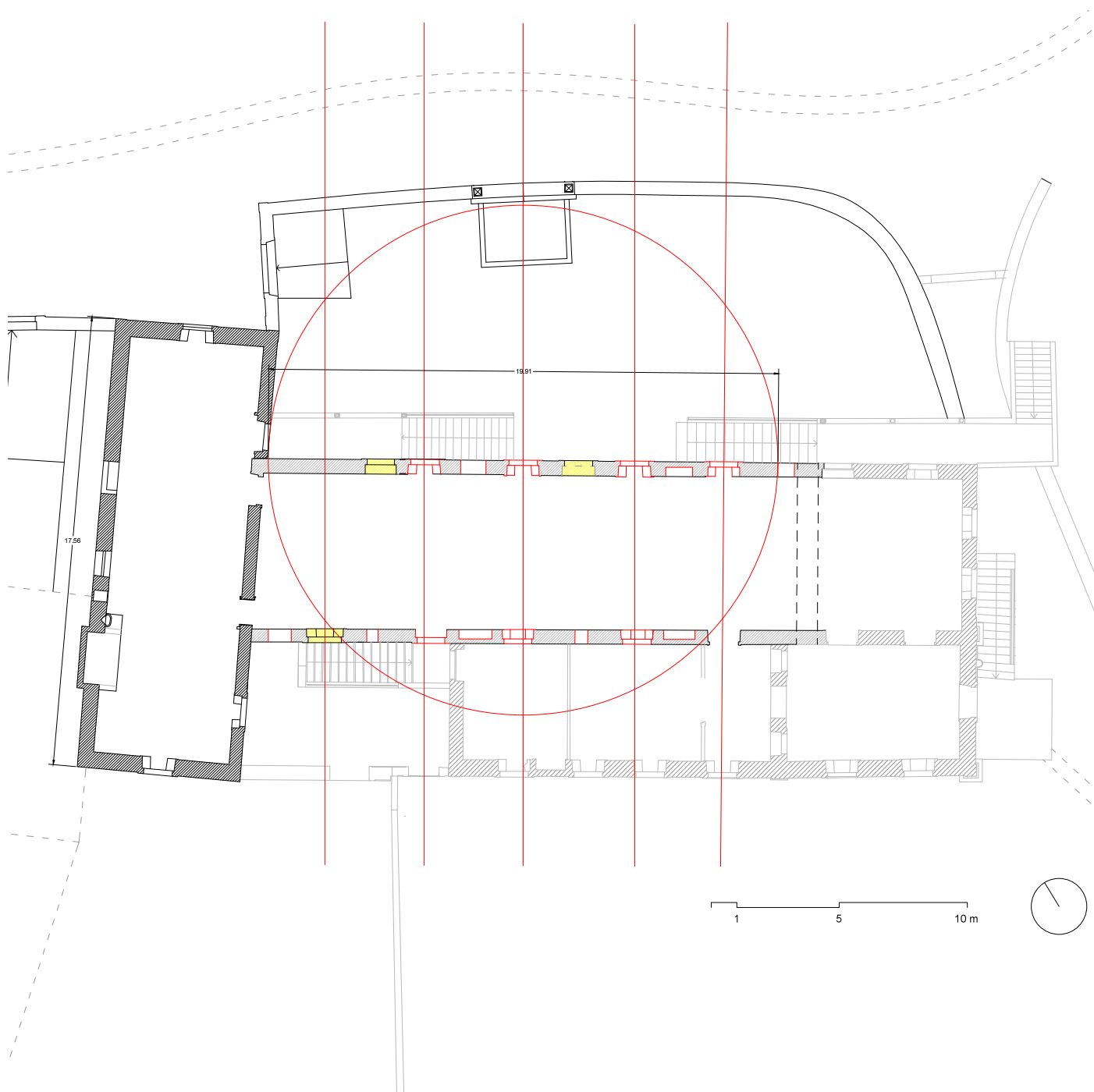
é o caminho público, a fachada que dá para fora não é a principal, onde se encontra a escadaria e a porta de entrada: a fachada que dá para fora é sempre uma fachada lateral, sem portas; penetra-se no terreno onde a casa se encontra por um portal de entrada para terreiro, e a escadaria dá para esse terreiro, já dentro da propriedade.

Este terreiro faz as vezes do pátio fechado que existe em outros tipos de casas rurais, e é para ele que abrem igualmente as diversas dependências anexas, dispostas ao longo da casa ou dispersas ao seu lado; e um destes lados é sempre aberto para as terras de cultura.⁶⁴

Em Vila Meã, como já foi visto, existe, de facto, uma única fachada, secundária, voltada para a rua, sem porta; faz-se, de facto, a entrada pelos portões para dois terreiros - o de entrada nobre e o de serviço - e embora não se desenhem da mesma forma as disposições dos elementos citados, a lógica de implantação e acesso pela escadaria e varanda é muito semelhante. De certa forma, poder-se-á equiparar a implantação e desenho da casa de Vila Meã àquelas casas de Aldoar e da Maia, tentando transpor para esses períodos em que foram desenvolvidas a sua construção. Em particular, o conjunto que formava o volume menor do edifício e as dependências anexas, com acesso pelo terreiro, pela entrada de serviço, e um possível alpendre, no extremo sudoeste do conjunto. Este conjunto poderá corresponder à primeira implantação do edifício, que posteriormente terá sido expandido com a adição do volume maior, formando o “T”.

Pode-se, de certa forma, apontar três fases de construção do edifício, com base em todos os dados que até aqui foram observados: uma primeira fase, entre os séculos XIV e XV (sugerida pelas primeiras notícias acerca dos dois casais em Vila Meã, de 1381), que corresponderá ao volume menor do edifício, e eventualmente a uma parte do corpo do “T”; uma segunda fase,

64 OLIVEIRA, GALHANO, 1992, pp. 57-58.



81. Sugestão/ apontamento das possíveis fases de construção da casa.

correspondendo à adição do corpo do “T”, ou a uma reconstrução e possível ampliação de preexistências, durante o século XVII, até ao início do século XVIII; uma terceira fase, que diz respeito ao possível acrescento no corpo longo do “T”, talvez na primeira metade do século XVIII, do qual a capela, a fonte e possivelmente os arranjos exteriores a Sudoeste fazem parte - bem como uma reformulação de muitos vãos no piso superior, com aplicação de boas pedras de cantaria, substituindo aqueles entretanto tapados.

Uma hipótese mais concisa teria, no entanto, de procurar mais fundamentos para a sua formulação.

Da contextualização do espaço e do tempo, da análise do conjunto e do edifício

É essencial, neste momento, um resumo do estudo e análise levados a cabo nesta primeira parte do trabalho. A abordagem ao objecto de estudo e às problemáticas que o envolvem na contemporaneidade requereu uma primeira compreensão da formação do território e dos contornos da génese de um lugar, de uma paisagem.

A apropriação humana do território de Campanhã remonta a tempos remotos; desde a cultura castreja e da romanização que se lançaram as bases de uma matriz que conduziu o seu desenvolvimento até à modernidade, pelos diversos assentamentos e aglomerados rurais, pelo traçado de caminhos e estradas e pela implementação de edifícios e símbolos religiosos. O lugar de Vila Meã surge no contexto rural da lenta formação de Campanhã, presumivelmente pelo século XIV, sendo a Casa que hoje sobrevive o testemunho da existência do lugar e da Quinta.

A Quinta, num meio rural até ao século XIX, espaço da grande casa de lavoura que a encabeçava e que se pretende de seguida abordar, tinha uma certa extensão, um certo domínio e funcionamento - como parte de um grande sistema construído pelo homem durante séculos, fruto da sua progressiva adaptação ao meio, e do meio às suas necessidades.

Existia, até à industrialização, uma certa forma de viver e um certo padrão de comportamentos e de valores que se traduziram no espaço físico pela forma de explorar o território, pela implantação de edifícios e símbolos, de caminhos, ruas e estradas, que desde tempos distantes vieram compor a paisagem num equilíbrio entre a natureza e o homem, que a moldou à sua escala.

Desta forma, a compreensão do contexto da Quinta de Vila Meã antes das alterações da sua envolvente, do seu funcionamento, das suas partes e da sua unidade servirá para olhar a Casa e aquele território nos dias de hoje, percebendo as sua inevitável descontextualização e decadência num meio em rápida mutação e justificando a ponderação de formas de lhes devolver sentido

e coesão.

Atendendo aos múltiplos processos de transformação do território e do contexto da Casa de Vila Meã, pretende-se reflectir acerca da sua complexificação no decorrer do século XX, até aos dias de hoje, e do progressivo constrangimento e isolamento que veio a sofrer, fruto da descaracterização e miscigenação de um território marcadamente rural com elementos de uma urbanização em rápida expansão.

Parte II

Processos de mutação em Campanhã e Vila Meã - território, lugar, quinta e casa

1. Expropriações do século XX. Factores de decadência e oportunidades de sobrevivência.

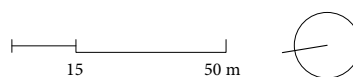
Foram já anteriormente, no presente trabalho, enunciados os primeiros factores de transformação do território de Campanhã, com impacte directo no recinto da Quinta de Vila Meã, na paisagem e na sociedade que, no final do século XIX, se reformulava.

Desde esse período, quando se conheceram as primeiras grandes transformações trazidas pela industrialização, o ritmo de crescimento da população aumenta, no Porto e em Campanhã, e aí se torna crescente também a disseminação de actividades do sector industrial e as formas de habitação precária. No último século deram-se as maiores acções de mutação do território e da paisagem, que vieram inevitavelmente engolir a Casa e a Quinta - quase provocando o seu desaparecimento.

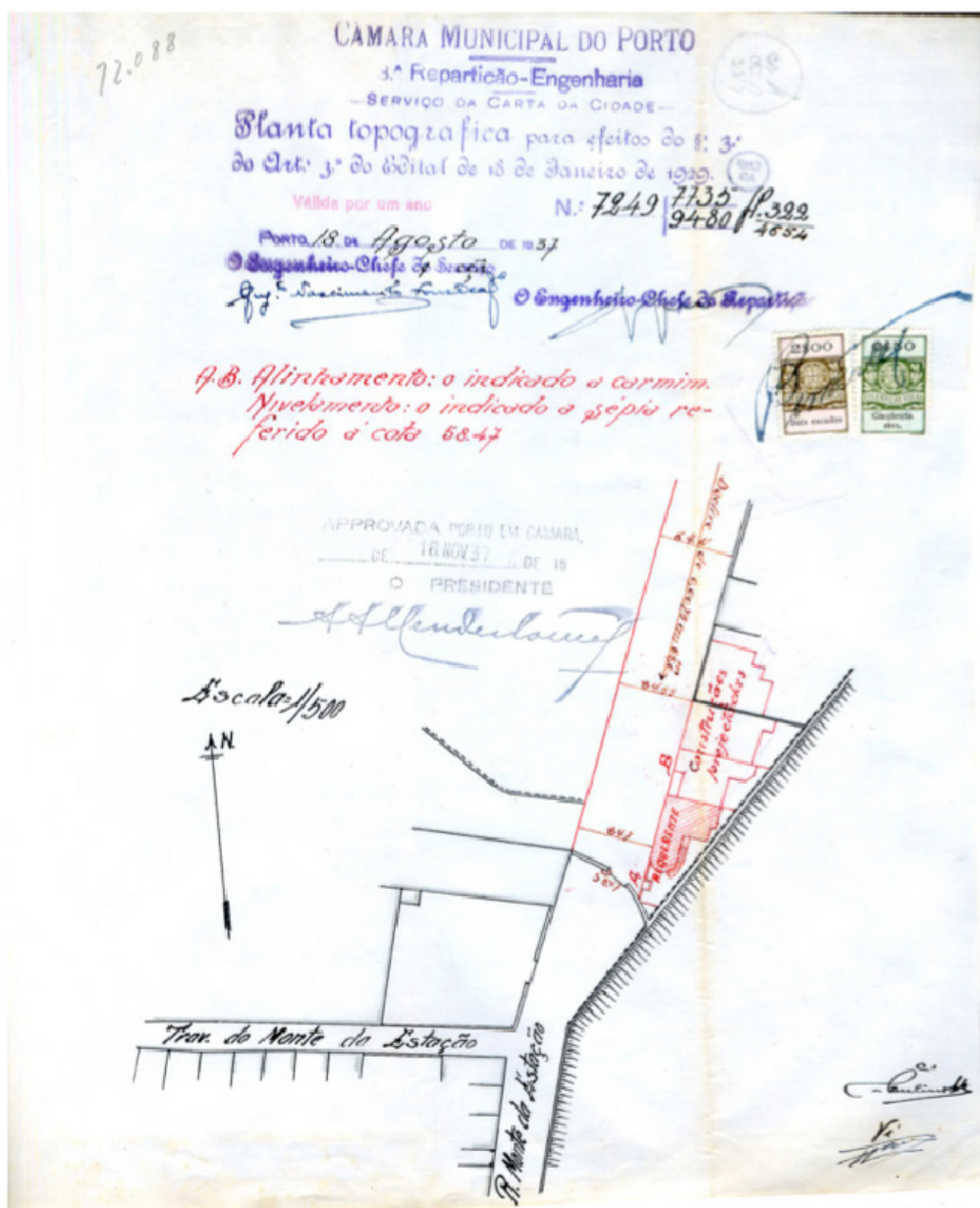
Será importante observar, agora, esse conjunto de metamorfoses com interferência no recinto da Quinta, sua partição e desconstrução - acções que tiveram profundo reflexo, também, nas dinâmicas de mobilidade de pessoas, pelo corte de ruas e implantação de grandes infraestruturas viárias, e consequente desvalorização e marginalização de partes do território, com prejuízo para os seus habitantes.

A implantação de unidades fabris e grandes armazéns em terrenos da Quinta ou nas suas proximidades

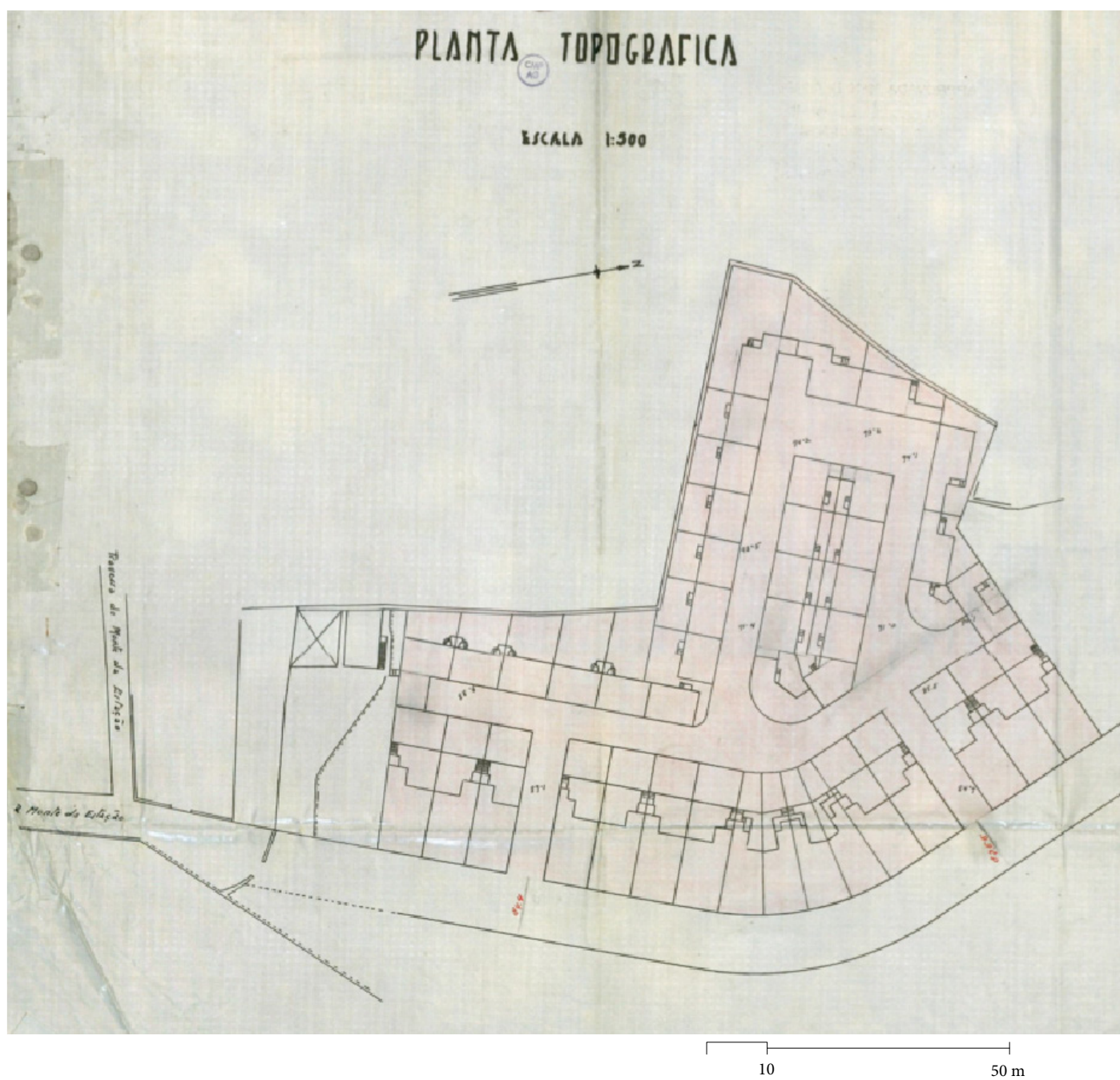
Os terrenos divididos pela linha férrea, a ponte, foram os primeiros a ser progressivamente vendidos e urbanizados - primeiro, instala-se a Fábrica da Grande Serração de Campanhã, num terreno confinado pela rua de Godim, rua de Vila Meã e pela linha férrea (visível na fig. 82). No lado norte da rua de Vila Meã, nos terrenos do Casal de Cima, constroem-se, em 1922, grandes armazéns de mercadorias (fig. 82).



82. Implantação dos “armazéns de mercadorias da Firma Leite Nogueira e Adolfo Pinho Ribeiro, junto à passagem de nível de Vila Meã”, 1922. Licença de obra nº 858/1922. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: D-CMP/9(346), f. 261 - excerto)



83. Implantação de um prédio da Cooperativa
"O Problema da Habitação", 1937. Licença
de obra nº 1840/1937. Arquivo Histórico
Municipal do Porto. (cota: D-CMP/9(905), f.
282)



84. Implantação do bairro de "A Providência do Ferroviário Reformado", 1937. Licença de obra nº 1942/1937. Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota: D-CMP/9(909), f. 419)

Passados anos, destrói-se o acesso e vendem-se os terrenos altos da Quinta, a Sudoeste; no seguimento da já existente rua do Monte da Estação, sobre o traçado da antiga “Estrada interior da Quinta”, dá-se o seu prolongamento e a sua rápida urbanização, com a construção de habitações unifamiliares e de bairros cooperativos (com destaque para o bairro dos ferroviários reformados), nos terrenos altos da Quinta (figs. 83, 84).⁶⁵

Por fim, instala-se uma fábrica de tripa seca, de Agustín de La Llave Braco, acessível pela travessa de Bonjória, sobranceira ao ribeiro que atravessava a propriedade, nos terrenos mais a nascente do recinto da Quinta, na subida para o Monte da Corujeira, que se transformou em duas extensas plataformas onde se distribuíam os edifícios da fábrica, hoje em ruínas.

Mudança de proprietários e aquisição da propriedade pela CMP

Na década de 1920, Wenceslau Pereira de Lima vende a propriedade à família de apelido Mitra, que acabou por lhe dar o nome por que hoje se conhece. Meio século passado, dá-se a aquisição da casa e da sobrança propriedade em 1971 pela CMP. Em 1985 instala-se na proximidade da Casa um bairro de casas pré-fabricadas (fig. 86), num total de 120 fogos, que albergaram famílias até 1995, aquando das obras da Via de Cintura Interna. Também a casa da Quinta foi ocupada por diversas famílias, nos dois pisos.

Implantação da Via de Cintura Interna e do nó de Campanhã

O acontecimento mais marcante prende-se com a evolução do sistema rodoviário da cidade do Porto. Depois do traçado da estrada da circunvalação, no final do século XIX, que se assumiu como cortante barreira entre os lugares de Bonjória e Azevedo, marginalizando este último lugar, o 3º tramo da Via de Cintura Interna (VCI), cujo traçado havia já sido lançado no Plano Director da cidade do Porto, de Robert Auzelle, nos anos de 1960, viria a alterar consideravelmente a morfologia e as dinâmicas dos lugares por onde passaria (fig. 87). O seu percurso, vindo do Amial e das Antas, passando por

⁶⁵ Ainda é possível ver, nos excertos das licenças de obra, a existência do muro arredondado e do acesso à Quinta naquele ponto.



85. Fotografia aérea da cidade do Porto. 1939-
1940: fiada 25, nº 598.
Arquivo Histórico Municipal do Porto. (cota:
F-NV/LA-CX64/9/F25(598)-).

Campanhã, viria a prolongar-se até Vila Nova de Gaia, pela nova ponte do Freixo.

A proximidade com a Estação de Campanhã e a vasta área livre, facilmente expropriável e passível de ser ocupada com vias de grande calibre, poderão ter sido factores que levaram à escolha de Vila Meã para a passagem do grande viaduto e para a localização nesse ponto de um nó de acesso local.

Este artefacto urbano de grande envergadura foi o que mais significativamente afectou a antiga Quinta. Atravessa a propriedade de Norte a Sudeste, sustentado por pilares, a oito metros do chão, tendo implicado a demolição do Casal de Cima e sobrepondo-se ao aqueduto e fonte da rua de Bonjónia - que ainda hoje sob ele existem. O nó de ligação da V.C.I. a Campanhã instalou-se nos terrenos que sobravam, entre a rua de Vila Meã e a rua de Bonjónia - com um desenho viário que muito se destaca dos elementos preexistentes. Embora inevitável a destruição do Casal de Cima, foi possível encontrar um traçado para a estrada que, conjugado com a sua elevação em viaduto naquele ponto, pudesse salvaguardar a existência do Casal de Baixo - cuja casa terá sido considerada como importante património da cidade, que importaria preservar face às inevitáveis interferências deste novo elemento - e garantir uma mínima acessibilidade, facilitada pela elevação do viaduto sobre a rua de Vila Meã.

A rua de Vila Meã foi esquadrejada, e o seu traçado é quase irreconhecível - nem mesmo a sua toponímia conservou; é hoje rua do Dr. Maurício Esteves Pereira Pinto. Junto à Casa, termina num beco, sendo feito o atravessamento para o outro lado das linhas férreas por um passadiço aéreo, metálico.

Os últimos alargamentos das linhas férreas

A linha do Minho de 1875 teve, até ao século XX, sucessivas adições, alargando a faixa por onde passava. O último alargamento deu-se com a construção da linha do Metro do Porto, no início dos anos 2000. O conjunto de adições à linha férrea resultaram, por fim, na demolição dos edifícios anexos à casa e da eira; hoje, o muro de suporte do conjunto passa a poucos metros da casa, no seu topo Sudoeste, deixando poucos vestígios da configuração



86. Fotografia aérea do Porto, década de 1980.
Arquivo pessoal.

original do conjunto edificado.

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 20/ 21, Alameda 25 de Abril e viaduto de ligação à Corujeira

Esta foi uma das últimas grandes intervenções urbanas com grande impacto no território e na paisagem de Campanhã. Com o intuito de estabelecer uma mais franca relação das partes do território cortadas pela V.C.I. e pelo caminho-de-ferro, esta enorme avenida e o viaduto ligam a antiga Praça das Flores à Praça da Corujeira e aos ramais de ligação com o nó da V.C.I. A sua monumental escala produziu, no entanto, um poderoso efeito secundário: o da implementação de um enorme talude artificial que veio a cortar a rua de Godim e a sua continuidade - complexificando e desconectando ainda mais profundamente aquele lugar, entre a rua de Vila Meã, a rua de Godim e a ligação a Norte, com a desaparecida rua da Fonte Velha, até S. Roque da Lameira. Ainda hoje expectante, tendo lançado um fortíssimo traçado urbano à espera de loteamentos e construções, é mais um bloqueio na fluidez da dinâmica de Campanhã, na sua matriz de herança rural. São visíveis as marcas de travessias pedonais, feitas em más condições, subindo taludes relvados e atravessando a grande plataforma da alameda, e que tentam sobrepor-se ao desenho e obstáculo da Alameda e do viaduto.

Encerramento e abandono da Casa de Vila Meã

Depois de todas estas dilacerações, um vestígio do Casal de Baixo subsiste. A casa da Quinta de Vila Meã mantém-se de pé, já sem os seus edifícios anexos que a linha férrea tomou, sem eira, sem os vastos terrenos agrícolas; já sem as habitações pré-fabricadas dos anos 80. Hoje, resta a casa, o pátio nobre e os dois patamares de jardim e pomar, quase sem muro limítrofe. A Casa escapou ilesa, encaixada a poucos metros entre as linhas férreas e o viaduto da V.C.I., cujos percursos acabam por se sobrepor, a Norte, dando amplitude suficiente para não a engolirem.



87. Fotografia aérea actual. Fonte: Bing maps.





2. Re-apropriações da Casa de Vila Meã no século XXI

2.1. A Associação Movimento Terra Solta

Depois dos conturbados anos que sucederam à passagem da casa para as mãos da CMP, e num cenário de eminente ruína, a Casa de Vila Meã conhece um momento de mudança no seu destino que se adivinharia drástico.

Sob acordo de cedência de espaço por período indefinido (até se deliberar o seu término), a Junta de Freguesia de Campanhã, encarregue na gestão deste bem patrimonial camarário, cede o piso térreo da Casa e os terrenos anexos à associação Movimento Terra Solta, desde 2011, para seu usufruto enquanto entidade sem fins lucrativos, de apoio às populações desfavorecidas locais.

O Movimento Terra Solta, composto de trabalhadores voluntários, sócios que estão na base da sua criação e gestão e membros que voluntariamente se agregam nas suas actividades, esteve por detrás da limpeza dos terrenos - na altura, descritos como verdadeiros depósitos de entulho - e de um lento e pontual restauro de uma parte do edifício.

Um dos principais objectivos terá sido o aproveitamento da área da Quinta para semeio e cultivo de alimentos, revertendo a favor da população local desfavorecida - sempre contando com trabalho voluntário, comunitário, aberto a todos os que tenham vontade de se juntar à causa. E este esforço de agir junto de uma comunidade desfavorecida, numa freguesia onde a habitação social é dominante, e a pobreza é realidade evidente, esteve na base das acções de reabilitação da Casa e da Quinta, de forma a poder albergar esta nobre acção de auxílio e sensibilização.

A Associação promove, além disso, um conjunto de actividades lúdicas e educativas, de carácter comunitário, no âmbito da agricultura, ecologia, música, entre outros, dinamizando workshops, palestras, pequenos cursos - momentos de reunião, partilha de conhecimento, entre pessoas de todas as idades, de qualquer proveniência, fomentando o espírito comunitário e de entreajuda e a luta pelo combate da desigualdade social. Com este trabalho colectivo, consolida-se a Quinta Pedagógica do Mitra, em constante crescimento e desenvolvimento, juntando um número cada vez maior de



90.

88. Vista para Sul, desde o viaduto da Alameda
25 de Abril.

89. Vista para o topo nascente da casa, desde o
viaduto da Via de Cintura Interna.

90. Vista para os terrenos apropriados e para a
fachada Sudoeste da casa.

peessoas nas suas actividades.

Além disso, todos os Sábados a Quinta tem os portões abertos, para todos. Os Sábados são, na Quinta, os dias de festa: torna-se num espaço de partilha e convívio, havendo lugar para grandes refeições, feitas por todos, para todos, com recurso nos produtos da terra e em ofertas graciosas.

No final da Primavera de 2016, a título de exemplo das actividades que poderão ter lugar na Quinta, dinamizaram-se ainda dois eventos, abertos ao público: “Festival Sons de Vila Meã” e “Festa do Solstício de Verão”. Os espaços exteriores - campos cultiváveis e relvados, outrora jardins - desempenham um papel fundamental no desenrolar de todas as actividades do MTS: do trabalho de campo à reunião e lazer.

É esta uma satisfatória prova de que, embora envolta numa situação urbana complexa, e depois de tempos conturbados de expropriação e desmantelamento, a Casa Quinta de Vila Meã - hoje Quinta Pedagógica do Mitra - pode ser palco de um sem-número de actividades, e de que a sua salvaguarda não terá sido em vão. Restaria, no entanto, dar-lhe condições para que pudesse funcionar em pleno e condignamente, nos seus espaços interiores e exteriores, num gesto conciso de reabilitação do edifício e de arranjo dos seus espaços exteriores.

Resultado das apropriações

Actualmente, o Movimento Terra Solta usufrui de dois espaços interiores da casa: a sala (antigo lagar) no corpo menor da casa e o espaço térreo da capela. O primeiro espaço, acessível pela antiga entrada de serviço, para o quinteiro, acolhe todas as actividades que se desenrolem dentro de portas - workshops e aulas -, sendo igualmente o espaço de reunião, de refeição e de cozinha - cozinha improvisada, sem pia de água e com apenas um fogão eléctrico portátil de uma boca, frigorífico e micro-ondas. Além disso, o espaço, de chão coberto com cimento, é preenchido com mesas, cadeiras, e outras peças de mobiliário que garantem a guarda de loiça e objectos necessários ao funcionamento das actividades. A pia de água, para lavagem da loiça, localiza-se no exterior, junto à parede da casa e à única instalação sanitária neste piso,



91.



94.



92.



95.



93.

- 91. Jardim, a Sudoeste da casa.
- 92. Jardim, a Sudoeste da casa.
- 93. Instalações anexas para apoio às actividades de exterior.
- 94. Pátio de serviço. Instalação sanitária e pia, no exterior.
- 95. Espaço de armazenamento (29)

também acessível pelo exterior.

O espaço da capela, no piso térreo, serve agora para o armazenamento de todos os utensílios, alfaias e produtos necessários à execução dos trabalhos no campo. O pavimento em terra foi revestido com uma grelha de blocos de cimento, tornando-o minimamente estável e limpo. Por não haver piso superior nem telhado na capela, improvisou-se uma cobertura com grandes panos de lona, seguros por cordas, protegendo parcamente das chuvas as estruturas de madeira que ali se construíram para albergar os objectos de trabalho.

A apropriação dos terrenos exteriores, para além da preparação de uma zona de cultivo, passou por outras pequenas intervenções: construção de galinheiros, a montagem de uma estufa (ainda sem cobertura), de um charco; a aplicação de hortas verticais no muro da linha férrea, a construção de um pequeno alpendre e estrutura de apoio a actividades no exterior, com sítio para fogo, fornos solares, até mesmo uma “casa” na árvore.

2.2. Intervenções da Junta de Freguesia de Campanhã

No início de 2015, arranca um processo de restauro e recuperação do edifício da Quinta do Mitra. O objectivo imediato, depois de há anos estar prevista uma acção nos Planos de Orçamento e Actividades da Junta de Freguesia - encarregue da gestão do edifício -, terá sido uma intervenção rápida, pouco dispendiosa, de forma a travar o iminente desabamento da cobertura em alguns pontos, preservando o que ainda restaria no interior do edifício, e salvaguardar a parte dedicada ao MTS, no piso térreo.

Assim, em cooperação e protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), promove-se um curso de formação para pessoas desempregadas na área da conservação e restauro de edifícios, posto em prática na Casa de Vila Meã. Acompanhado de formação teórica, o curso proporcionou uma aplicação prática de conhecimentos adquiridos numa obra concreta, neste caso produzindo resultados na substituição das coberturas da Casa. Montou-se estaleiro no recinto no início de 2015, e as obras decorreram de forma mais ou menos espontânea, sem traço de projecto nem estudo prévio, ao sabor das possibilidades e da sensibilidade dos condutores da acção de



96.



98.



97.



99.

- 96. Espaço resultante do derrube de paredes (quartos 13, 14, 15)
- 97. Espaço resultante do derrube de paredes (quartos 17, 18, 19)
- 98. Restauro do estuque do tecto da sala (4)
- 99. Janela de assento (quarto 12), poiais revestidos de argamassa

formação, mestres-de-obras.

Breve relato das intervenções:

Foram repostas as coberturas no edifício, em toda a sua área - incluindo a reposição do telhado da capela, com necessidade de reposição de uma das paredes de topo. Esta operação requereu a remoção de todos os tectos, à excepção do da sala nobre, a substituição de algumas peças de estrutura do telhado e, evidentemente, a recolocação de telhas (tipo marselha). Esta operação incluiu também a substituição das estruturas e telhas dos alpendres.

A intervenção nos alpendres poderá ser discutível: fez-se a reposição das peças de travejamento de dois alpendres por vigotas de cimento, esculpidas de forma a simular a cornija do edifício, pousada sobre as colunas de pedra, como que se não quebrasse nesses pontos. A expressão deste novo elemento dos alpendres é diferente da sua original, e a leveza da arquitrave de madeira que sustentava nas colunas não é comparável à robustez da “cornija” de cimento. A substituição destes elementos era inevitável, pelo seu mau estado de conservação; no entanto, no que respeita à composição do conjunto, talvez fosse mais correcto aplicar um elemento que repusesse a arquitrave, ao invés de simular a cornija - que, na verdade, não deveria sustentar-se nas colunas. Pela natureza do processo de intervenção não foi possível um estudo prévio aprofundado que pudesse propor uma alternativa, e assim se agiu, da forma mais rápida e com os meios disponíveis.

Removeram-se todas as argamassas de revestimento do interior, bem como das peças de rodapés e de guarnição de todos os vãos. Fica em suspenso a sua reposição, uma vez que pareciam estar em bom estado. Em alguns pontos, iniciou-se a reposição das argamassas, no entanto aplicadas de forma discutível sobre poiais de pedra de um vão, na sequência do plano da parede. A par disso, restauram-se os estuques e sancas da “sala nobre”.

Derrubam-se algumas paredes de tabique, na zona dos quartos, abrindo hipóteses para a reorganização dos espaços deste piso, com o intuito de albergar dois pequenos auditórios.

Por fim, importa referir que também a clarabóia foi removida, para restauro e reposição dos elementos da sua estrutura.



100.



101.

100. Alpendre reposto, escadaria nascente, pátio norte.
101. Alpendre reposto, escadaria no pátio sudoeste.



3. Reflexões para um novo uso da casa e do território

3.1. O Concurso para o Terminal Intermodal de Campanhã

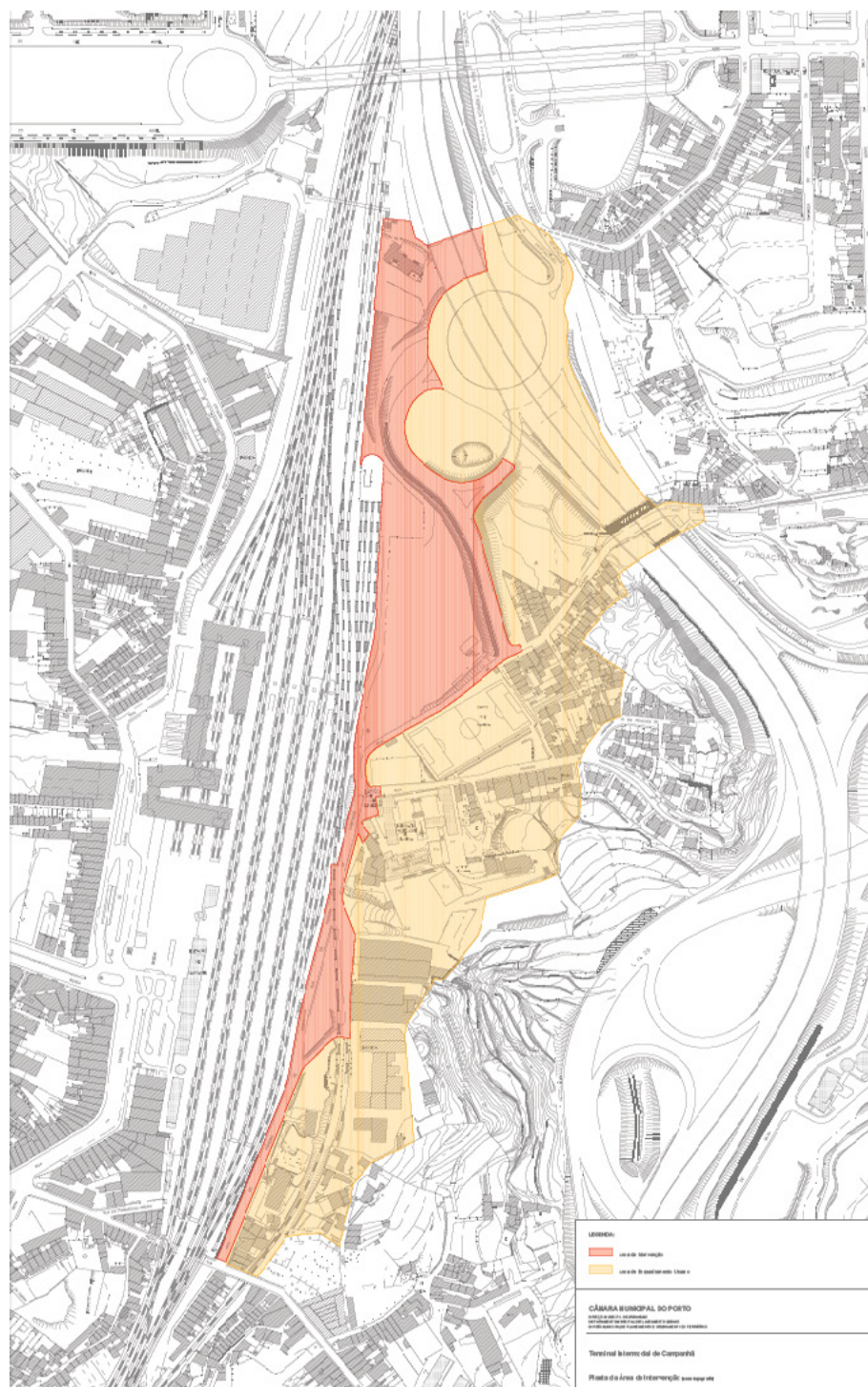
Em simultâneo com a elaboração do presente trabalho, numa fase final, surge, promovido pelo departamento de Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, o Concurso de Concepção do Terminal Intermodal de Campanhã.

Lança-se o concurso público, a 2 de Agosto de 2016. Depois de há anos estar em suspenso o projecto, desde a elaboração do Master Plan da Gare Intermodal de Campanhã (que deu já lugar a algumas transformações na Estação de Campanhã⁶⁶), prevê-se agora a conclusão do Interface, com a construção de um terminal rodoviário e parque de estacionamento, do lado nascente da estação, numa solução que facilite a transição entre os diversos meios de transporte que ali se encontram - do automóvel de uso individual às redes ferroviárias, de metro ligeiro e transportes rodoviários públicos de redes locais, regionais, nacionais e internacionais, procurando facilitar igualmente as circulações pedonais e cicláveis na interface e na sua envolvente.

Em simultâneo prevê-se um arranjo urbano que garanta uma inserção coesa destes equipamentos naquele meio, bem como a melhoria de circulações pedonais e rodoviárias - hoje de difícil funcionamento - em particular o terreno na parte oriental das linhas férreas, onde existe uma entrada para a passagem inferior das linhas, e onde se faz um desordenado estacionamento de viaturas, em más condições.

Pela proximidade ao terreno de implantação e pelo manifesto interesse por parte da Junta de Freguesia em ver o conjunto reabilitado e valorizado, a Quinta do Mitra - edifício e terrenos anexos - será igualmente abrangida nos projectos a concurso - ficando o seu programa ligado a serviços ligados ao Terminal Intermodal, garantindo espaço para o desenvolvimento de serviços sociais da Junta de Freguesia de Campanhã.

66 Arranjo dos cais de embarque e desembarque, da passagem inferior que lhes permite o acesso, as escadas rolantes e elevadores, o espaço público defronte da Estação (praça de táxis, etc.), e a integração interface com o Metro do Porto, bem como a construção de uma residência de estudantes.



103.

102. Coberturas repostas na casa e capela.
 103. Áreas de intervenção e de enquadramento urbano do "Concurso de Conceção do Terminal Intermodal de Campanhã". Programa Preliminar, Anexo 1 - Planta Área de Intervenção.

*É objeto do presente concurso, a elaboração do Projeto do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), composto pelo Terminal Rodoviário, pelo Parque de Estacionamento Automóvel e pelos Acessos a ambos. Este deverá ainda contemplar em articulação a Requalificação da Quinta do Mitra, como edifício com serviços de apoio ao próprio TIC, assegurando simultaneamente os necessários espaços para serviços de acção social da Junta de Freguesia. Faz ainda parte deste objeto o Projeto de Integração Urbana na envolvente próxima, incluindo o tratamento dos arruamentos, passeios e arranjos paisagísticos.*⁶⁷

3.2. Pressupostos para uma ideia de projecto

A simultaneidade de todos estes acontecimentos com a elaboração da presente reflexão vem de certa forma confirmar a pertinência de uma intervenção naquele território - beneficiando também, de certa forma, a própria reflexão.

Reconhece-se, aqui, a importância de uma resolução para a zona oriental de Campanhã que a linha férrea divide - e que o projecto para o TIC virá, certamente, procurar resolver. Na verdade, e centrando a preocupação na facilitação e resolução das circulações de todo o tipo, uma intervenção concisa naquele sítio deverá ser o propulsor para uma revitalização de Campanhã - que aliás tem acontecido através de outras acções, como por exemplo com o projecto de reabilitação do Matadouro Municipal, na Rua de S. Roque da Lameira.

Reconhece-se, igualmente, e depois do estudo aqui levado a cabo, a importância da Casa e da Quinta de Vila Meã, tanto numa perspectiva histórica, como um elemento com cerca de 500 anos, de fundação de um território e de

⁶⁷ Retirado do Programa Preliminar do “Concurso de Conceção do Terminal Intermodal de Campanhã”, p. 6, acessível pelo site: http://www.gopcmp-em.pt/assets/misc/img/terminal_intermodal_campanha/pe%C3%A7as_procedimento/Programa%20Preliminar.pdf, acedido a 29/08/2016.



104.

104. “Vista de pássaro” da zona de intervenção.
Fonte: Bing maps.

subsistência e vida de várias gerações, como também no contexto dos últimos cinco anos, enquanto importante pólo dinamizador de pessoas, de cultura e de consciência e apoio social.

Postas estas constatações, põe-se agora inevitavelmente um conjunto de condições e restrições, para que aqui se possa afinar um cenário de projecto, numa proposta de intervenção breve, quase conceptual, cujo objectivo se centra na re-inserção da Casa de Vila Meã no território e no reavivamento da sua memória através de pequenas intervenções num raio próximo.

Se por um lado a inclusão da Quinta do Mitra no concurso do Terminal Intermodal se manifesta como extremamente positiva e pertinente, os programas que para lá se prevêm implicam a cessação da cedência de espaço à Associação Movimento Terra Solta e integração da Casa no programa do TIC e da Junta de Freguesia.

Parece verdadeiramente relevante a acção positiva que o Movimento Terra Solta desempenha, por maior ou menor que seja a sua abrangência e a sua influência - no que diz respeito ao número de pessoas que com ela beneficiam, neste momento. Certo é que, num lugar condenado à ruína, um grupo de pessoas, de livre vontade, fez surgir e dinamizou um conjunto de esforços e actividades em prol de uma intervenção social, em prol de um auxílio simples mas essencial aos habitantes locais - através do cultivo e doação de bens alimentares e através da reunião, convívio e partilha de conhecimentos, num gesto comunitário.

Por todas estas razões fará sentido, no âmbito da presente reflexão, considerar a continuidade das actividades do Movimento Terra Solta na Casa de Vila Meã, e a adaptação de uma parte do seu interior para usufruto da Junta de Freguesia. Na verdade, independentemente do programa que lhe virá a ser atribuído com o projecto do TIC, julga-se aqui pertinente manter uma intenção de dar continuidade às actividades que de forma espontânea ali tomaram forma - e de seguir no sentido das intervenções que têm sido levadas a cabo.

3.3. Ideias para uma intervenção

Uma ideia para uma intervenção na Quinta de Vila Meã não poderia cingir-se a uma reabilitação do edifício, requerendo igualmente uma resolução ou superação dos obstáculos da sua envolvente para uma melhor reintegração urbana. Assim sendo, propõem-se hipóteses de intervenção em duas escalas de acção/desenvolvimento: do espaço interior do edifício e da sua envolvente próxima; do espaço do antigo recinto da Quinta e extensão da sua influência.

3.3.1. Intervenção na Casa

Na sequência dos processos de re-apropriação da Casa de Vila Meã, da progressiva construção da Quinta Pedagógica do Mitra e das acções de restauro levadas a cabo pela Junta de Freguesia, põe-se em primeiro lugar a necessidade da atribuição de um uso ao conjunto. Parece lógica uma divisão, em dois pisos, dos usos que aqui se consideram para o edifício: o piso superior dedicado à Junta de Freguesia e às actividades que ali pretenda promover; o piso inferior dedicado ao Movimento Terra Solta para a prossecução e desenvolvimento dos seus trabalhos. Os pontos de acesso seriam, segundo essa lógica, independentes, sendo o acesso ao pátio nordeste usado para chegar ao piso superior e o antigo acesso de serviço, para acesso ao piso inferior, como aliás já acontece.

Além da adaptação do interior da Casa às funções que se propõem, poderia ser interessante recriar o demolido edifício de anexos a Oeste - bem como repor a passagem no piso superior que garanta a ligação entre os dois corpos. A criação deste edifício, de dois pisos, daria resposta à necessidade de instalações sanitárias suficientes para receber grandes grupos de pessoas - libertando a Casa do espaço e da compartimentação que requerem.

O acesso a pessoas com mobilidade reduzida deveria ser igualmente vislumbrado, requerendo a instalação de um elevador ou plataforma elevatória, idealmente no exterior do edifício - abrindo um novo vão na fachada Noroeste.

Piso superior

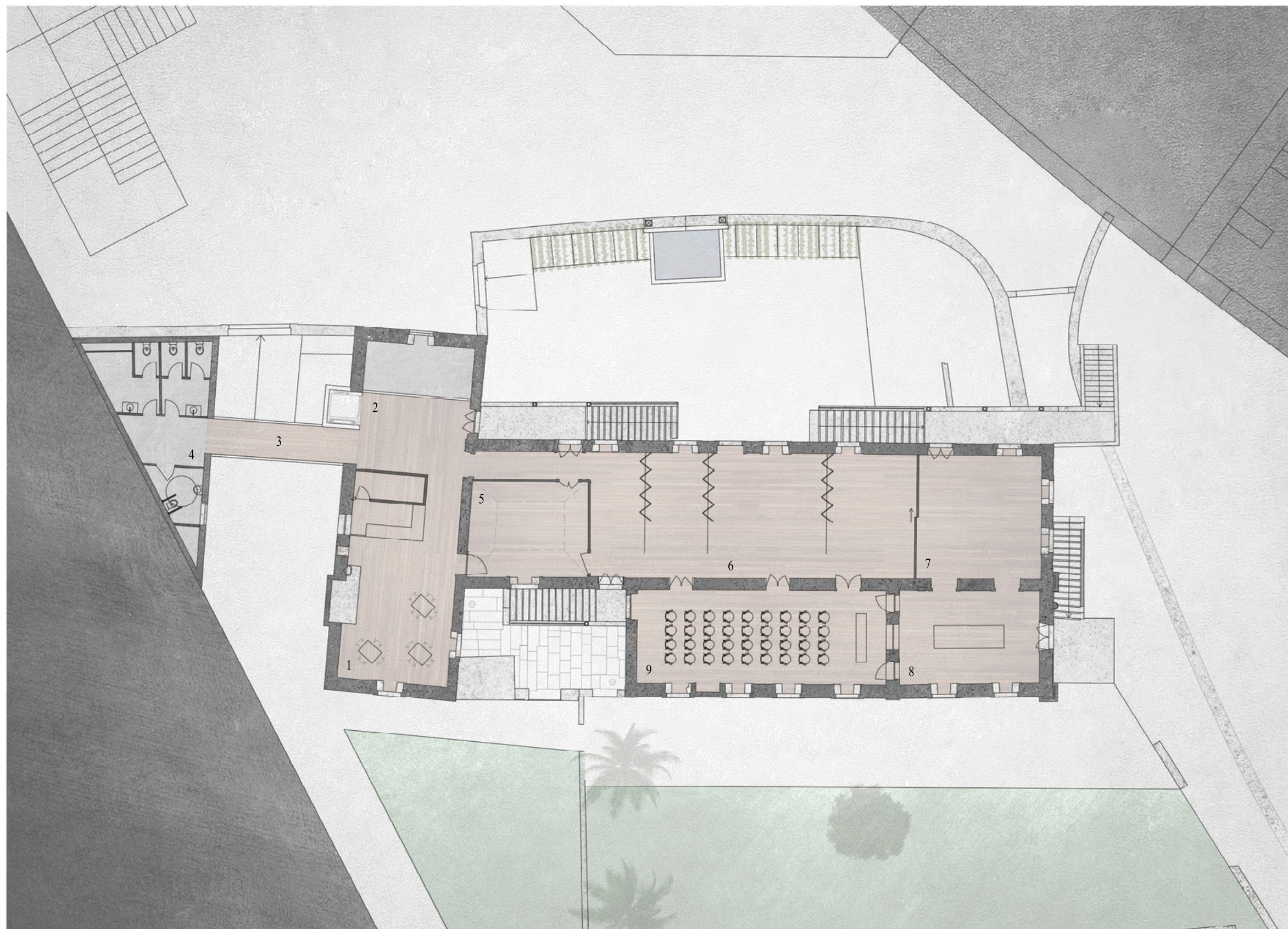
Com a sugestão dos trabalhos que têm sido desenvolvidos no último ano, indica-se então o arranjo dos espaços interiores com o intuito de receber actividades de cariz social da Junta de Freguesia de Campanhã. Pensa-se, desta forma, num conjunto de espaços mais ou menos versáteis nos seus usos. Promovendo uma entrada livre, mas controlada, sugere-se que o edifício sirva utilizadores individuais, visitantes da casa ou da propriedade, que possam usufruir de espaços de estudo, leitura e lazer, tanto quanto pequenos grupos de pessoas, como audiências de palestras ou visitas a exposições.

Para apoio às actividades, sugere-se que o corpo menor da casa, pela existência no seu topo sul da antiga cozinha, pudesse servir para espaço de cafetaria. No entanto, a actual compartimentação, pelo seu desenho e pelas exíguas dimensões dos espaços que delimita, parece não se adequar a uma re-adaptação do uso do edifício. Assim sendo, propõe-se a eliminação dos compartimentos existentes.

Com a criação de um núcleo de despensa e balcão de serviço, a meio, dividir-se-ia este volume em dois espaços amplos, sendo o topo sul dedicado à sala da cafetaria - com algumas mesas junto às janelas, e onde o nicho do fogão, a chaminé e a pia marcam a memória do uso da casa. No topo norte, uma zona de pé-direito duplo marca o acesso pelo elevador. Também por aqui se faria o acesso aos sanitários, no novo edifício anexo - por uma nova passagem aérea, encerrada, na continuidade do corredor em “L”, abrindo a totalidade do vão de janela que existe naquele ponto. O vão de porta que existe neste piso, pela sua posição no novo espaço, não seria favorável para aceder à reposta passagem aérea - passando a ser mais um ponto de iluminação do novo espaço de cafetaria.

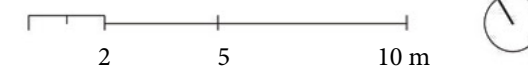
Dos restantes compartimentos, manter-se-ia apenas um: a antiga sala “da farinha”, com o tecto em forma de masseira, que importaria preservar, e que poderia servir de sala de reuniões ou de eventos oficiais da Junta de Freguesia.

O corpo maior da casa poderia também transformar-se num amplo espaço, sem divisões fixas, possibilitando-se no entanto a sua compartimentação com painéis rebatíveis em certos pontos. No topo nascente, em contacto com



Legenda:

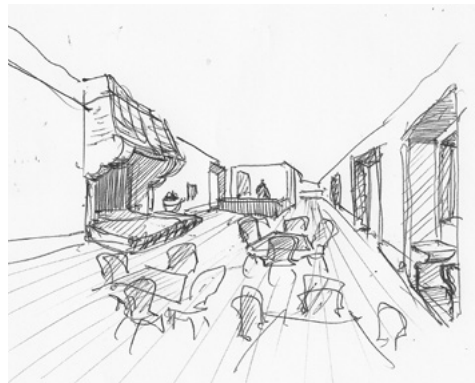
- 1. Cafeteria
- 2. Acesso (mezzanine)
- 3. Passagem aérea
- 4. Instalações sanitárias
- 5. Sala “nobre”
- 6. Sala multiusos
- 7. Foyer/recepção
- 8. Capela
- 9. Auditório



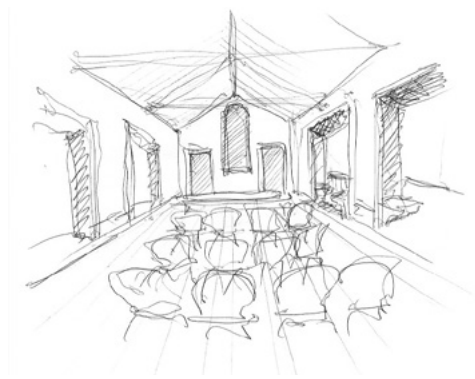
105. Planta de intervenção no piso superior.



106.



107.



108.



109.

106. Esquízo - pátio de serviço. Reposição de edifício anexo e passagem superior.
 107. Esquízo - volume menor da casa. Cafeteria.
 108. Esquízo - auditório.
 109. Esquízo - capela. Reposição da abóbada e do sobrado.

uma escadaria do pátio nobre, poderia situar-se o ponto de acesso principal, um “foyer” em directa relação com o espaço mais emblemático: a capela. Repondo a abóbada de berço, o espaço da capela poderia servir de espaço expositivo, permitindo a colocação de mesas no seu comprimento e de painéis amovíveis. Por fim, o espaço sobranceiro aos jardins, voltado a Sudoeste, poderia servir de pequeno auditório, com capacidade para 32 pessoas, pela sua dimensão e por mais facilmente se poder fazer a sua insonorização.

Piso inferior

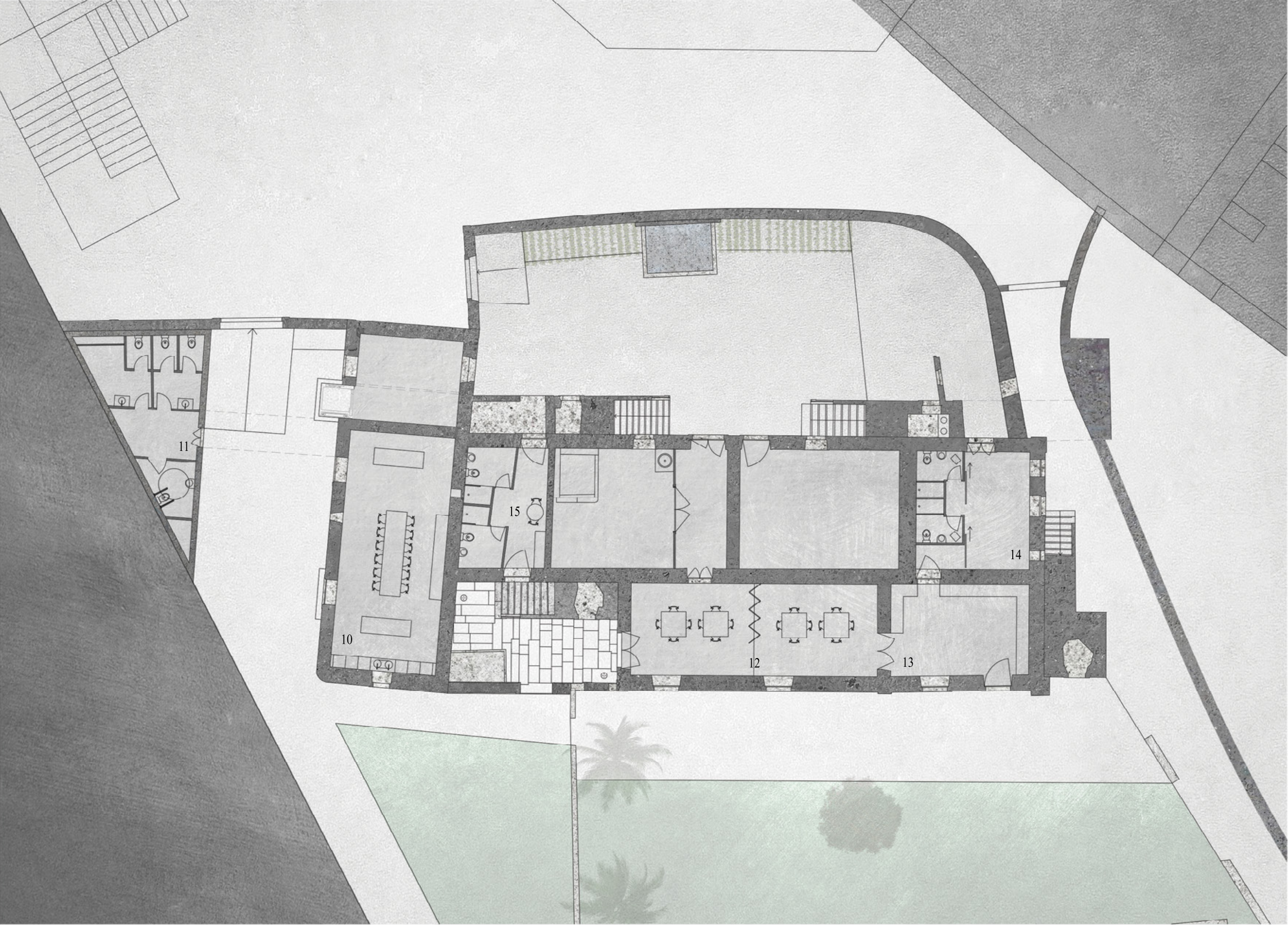
Propõe-se a manutenção do piso térreo como o piso dedicado ao Movimento Terra Solta - pela proximidade necessária com os campos de cultivo e com o relvado (outrora jardim), e por aí se encontrarem já - como foi dito - os espaços de que faz uso e para cuja reabilitação reuniu esforços. Sugere-se a ampliação e arranjo das instalações, para que permitam uma versatilidade no seu uso e para que aumentem a capacidade de recepção de pessoas para as suas múltiplas actividades.

Assim, propõe-se uma ocupação do edifício neste piso que abranja os compartimentos que fazem as frentes poente, Sul e nascente - bem como o piso inferior do novo edifício, onde se situam, de igual forma, as instalações sanitárias para os utilizadores deste piso da casa.

A intervenção passaria pelo reaproveitamento do espaço da sala, voltado a poente, com a aplicação no topo sul de módulos de armários de cozinha, pia e equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, libertando o resto do espaço para a colocação de mesas, cadeiras e outros móveis de apoio.

No espaço da antiga cavalaria, propõe-se a aplicação de painéis rebatíveis, permitindo a divisão em duas salas separadas, para “workshops”, aulas, reuniões; duas salas com acessos distintos e com janelas voltadas para o jardim, ficando em aberto a possibilidade de usar a totalidade do espaço para actividades que requeiram maior capacidade.

Pelo acesso imediato com o exterior, sugere-se a manutenção do espaço térreo da capela para armazenamento de alfaías e ferramentas. Sugere-se ainda o aproveitamento do espaço contíguo a este, no topo nascente da casa,



Legenda:

- 10. Cozinha/ salão
- 11. Instalações sanitárias
- 12. Sala polivalente
- 13. Armazém
- 14. Vestiários/ balneários
- 15. Vestiários para funcionários do piso superior



110. Planta de intervenção no piso térreo.

pela directa relação entre ambos, para a instalação de vestiários e balneários de apoio aos trabalhadores. Esse topo ficaria, então, destinado ao apoio directo das actividades agrícolas. Põe-se ainda a hipótese da instalação de vestiários/balneários para os funcionários do piso superior, no espaço entre o pátio norte e o pátio sudoeste.

A par desta organização e adaptação dos espaços interiores, seria exigível um conjunto de pequenos arranjos exteriores - alguns deles restituindo ou marcando a memória de elementos destruídos pelo passar do tempo.

Faria sentido garantir um percurso de pavimento duro no perímetro Sul/Poente da casa, ligando todas as entradas no piso térreo e facilitando as deslocções entre os diferentes espaços. Na zona do jardim, a faixa de pavimento alargaria até aos 4,5 m, funcionando como esplanada, facilitando a montagem e estabilidade de mesas e cadeiras, para refeições e actividades ao ar livre, ou até mesmo servindo de eira para secagem das colheitas agrícolas.

Requer-se um remate do terreno na confrontação com o nó da V.C.I., a nascente, que hoje é feito por um talude, restos de antigos muros e redes, que garanta o correcto encerramento e segurança da propriedade. Nesse ponto, o jardim era delimitado pelo muro de divisão com o caminho de consortes, por ali inacessível. Também a guarda do patamar da capela garantia, de certa forma, a delimitação do espaço privado, na confrontação com o caminho semi-público - além, claro, de garantir a segurança no acesso à capela.

Assim, simbolicamente, introduz-se dois elementos, longos bancos de pedra, fixos, marcando o lugar do antigo muro, permitindo no entanto a passagem para as escadas da capela e para o portão, desenhando um novo muro de limite, seguindo o traçado do antigo caminho.

Lançando hipóteses para a integração urbana, poderia ser interessante repor o caminho de consortes, sobreposto ao nó da V.C.I., restabelecendo uma ligação com a rua de Bonjóia, em conjunto com uma arranjo de espaços envolventes - acessos e entradas, caminhos de passeio público.

3.3.2. Intervenção no território

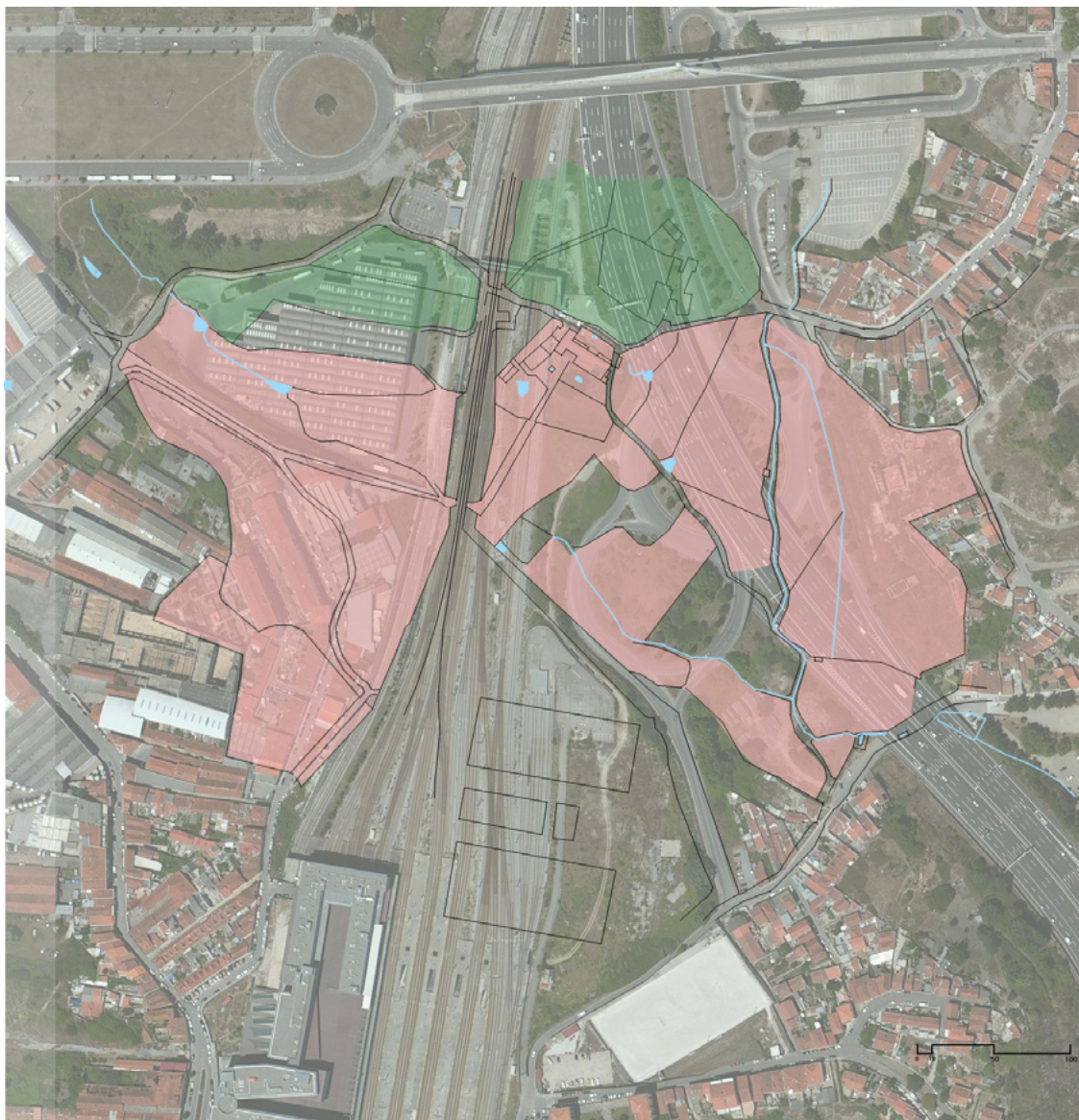
A reflexão para uma intervenção no território poderá procurar fundamentos numa reinterpretação de elementos e factores históricos que outrora o caracterizaram.

Procuram-se, com base no estudo já aqui levado a cabo, elementos que funcionem como referência simbólica para uma reestruturação de dinâmicas urbanas, começando por identificar, em primeiro lugar, o que hoje sobra do antigo recinto da quinta.

Reunificação do recinto da Quinta

Pela sobreposição da cartografia de 1892 com uma imagem aérea contemporânea, reconhecem-se as parcelas de terreno sobrantes depois da implantação das vias rápidas: o pequeno recinto da Casa de Vila Meã e uma parcela contígua, pertencente à Refer (1); as plataformas, a nascente da V.C.I., onde se situava a fábrica de tripa seca de Agustin de La Llave (2); uma parcela de terreno, murado, acessível pela rua de Bonjóia, onde está a Capela da Fonte da Senhora (3).

As localizações dos terrenos e os elementos que estão neles contidos são favoráveis a diferentes tipos de apropriação, e fariam sentido, novamente, se integrados, de alguma forma, num sistema de espaços de uso público, ou semi-público, articulados entre si.



111. Sobreposição do recinto da Quinta (com base na “Planta Topographica da Cidade do Porto” de 1892, de Telles Ferreira) sobre vista aérea actual da mesma zona (fonte: Bing maps).



112.



113.



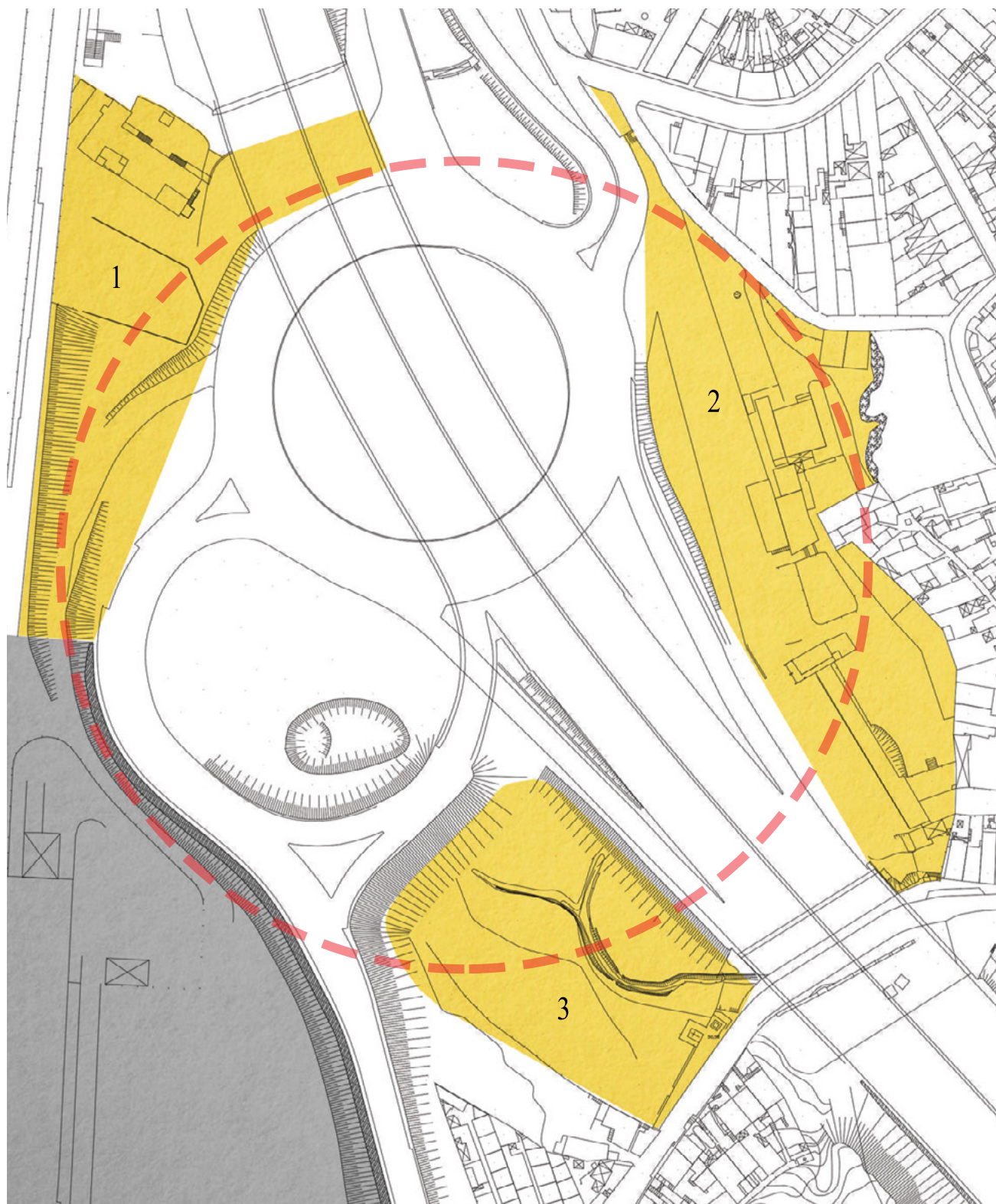
114.

112. Zona de intervenção (1) -
extensão do recinto da casa.

113. Zona de intervenção (2) -
terrenos da fábrica

114. Zona de intervenção (3) - sítio
da Capela da Fonte da Senhora, rua
de Bonjónia.

115. Esquema para uma intervenção.



1. Extensão do recinto da casa

A primeira intenção para uma intervenção conjuga a vontade de reunificar simbolicamente o recinto da antiga Quinta com a vontade de possibilitar e potenciar a expansão dos terrenos para actividade agrícola do Movimento Terra Solta.

Para tal, seria desejável, em primeiro lugar, uma ampliação do recinto contíguo à Casa, no sentido Sudoeste, passando para mais do dobro a área cultivável - propiciando, por exemplo, a instalação de grandes estufas na sua extensão. Na confrontação com o terreno de implantação do TIC, e sujeito a um desenho que aqui não se proporciona explorar, far-se-ia um novo ponto de entrada no recinto da Quinta; ao longo do recinto, deveria estender-se um passeio público, ligeiramente alteado face à estrada, que poderia ser articulado com o espaço público em redor do TIC. Esse passeio público garantiria, desse modo, uma relação entre a Casa e o futuro TIC, bordejando o muro de limite do novo e alongado recinto.

2. Apropriação do terreno da fábrica

As longas plataformas da fábrica, a nascente, poderiam servir um percurso arborizado, uma “promenade” verde, com devida protecção e afastamento das vias de trânsito rápido, fazendo a ligação com a rua de Bonjónia, no seu término a Sudeste, através de escadarias e um elevador, garantindo a sua acesibilidade para todos. Deixa-se em aberto a possibilidade de aproveitamento das ruínas da fábrica para novos programas.

3. Reorganização do lugar da Capela da Fonte da Senhora, na rua de Bonjónia

Naquele ponto da rua de Bonjónia junto ao viaduto, a terceira parcela de terreno sobrando poderia ser aproveitada como uma outra área cultivável, beneficiando da existência do ribeiro que corre ainda hoje, nesse troço, ao ar livre. Olhando com alguma proximidade para este sítio, explora-se a possibilidade de reorganizar e desenhar um novo espaço de uso público, tirando proveito da presença de alguns elementos relevantes, e da memória de outros, entretanto destruídos.

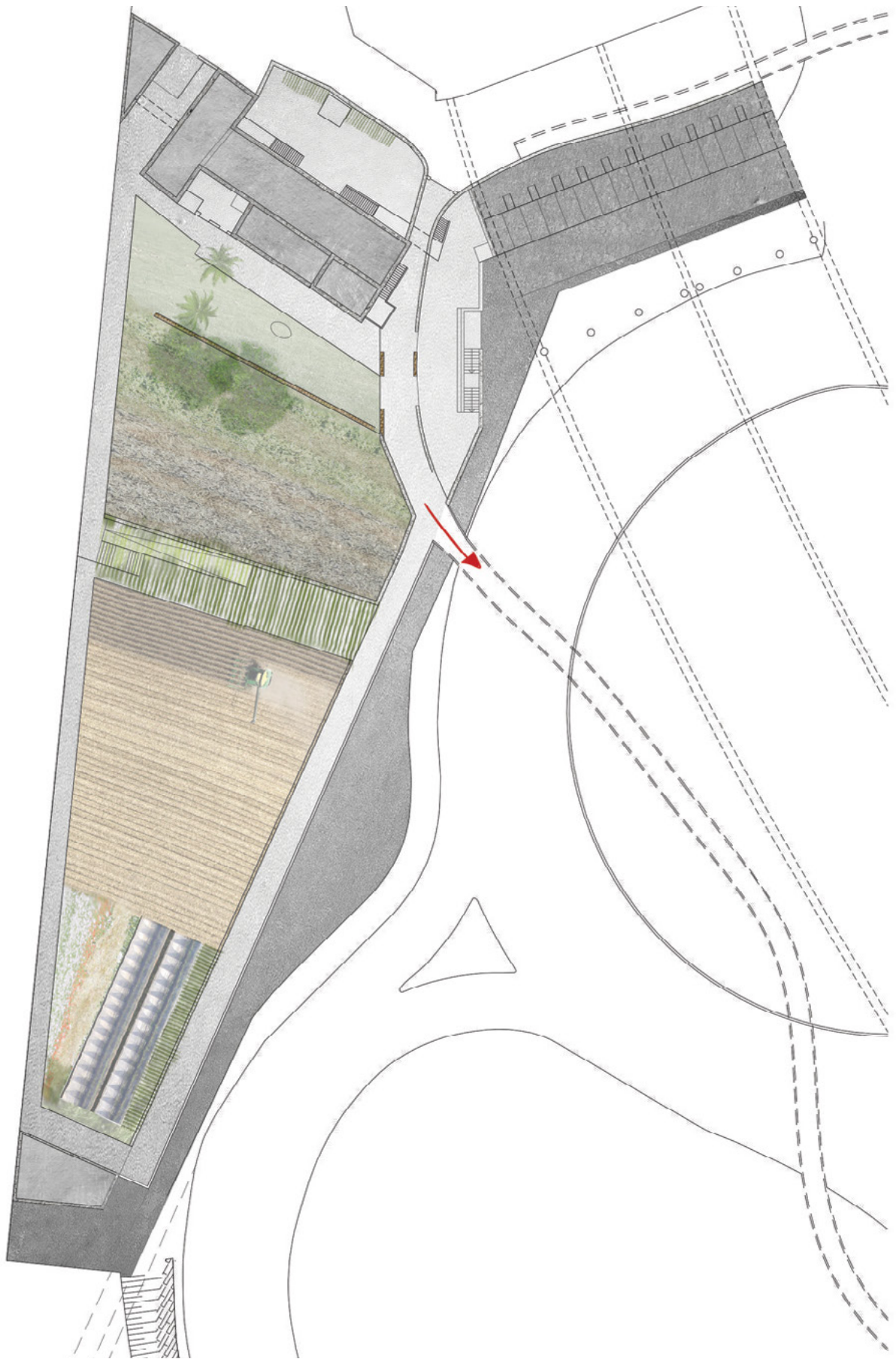
Como apoio às actividades agrícolas a desenvolver nesta parcela de terreno, e funcionando como limite e controlo ao seu acesso, propõe-se a instalação de um comprido e baixo edifício que, afastando-se alguns metros do muro existente, serviria de mediação entre o terreno agrícola e um pequeno espaço público, a criar pelo rompimento do muro nos seus dois extremos, preservando a parte onde está adossada a capela. No topo nascente do edifício, sugere-se a instalação de um tanque público e de uma plataforma de coradouro para roupas - que seria a reposição, com novo desenho, do tanque que aí existiu até aos finais do século XX. Com isto, pretende-se a requalificação daquele sítio com tantos valores de referência histórica e simbólica - onde existe ainda o aqueduto e a fonte de Bonjóia, sob o viaduto da V.C.I.

Pensa-se num novo espaço público, uma reentrância no terreno, penetrando o muro, servindo o tanque e coradouro e dando acesso ao edifício de apoio às actividades agrícolas. Desdobrando-se em dois patamares, este espaço permitiria ainda a paragem e descanso em bancos de pedra, a reunião à sombra de uma árvore ou a disposição de mesas ou tendas para pequenos mercados efémeros, para venda ou distribuição de produtos do cultivo local.

Para além de ser um lugar com significado na história da Quinta e de Campanhã, sendo ainda uma estação de cultos e romarias, este poderia ser um local de encontro, de usufruto pela população local e de articulação com as actividades comunitárias da Quinta Pedagógica do Mitra.

Conexão de lugares dispersos: passadiços pedonais. “Recinto-percurso” e relação com uma escala alargada

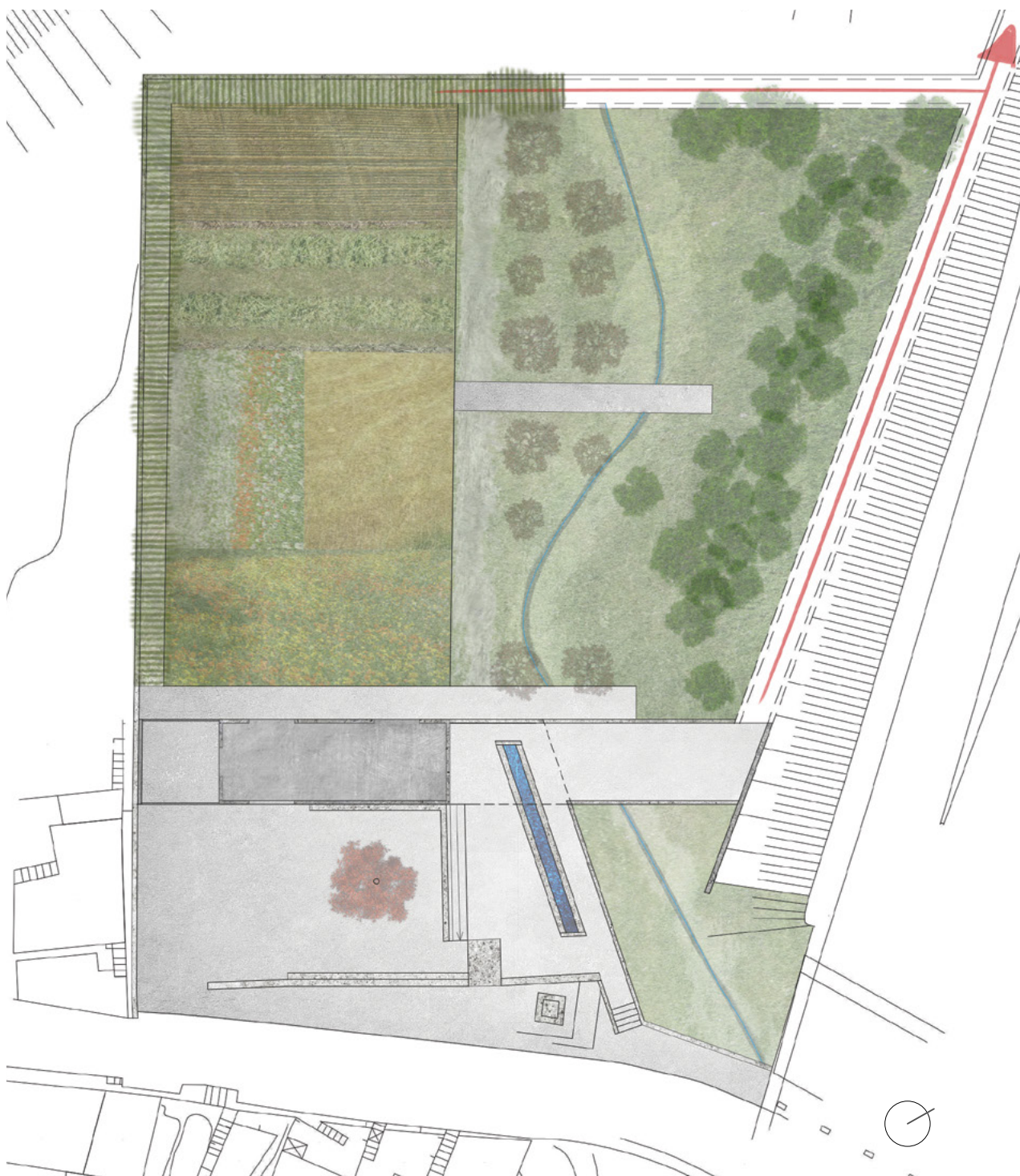
Um importante elemento histórico que poderia ajudar na ideia de reunificação do recinto da Quinta e na conexão destes lugares seria, sem dúvida, o antigo caminho de consortes, já enunciado anteriormente. Reforçando a pretendida relação da Casa com o seu recinto e com a envolvente, a reposição deste caminho, outrora atravessando a propriedade de Norte a Sul, faria agora a ligação da Casa-mãe de Vila Meã com o novos terrenos agrícolas, de acesso controlado, e ao novo espaço público proposto na rua de Bonjóia, no sítio da Capela, do tanque, da fonte e do aqueduto. Sobrepondo-se ou passando sob as infraestruturas rodoviárias, este tipo de passadiço permitiria repor uma franca,



116.

7,5 20 m





117.



118.

5 10 20 m

116. Zona de intervenção 1.
117. Zona de intervenção 2.
118. Alçado, zona de intervenção 2.

segura e ininterrupta relação pedonal entre estes dois pontos.

Assim, partindo junto à Casa e de acesso controlado, este novo caminho, na forma de passadiço aéreo, pedonal, citaria um importante elemento estrutural na morfologia e funcionamento da Quinta, reavivando uma relação no território agora perdida, e em falta.

À semelhança desta relação entre Vila Meã e Bonjóia, conseguida pelo novo passadiço, poderia ser interessante a sobreposição do mesmo tipo de passadiço pedonal aéreo às infraestruturas que cortaram os traçados das antigas vias rurais, repondo de certa forma as relações que garantiam.

Em particular, repondo o traçado da rua de Vila Meã no sentido Este-Oeste, cortado pelos novos ramais rodoviários, fazendo uma ponte pedonal que ligaria à “promenade” verde, nas plataformas da fábrica.

Por outro lado, o mesmo tipo de resolução poderia ser aplicado para a reconexão da rua de Vila Meã com a rua de Godim e com a Alameda 25 de Abril, numa cota muito superior.

Assim se formaria um percurso público, cíclico, sustentado e garantido por um conjunto de passadiços pedonais, aéreos, unificando as diferentes parcelas de terreno, e propondo a sua continuidade para Noroeste, procurando igualmente resolver o difícil talude da Alameda 25 de Abril.

Intervenções num “território transgénico”

A propósito da reflexão sobre a intervenção neste território, referencie-se o “Concurso de Ideias *transições* no Vale do Ave”, cujos resultados foram compilados e publicados na obra *Arquitectura em Lugares Comuns, Ideias e projectos para o Vale do Ave*⁶⁸. O desafio e mote do concurso prendeu-se com a necessidade de produzir reflexões e procurar ferramentas para intervir naquele complexo território que, muito à semelhança deste de Campanhã, é composto por elementos de escalas, tempos e características tão diferentes, albergando uma multiplicidade de usos e resultando num aparente caos disfuncional, que interessa qualificar e valorizar - se assim se considerar necessário. Olhando as

68 “Arquitectura em Lugares Comuns, Ideias e projectos para o Vale do Ave”, André Tavares, Ivo Oliveira, ed., Dafne Editora, 1ª edição - Porto, 2008.



119. Recinto - percurso. Circuito de passadiços e zonas de intervenção.

reflexões sobre o “território difuso” do Vale do Ave, compreendem-se algumas afinidades com as dinâmicas do território de Campanhã.

(...) o «difuso» é um território amalgamado de formas e de funções, para o qual se olha hoje com algum desespero e se procuram, com aflição, soluções de projecto operativas e qualificadas. Apesar de corresponder a padrões que se repetem em tantos lugares nacionais e internacionais, o Vale do Ave é um exemplo flagrante destes «lugares comuns»: espaços urbanos bizarros, onde estradas estreitas, congestionadas e sem espaços para peões, são cruzadas por auto-estradas que descarregam camiões de grande porte; onde resquícios do ambiente rural do tempo da produção agrícola são ainda bem visíveis e também são suporte para grandes edifícios industriais que se misturam com pequenas residências; (...) onde os comércios e serviços se baralham nos interstícios disponíveis; onde não faltam carros nem pessoas para os conduzir. Uma infinidade de formas e dinâmicas às quais reagimos em pânico. Há quem diga que é muito feio. O que fazer? (...)»⁶⁹

O desafio agora é (...) o de projectar o «território transgénico», nem rural, urbano ou industrial ou não-coisa. (...) A metáfora do transgénico pode servir, pelo menos, para nos afastarmos das metáforas do híbrido - rururbano ou urbanização rural -, buscando outras razões e visões para interpretar e projectar, sem referências demasiado impositivas sobre a boa forma urbana ou rural, procurando fazer (...) com que o território seja mais funcional ou racional, mais regulável, menos predatório de recursos, mais confortável. Se for bonito, melhor!»⁷⁰

69 TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo, “Missão impossível no meio do difuso”, in *Arquitectura em Lugares Comuns, Ideias e projectos para o Vale do Ave*, TAVARES, OLIVEIRA (ed.), 2008, p. 123.

70 DOMINGUES, Álvaro, “Transgénicos”, in *Arquitectura em Lugares Comuns, Ideias e projectos para o Vale do Ave*, TAVARES, OLIVEIRA (ed.), 2008, pp.



120.



121.

120. Viaduto da Alameda 25 de Abril,
caminhos-de-ferro e percursos pedonais.
121. Alinhamento com a igreja do Bonfim.
Talude da Alameda 25 de Abril e vestígios do
caminho para Godim.

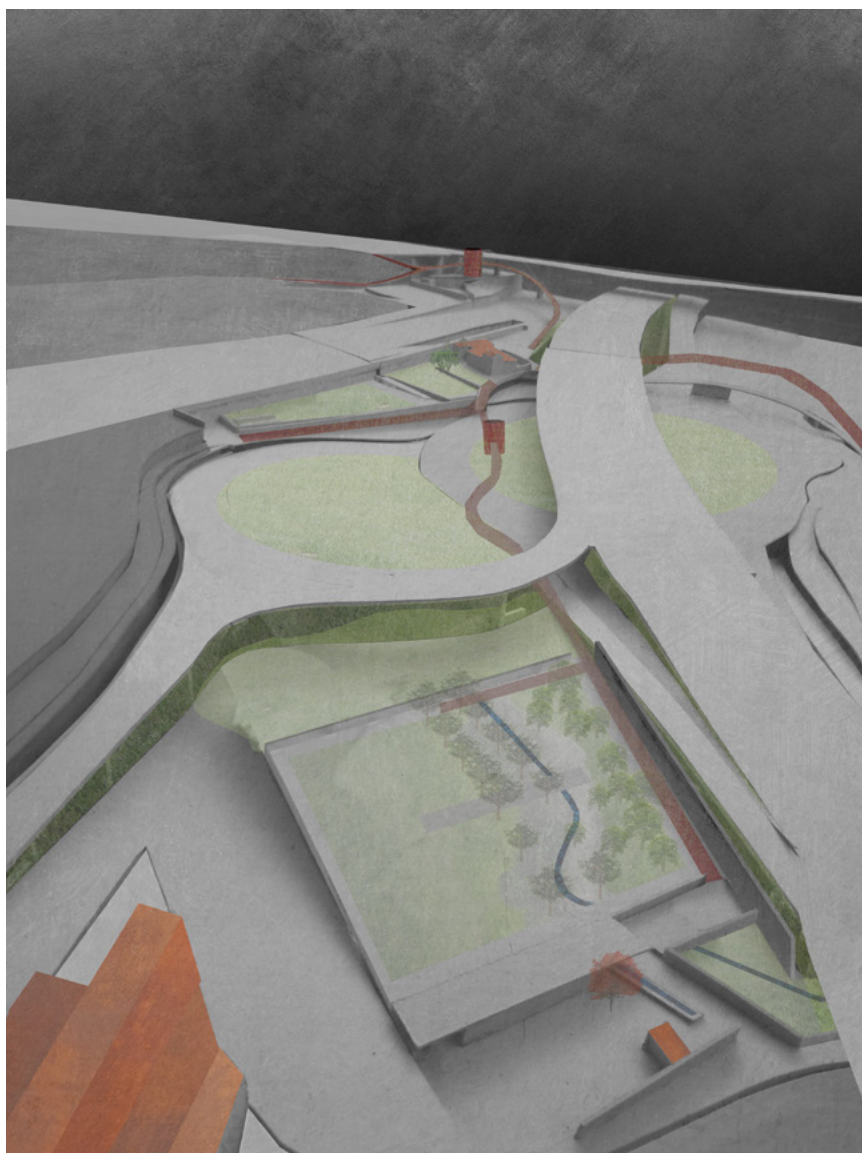
A intervenção que se sugere para o antigo recinto de Vila Meã e sua envolvente próxima procura ir neste sentido: o de proporcionar soluções de continuidade e conforto nas dinâmicas urbanas, propondo novos meios de deslocação, novos lugares de usufruto público, conciliando pequenas actividades agrícolas locais com espaços de lazer e de passeio, procurando encarar a realidade do lugar, reavivando memórias perdidas e, enfim, procurar o “belo” e o agradável. Cite-se uma das propostas mencionadas na publicação dos resultados do concurso, “Genius Itineris”⁷¹, por se aproximar às intenções de intervenção neste território de Vila Meã e Campanhã, contribuindo para o enriquecimento da reflexão:

Genius Itineris é o lema desta proposta que tem como ferramenta o «percorrer», usado para proporcionar surpresas e novas percepções do território, como alternativa ao automóvel nas deslocações diárias, e como espinha dorsal de áreas sensíveis a proteger. (...) Nesta deriva situacionista pelo Vale do Ave, para além de programas pontuais que estabelecem a transição entre as funções existentes por vezes opostas, o caminhante é apoiado por um conjunto de micro-arquiteturas. Ao longo dos percursos são propostas intervenções que permitam ler, sinalizar e pontuar o território, através de protótipos modulares (...) tais como: observatórios que enquadrem elementos inesperados da envolvente; apoios aos vários elementos programáticos propostos; e refúgios para os caminhantes.

De forma semelhante à proposta citada, os percursos pedonais sugeridos para Campanhã viriam unificar partes desconexas do território, e simbolicamente agregar novamente o recinto da Quinta, estando eles, também, pontuados por novos programas já sugeridos - a Quinta Pedagógica do Mitra, que expande a sua área de acção, o sítio da capela em Bonjóia com o novo

32-33.

71 “Genius itineris”, proposta de Ademar Luís Gonzaga Machado, Marc Latapie, Pascaline Boyron, Sílvia de Castro Fernandes, Sónia Mara Cavém, Sylvain Grasset. In “Arquitectura em Lugares Comuns”, pp. 63-71.



122. Recinto, percursos e possibilidade de aplicação das citadas “micro-arquitecturas” (“Genius Itineris”, in *Arquitectura em lugares comuns*, pp. 63-71)

espaço e tanques públicos e as plataformas da antiga fábrica, “promenade” verde pontuada pelas ruínas.

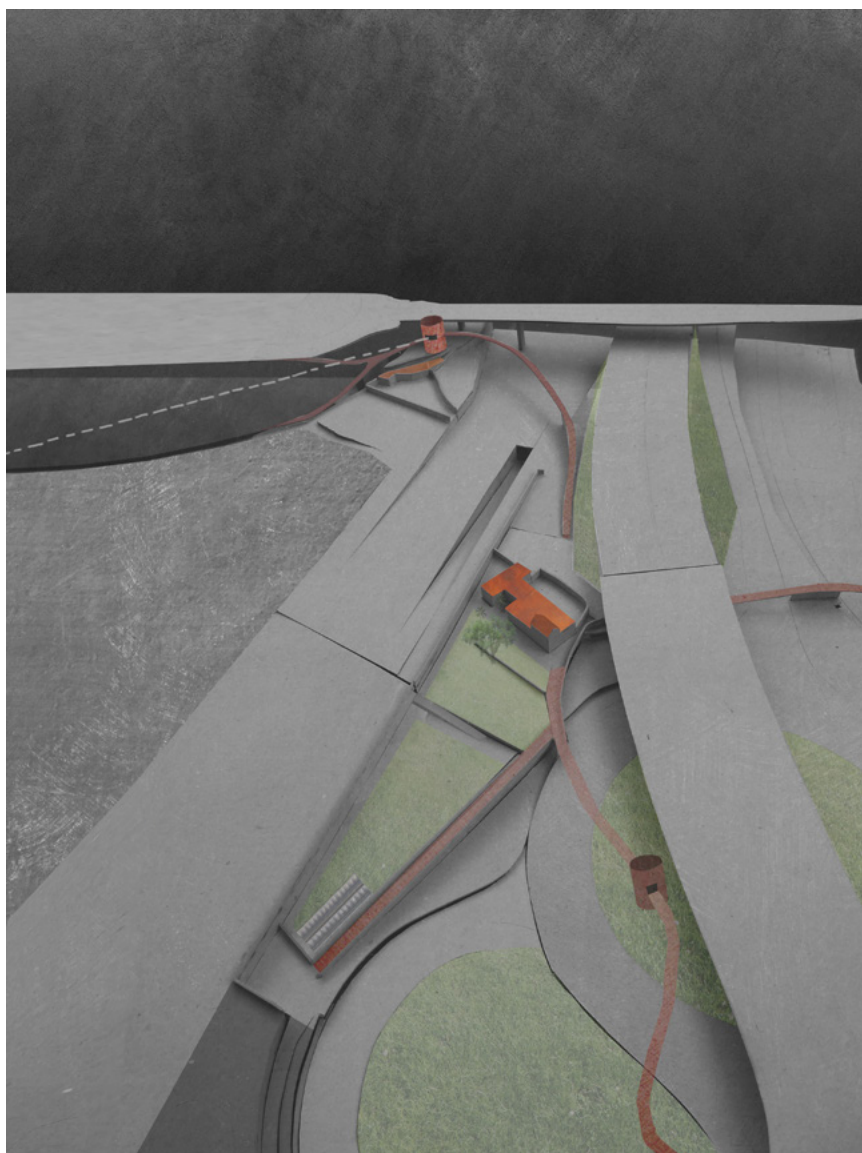
Citando a proposta “Genius Itineris”, além de reavivar relações viárias, sobrepor obstáculos e unificar aspectos e programas do território, sob a lógica do uso pedonal, estes percursos têm também uma vertente contemplativa, pelas travessias que desenham e pela visibilidade que proporcionam daquele vale rural urbanizado.

Fazendo uso da ideia da proposta “Genius Itineris”, aplicando alguns dos seus princípios, poderia, finalmente, pontuar-se o percurso destes passadiços em certos locais estratégicos por pequenas construções - a que chamam de “micro-arquitecturas”.

Em certos locais, no decorrer dos passadiços aéreos, faria sentido a colocação de elementos que servissem de miradouros, “enquadrando elementos especiais da envolvente”: em particular, neste contexto, estes miradouros serviriam para enquadrar e mostrar aspectos da paisagem com significados históricos - por exemplo, a pretendida visibilidade de edifícios religiosos no território, pelo seu alinhamento com vias de circulação ou pela sua imponência na paisagem.

Sugere-se, para esse efeito, na passagem aérea de Vila Meã para Noroeste, a colocação de uma “micro-arquitectura”, citando a proposta referenciada: um miradouro, uma construção encerrada e escura, no percurso do passadiço, com um único e pequeno rasgo, permitindo vislumbrar a relação visual que o traçado da rua de Godim assume, naquele ponto, com a Igreja do Bonfim, no sentido Sudoeste.

Por fim, durante o percurso ou no momento de chegada do novo passadiço “de consortes” ao terreno em Bonjóia, um outro miradouro poderia marcar o seu término, elevando-se e permitindo olhar a Casa de Vila Meã e ter uma percepção da abrangência física do seu antigo domínio.



123. Recinto, percursos e possibilidade de aplicação das citadas “micro-arquitecturas” (“Genius Iteneris”, in *Arquitectura em lugares comuns*, pp. 63-71).
Recuperação da vista para a igreja do Bonfim.

Possibilidades de conexão com uma escala alargada

Por fim, simultânea à reflexão sobre o arranjo e ajuste da Casa e da sua envolvente próxima está, inevitavelmente, a reflexão acerca da sua relação com uma escala mais alargada, para que possa estar completa a sua melhor (re)integração urbana - esquema que esteve por detrás da reflexão sobre as pequenas e pontuais intervenções.

Os passadiços pedonais propostos veriam a sua utilidade reforçada, pensando na possibilidade das ligações entre pontos distantes que poderiam potenciar. Pensando numa escala mais alargada, esta estrutura de percursos conectaria uma rede de pontos de interesse, na qual a Casa de Vila Meã estaria incluída, cuja área de influência se poderia estender desde o Matadouro Municipal (futuro pólo de cultura), a Praça da Corujeira, a Quinta de Bonjóia, a Alameda 25 de Abril, a rua de Godim, e a Estação de Campanhã (bem como o seu futuro Terminal Intermodal, que poderia coexistir e articular-se com este sistema).

Não será de ignorar a presença de outras tantas situações urbanas desagradáveis no panorama envolvente à intervenção idealizada: o entroncamento da rua de Bonjóia com o ramal de saída da V.C.I. e o prolongamento até à Estação de Campanhã; o lote de terreno, onde funcionava o antigo campo de futebol Mário Navega, hoje substituído por outro, noutra local; os espaços públicos, desde a rua do Pinheiro até às traseiras da Estação. Na verdade, toda esta área deverá ser considerada para a elaboração de propostas para o TIC, e a resolução dos seus problemas estará integrada numa solução para o equipamento. O prolongamento de uma intervenção urbana, desde Vila Meã até este lugar, resultaria numa melhor e mais qualificada sequência de espaços públicos, contribuindo tanto para a reintegração da Casa na envolvente, como num âmbito mais alargado de coesão e funcionalidade urbana.



124. Esquema para ligação das intervenções com pontos de interesse no território.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, *Percursos de um brasileiro no Porto - o Conde de Ferreira*, in *Revista da Faculdade de Letras : História*, II série, vol. 9 (1992), pp. 199-214.

AMARAL, Luís Carlos, “A organização do território portuense na Idade Média”, in *Henrique o navegador. Exposição comemorativa*, Porto : Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp.67-69.

ARAÚJO, Ilídio de, “Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto”, in *Revista de História*, Vol. II, 1979, pp.375-388.

Arquitectura Popular em Portugal, 2ª ed. - Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*, Lisboa : Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Rogério de, *O Porto desde a Proto-história à época do Infante D. Henrique*, Porto : Marânus, 1960.

CAPELA, José, *Conde de Ferreira & C.ª: traficantes de escravos*, Porto : Afrontamento, 2012.

COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição Topographica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª ed. - Porto : Liv. Progredior, 1945.

DOMINGUES, Álvaro, NONNEL, Anni Gunther, TAVARES, Rui, “Oporto”, in GUARDIÁ, Manuel [et al.] (dir.), *Atlas historico de ciudades europeas*, Vol. 2: Península Ibérica, Barcelona, 1994-96, pp. 128-153

FERNANDES, José A. Rio, “Campanhã e Gondomar, a leste do desenvolvimento”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XV, nº 8, Agosto de 1996, pp. 226-234.

MARTINS, Pe. António Tavares, “Antigas Quintas da paróquia de Campanhã”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, XXXII, fasc. 3/4, Setembro - Dezembro, 1969, pp. 661-710.

MEIRELES, Miguel Ferreira, RODRIGUES, Agostinho Vieira (coord.), *Campanhã – estudos monográficos*, 1ª ed. - Porto : Junta de Freguesia de Campanhã, 1991.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, *Arquitectura tradicional portuguesa*, 1ª ed. - Lisboa : Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra : Instituto de Alta Cultura, 1973.

PACHECO, Hélder (coord.), *O Vale de Campanhã na memória da gente*, Porto : Fundação para o desenvolvimento do Vale de Campanhã, 1999.

PINHO LEAL, *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal (...)*, Lisboa, Mattos Moreira, 1873-1890.

PINTO, Jorge Ricardo, *Bonfim - território de memórias e destinos*, 1ª ed. - Porto : Junta de Freguesia do Bonfim, 2011.

PINTO, Jorge Ricardo, *O Porto oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875 - 1900)*, Porto : Edições Afrontamento, 2007.

RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, 2ª ed. - Porto : Porto Editora, 1995.

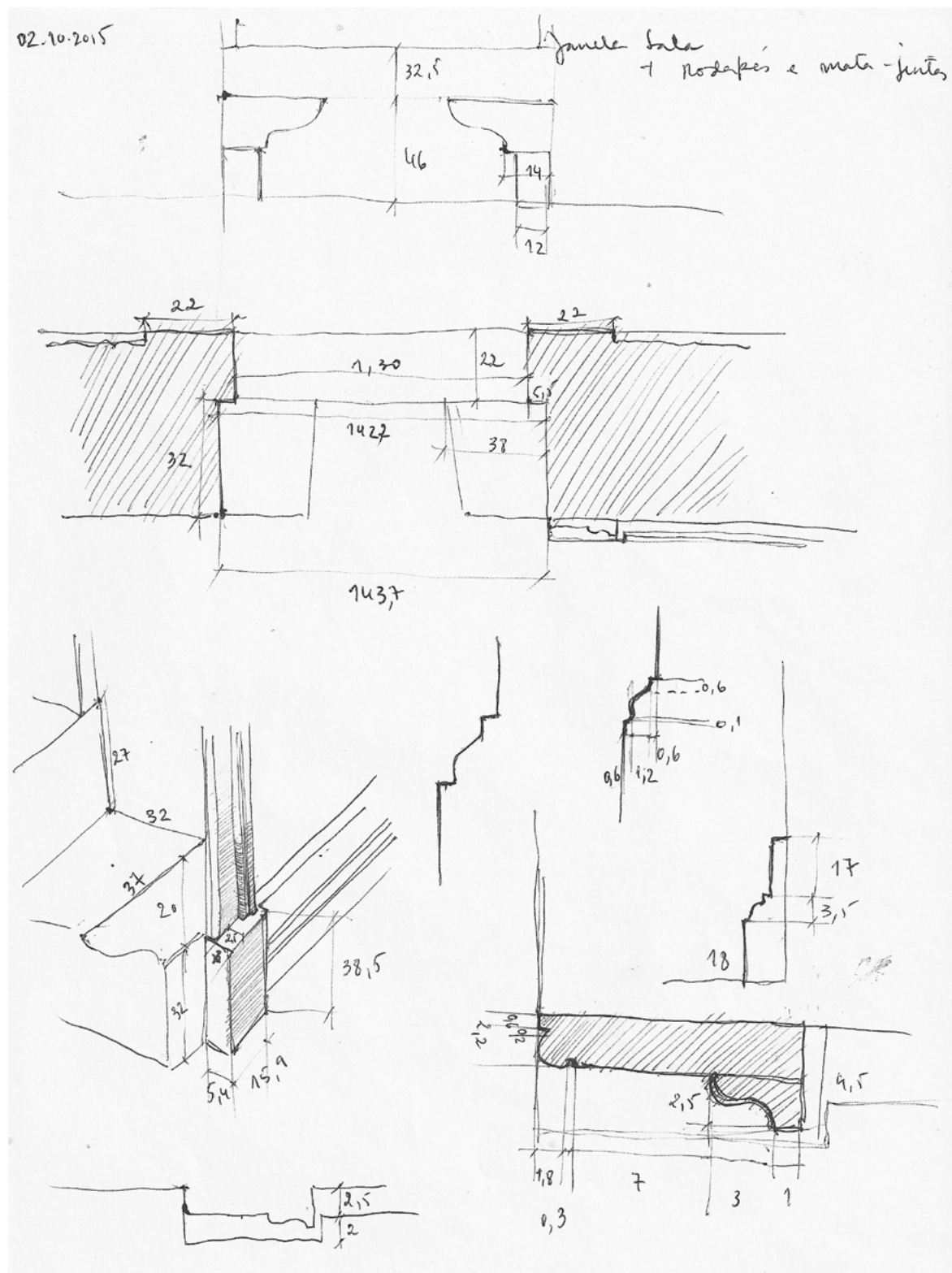
SILVA, Fernando J. Moreira da, “Quinta de Vila Meã”, in *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VII (2), Fev. 1989, pp. 45-46.

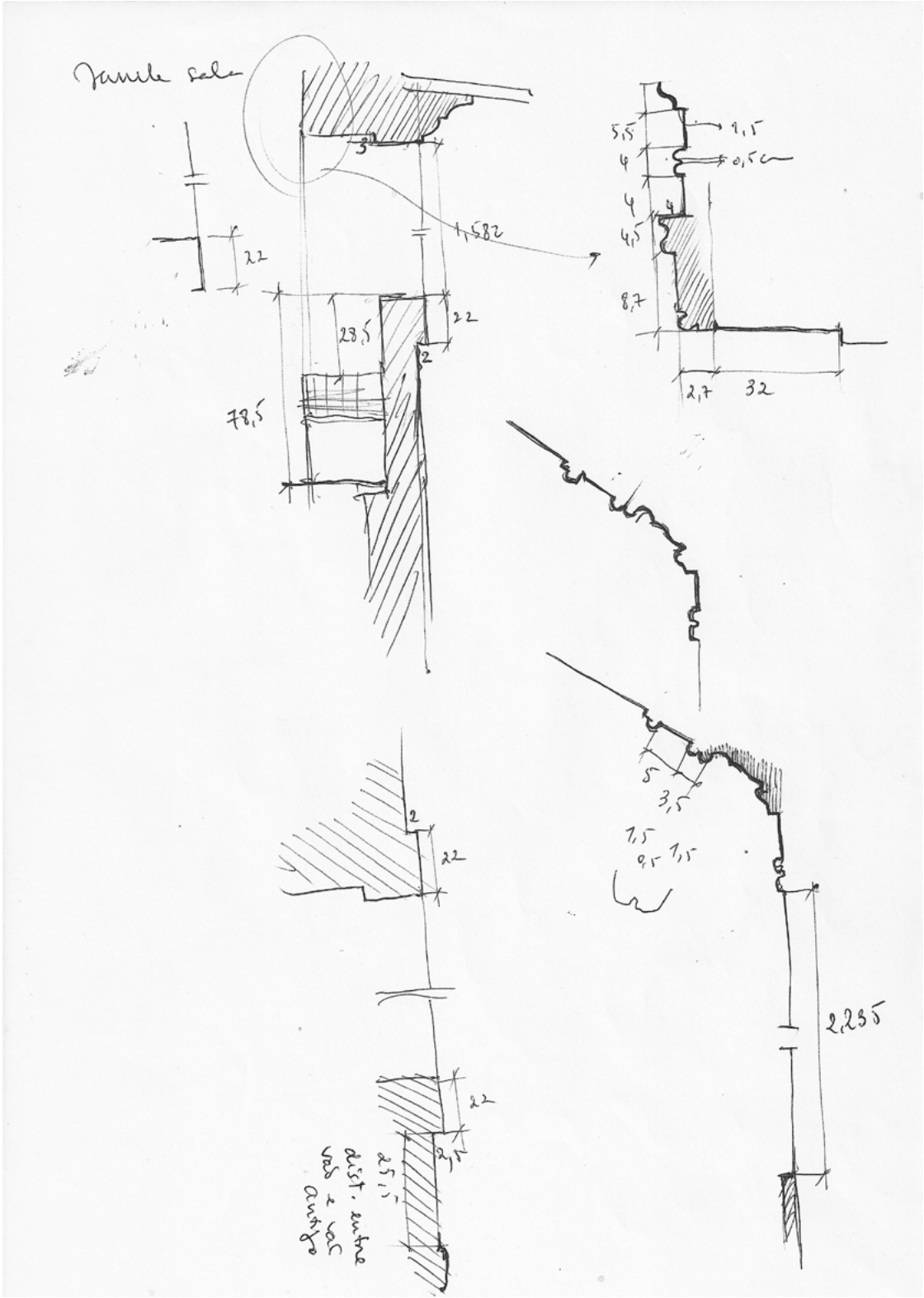
TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo, ed. *Arquitectura em Lugares Comuns, Ideias e projectos para o Vale do Ave*, 1ª ed. - Porto : Dafne Editora, 2008.

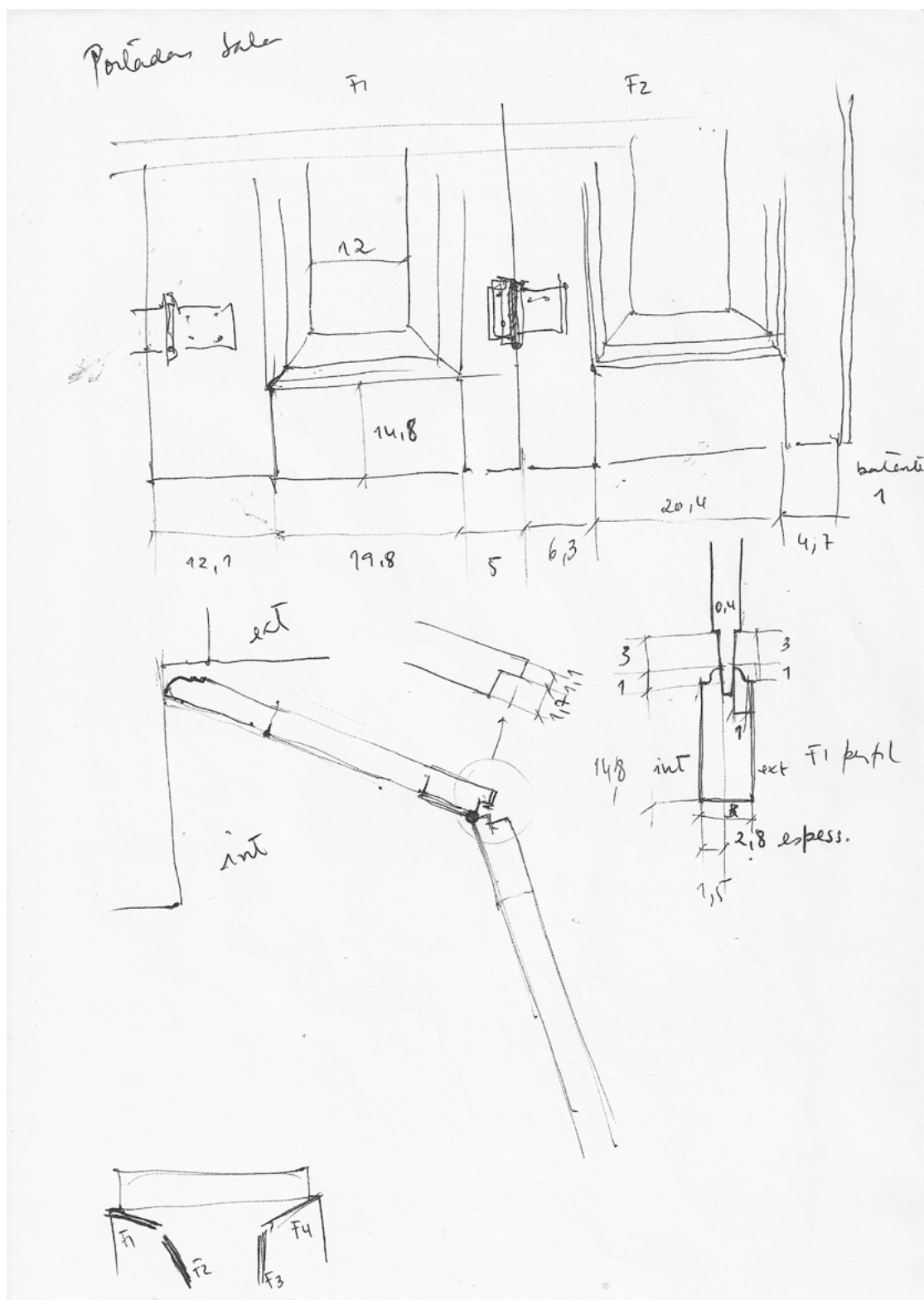
Anexos

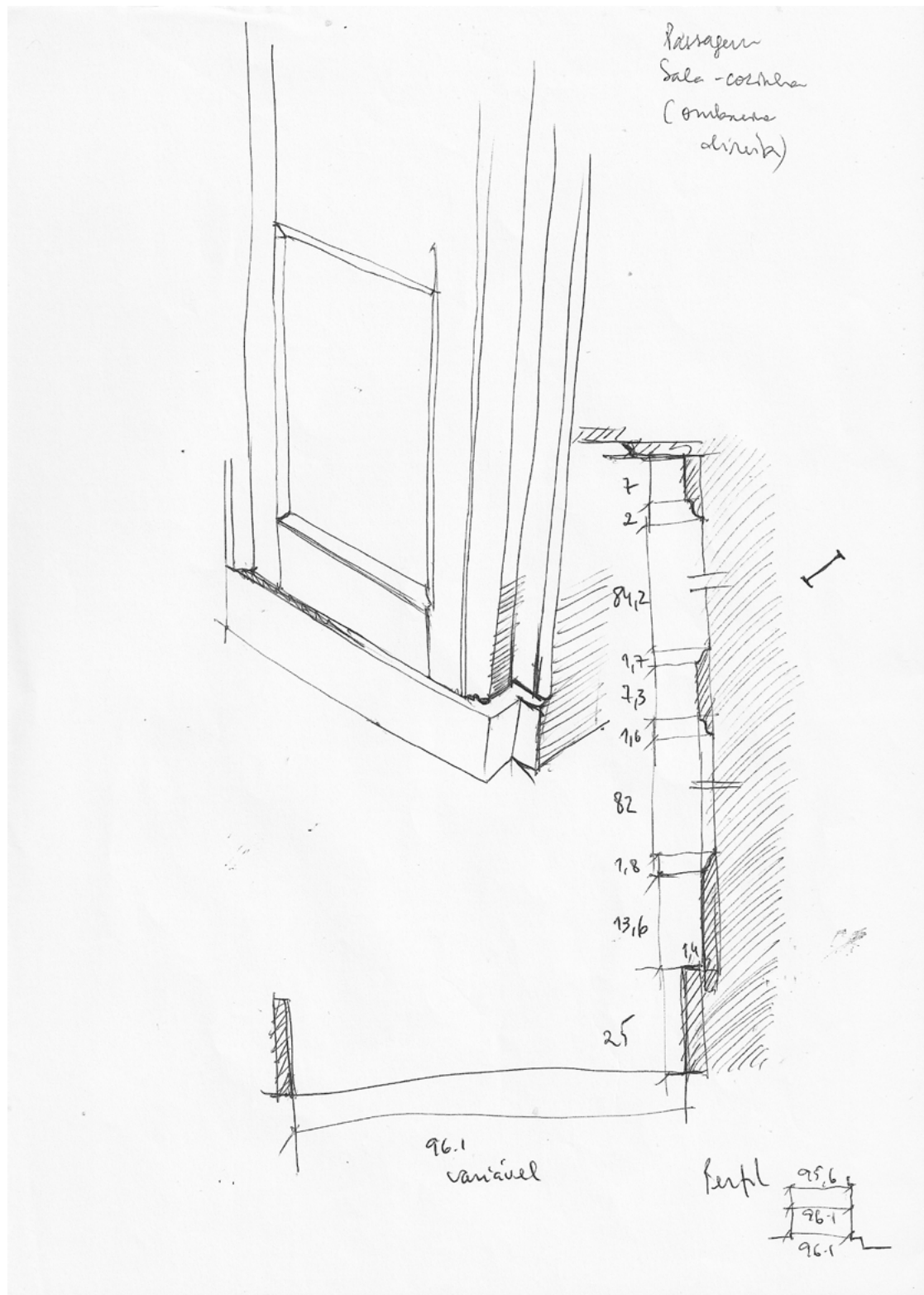
Alguns desenhos de levantamento do edifício

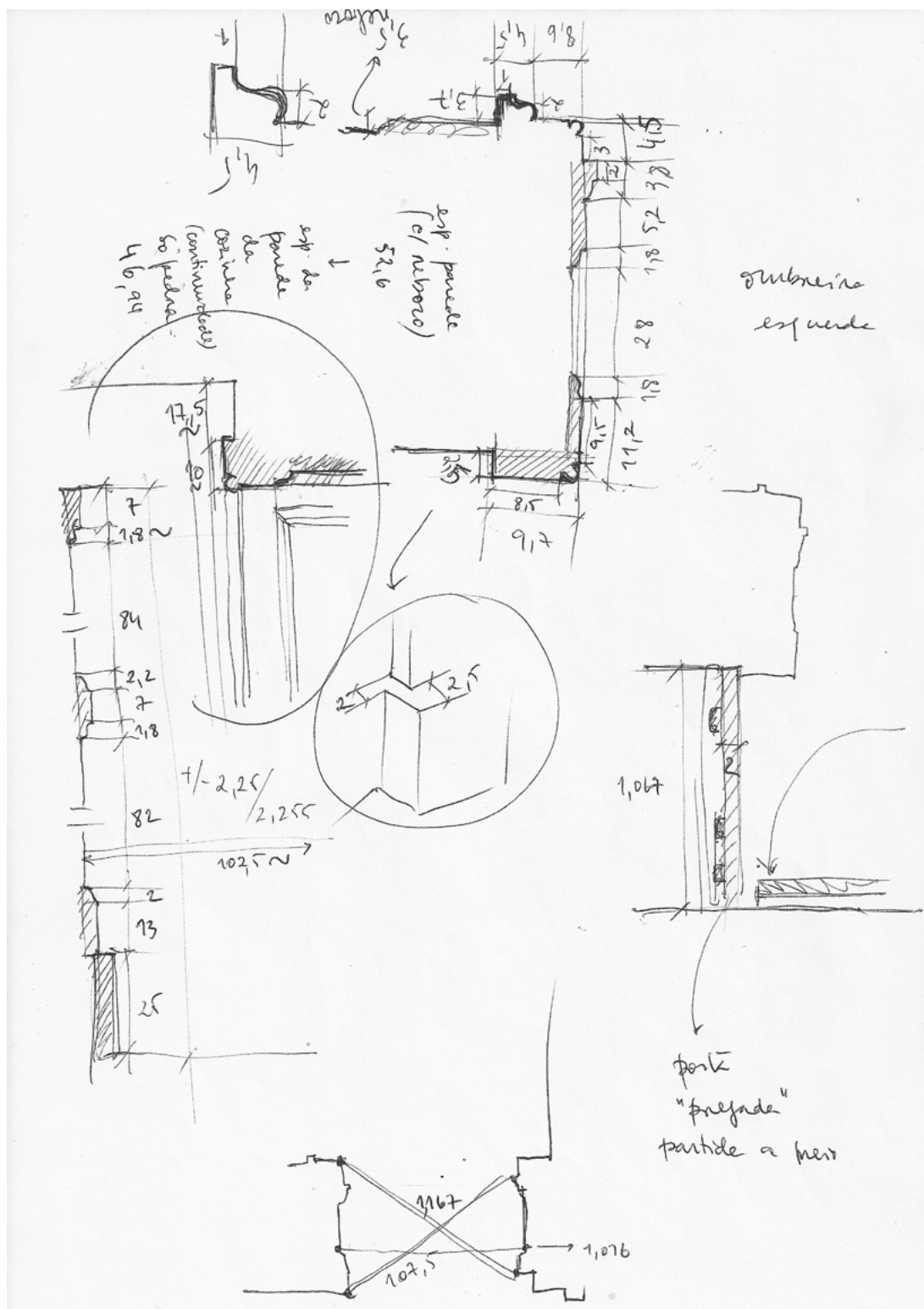
Sala, carpintarias, guarnições

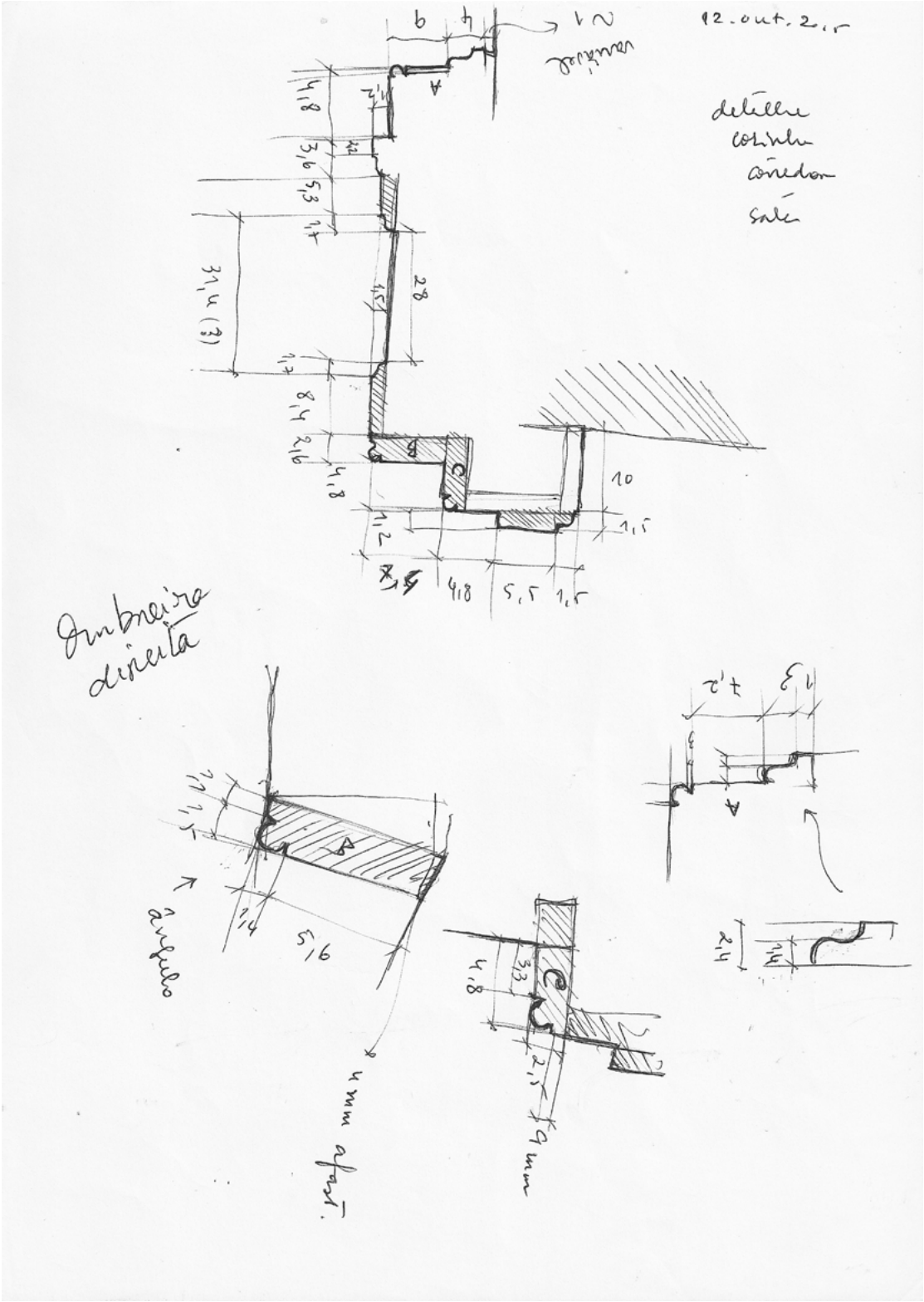




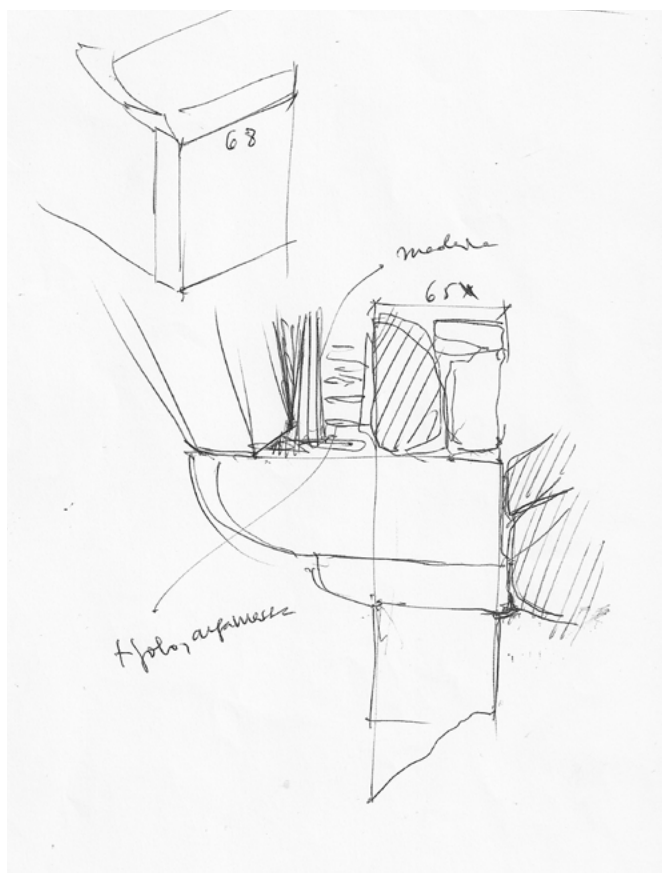
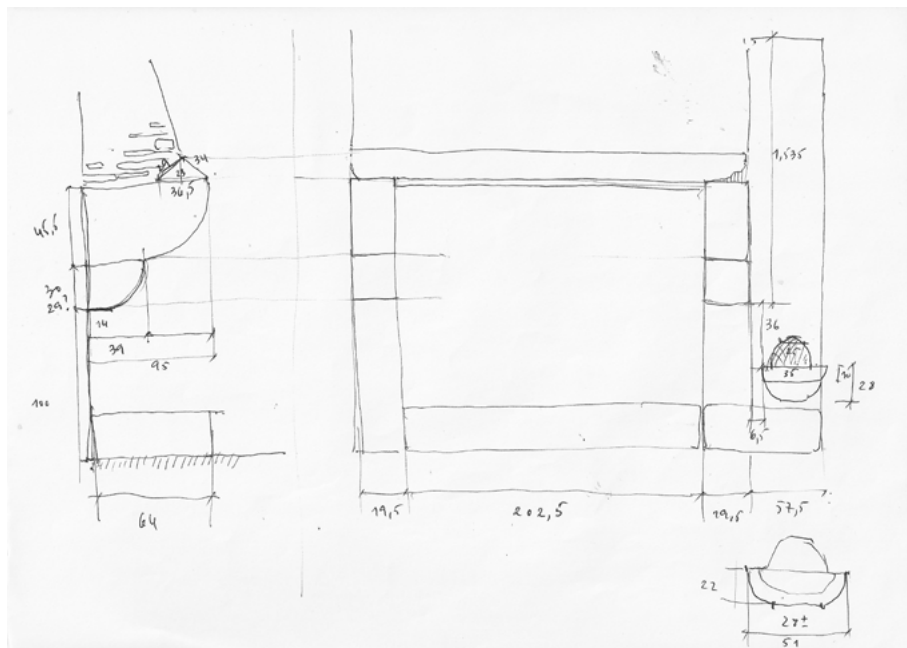


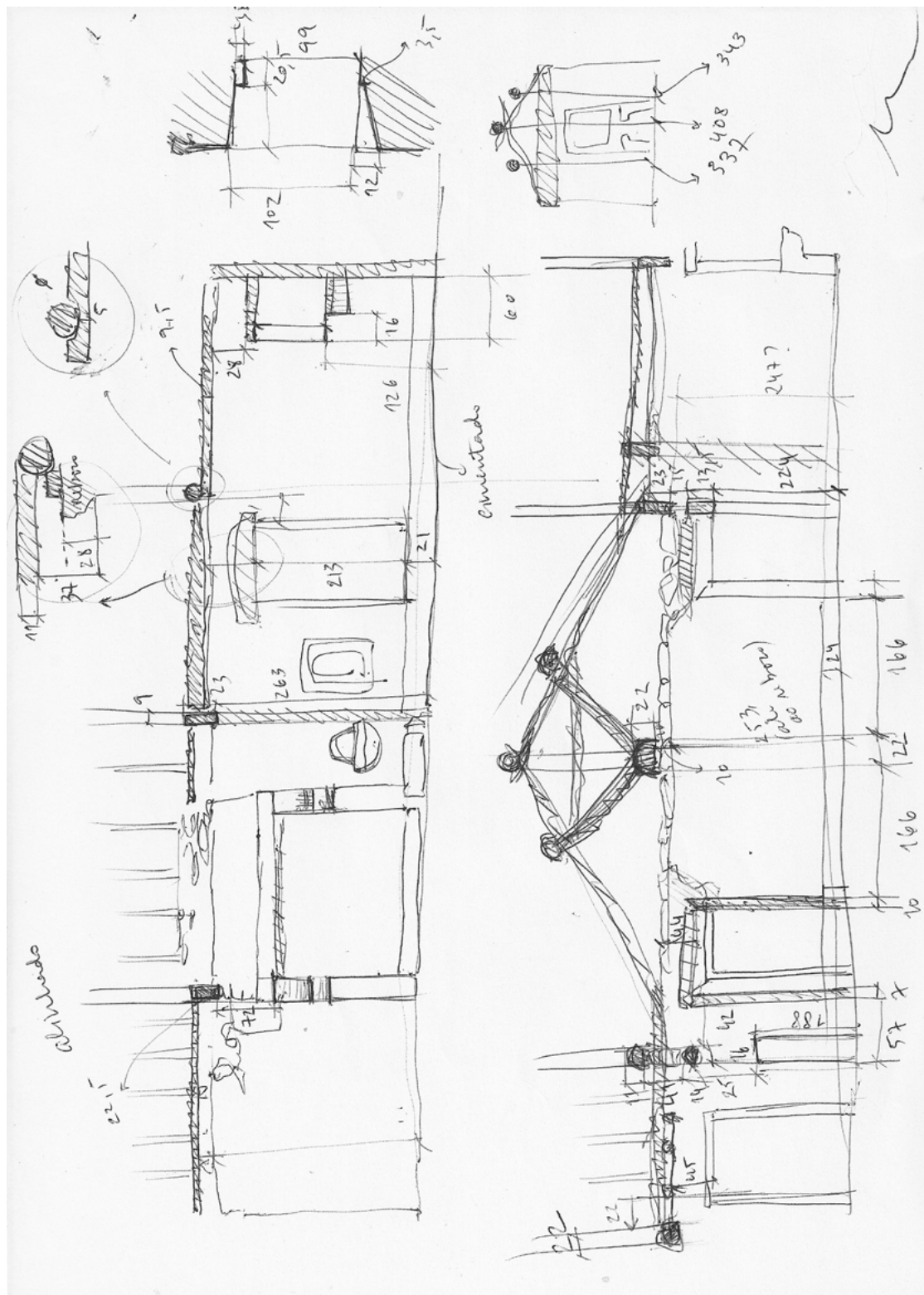


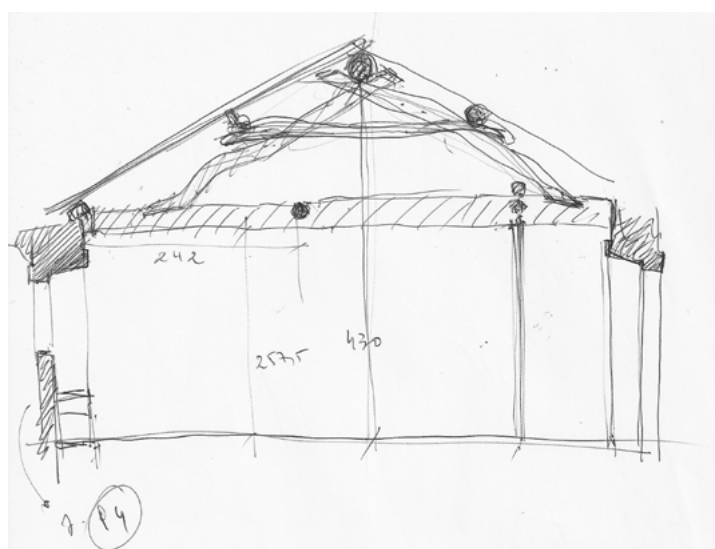
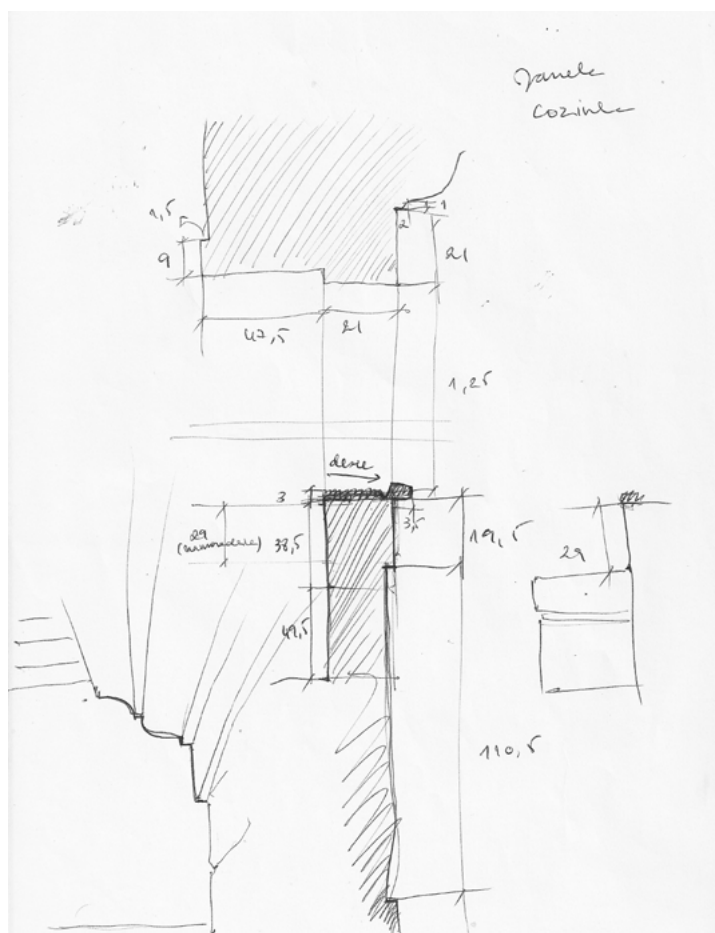


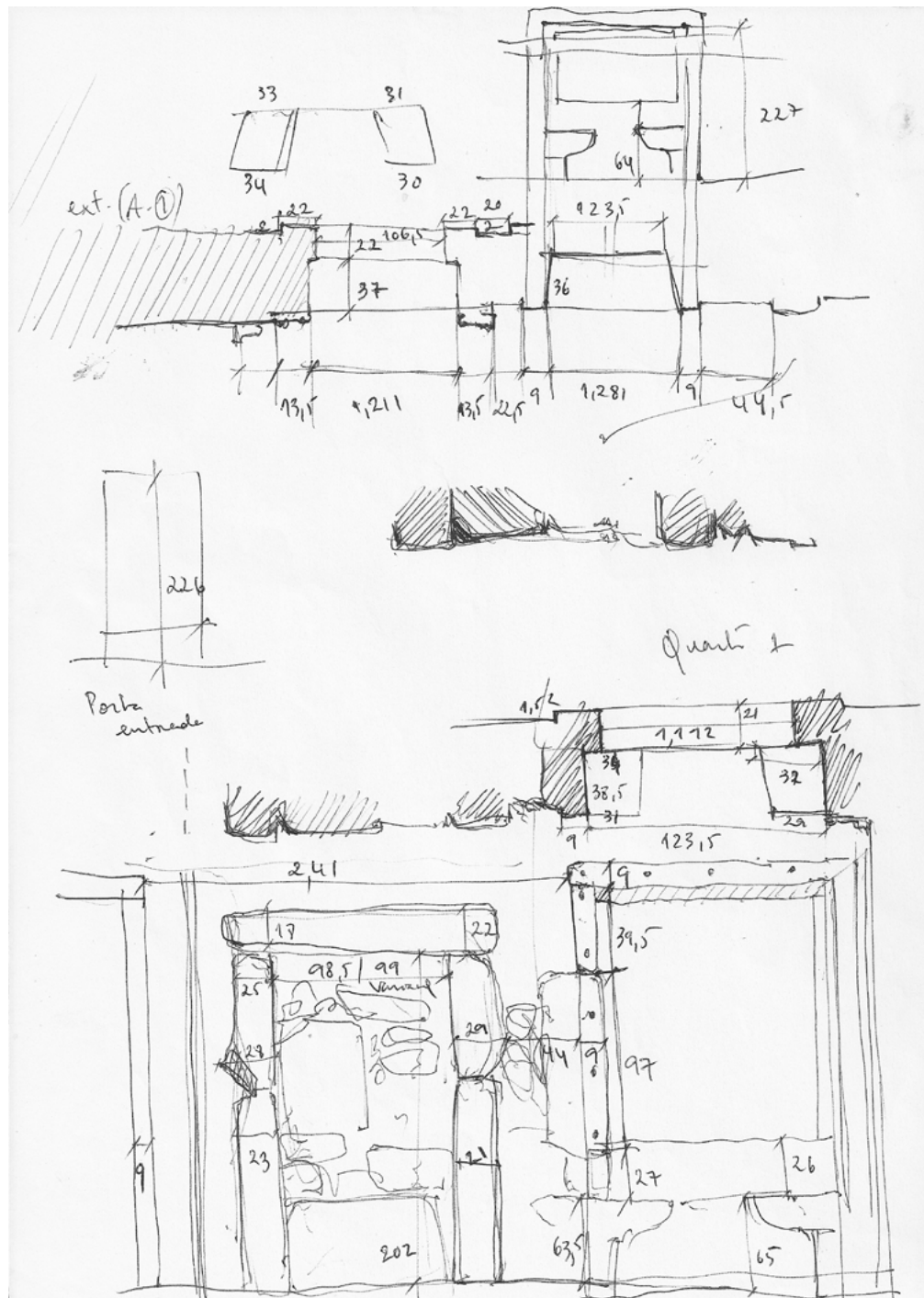


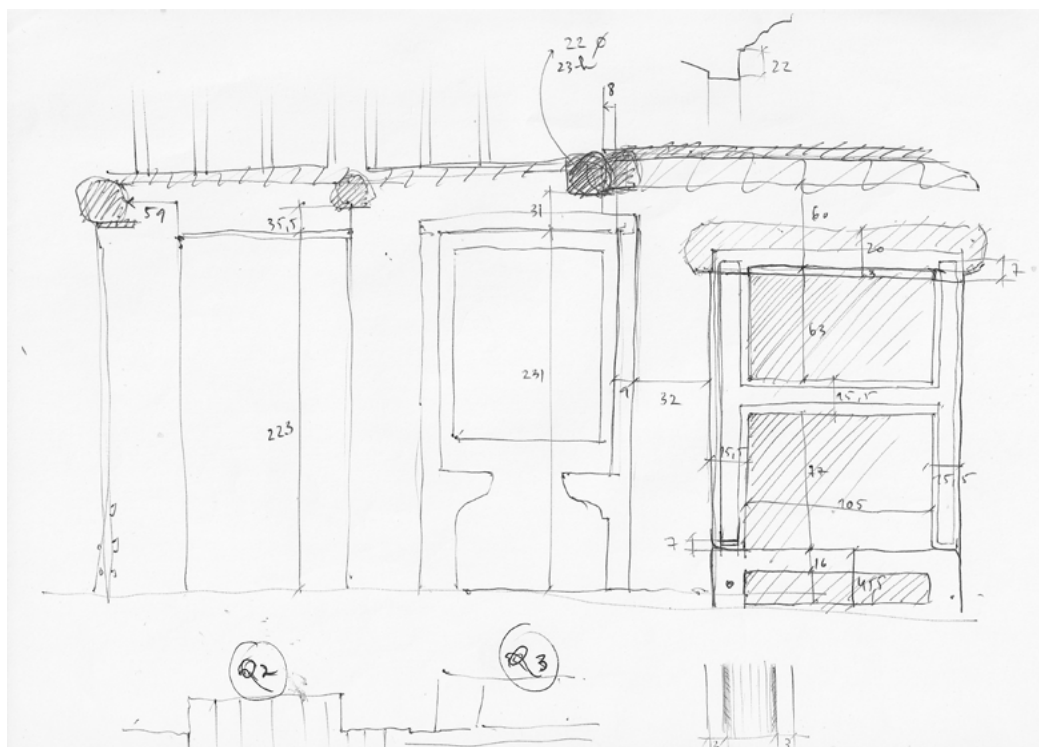
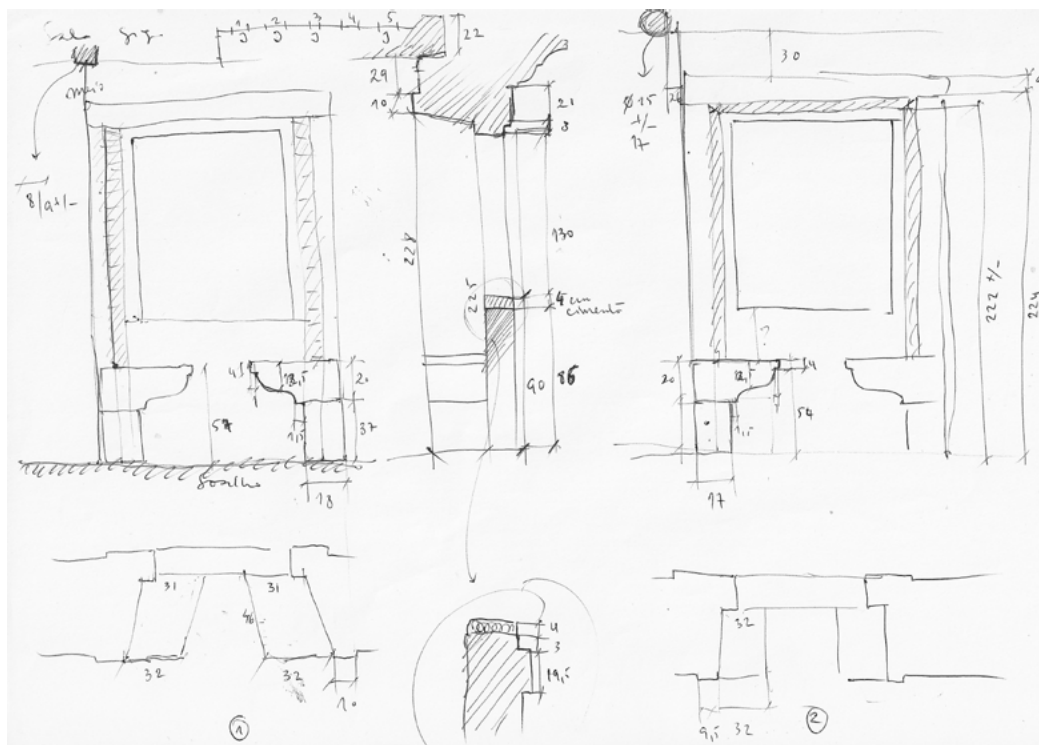
Cozinha



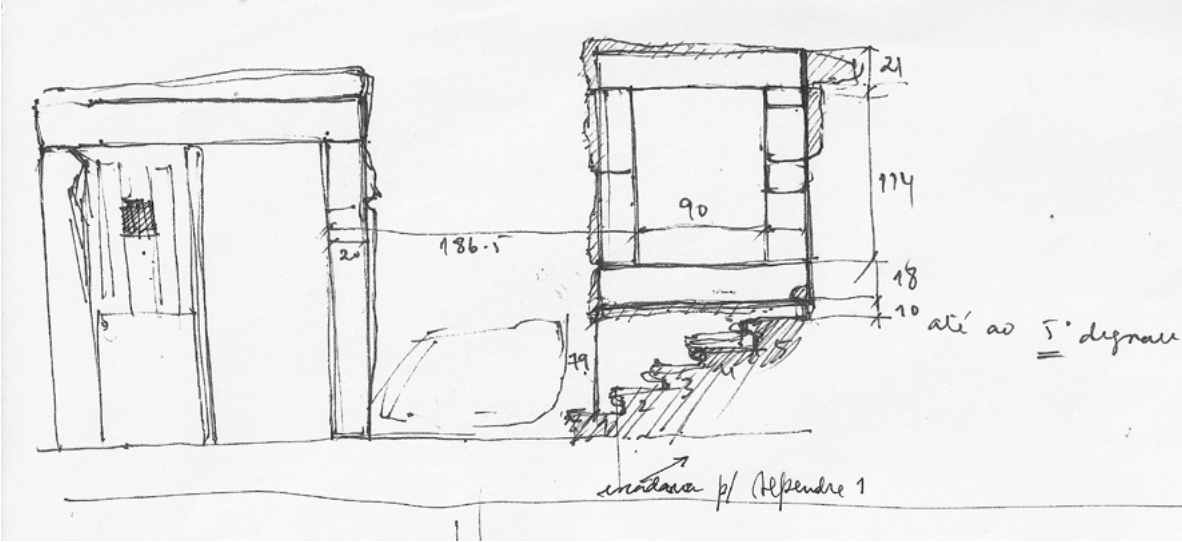
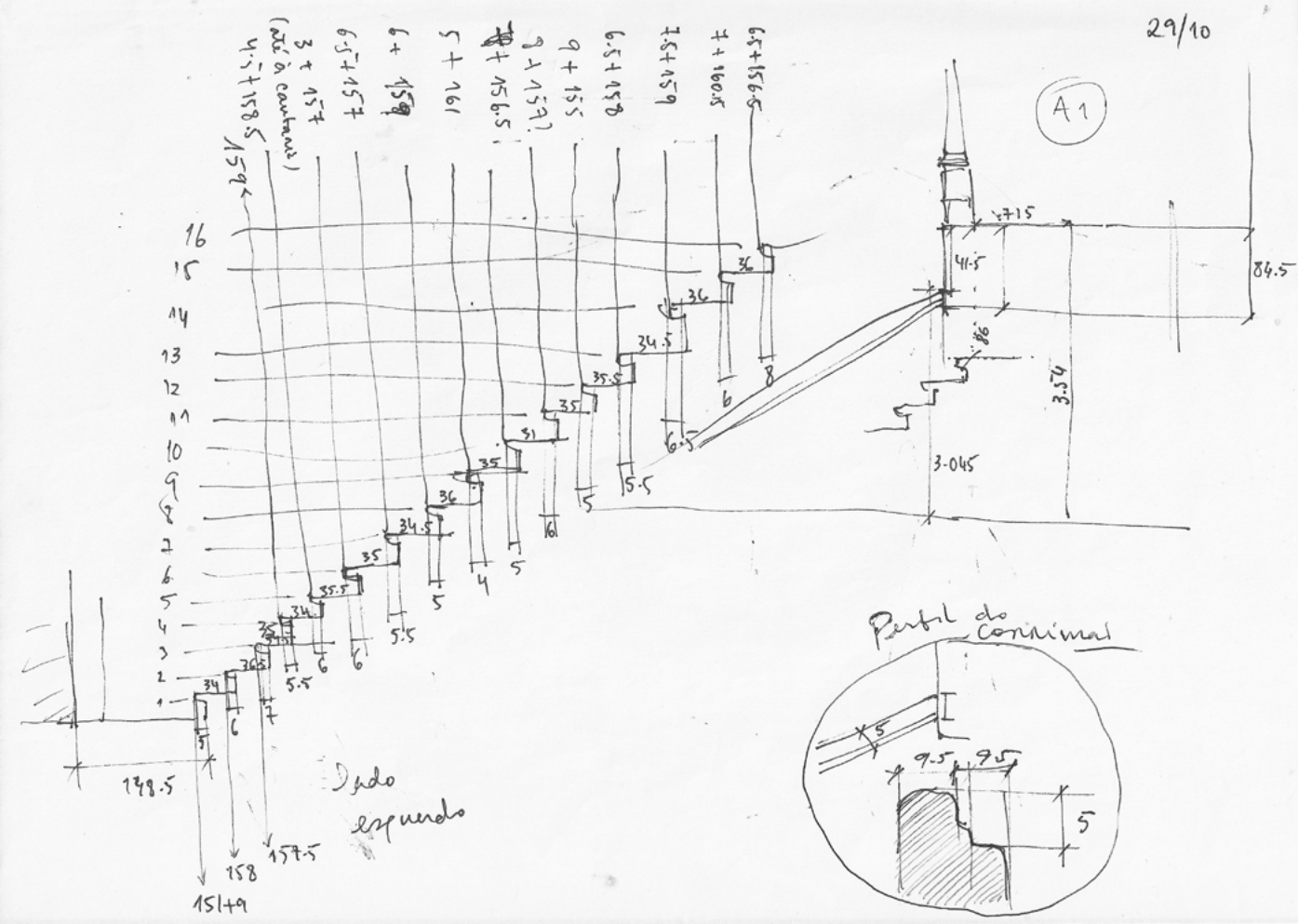


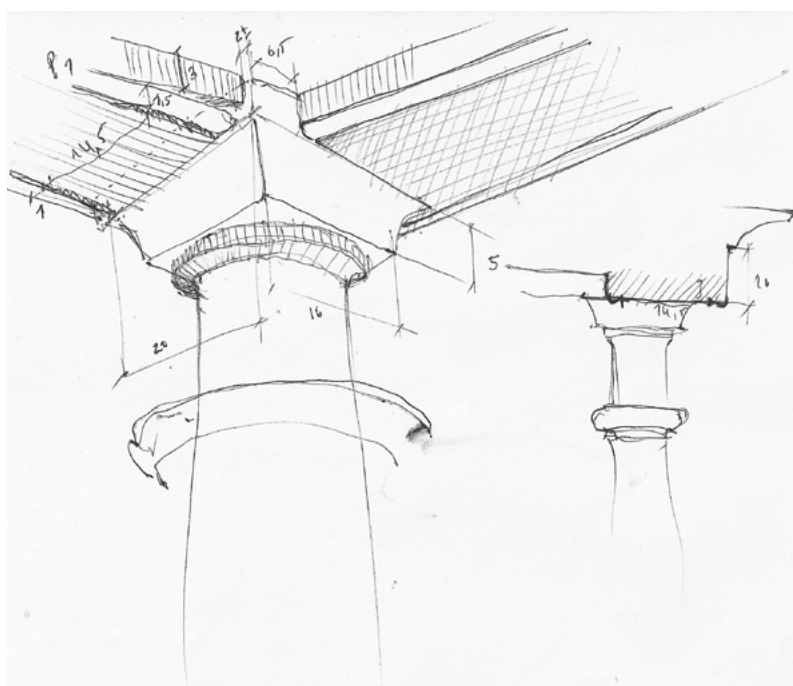
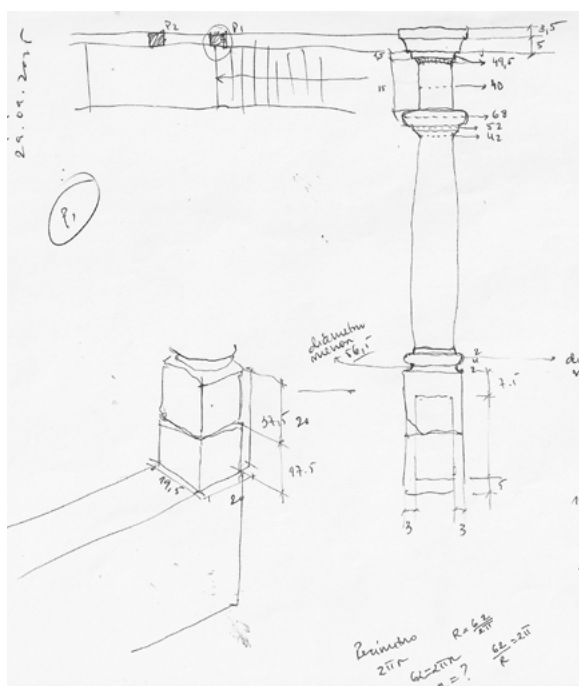
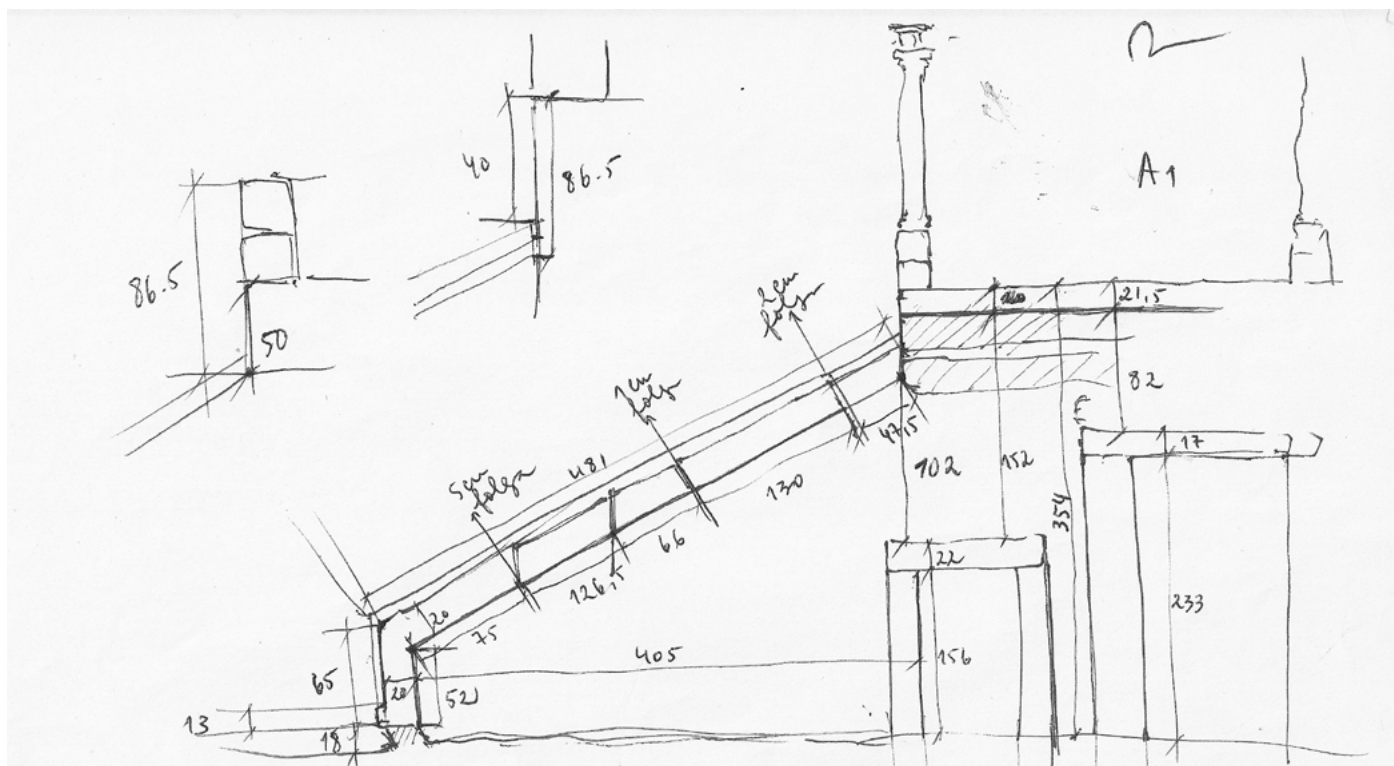


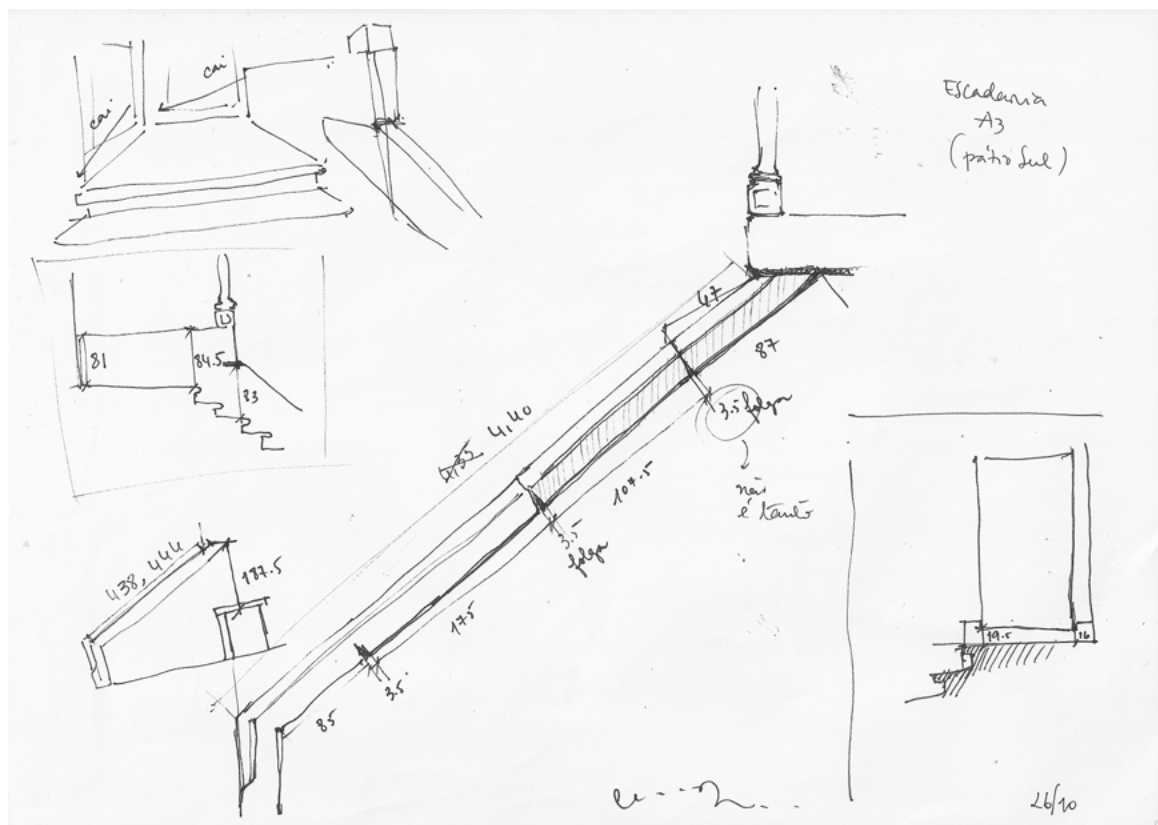


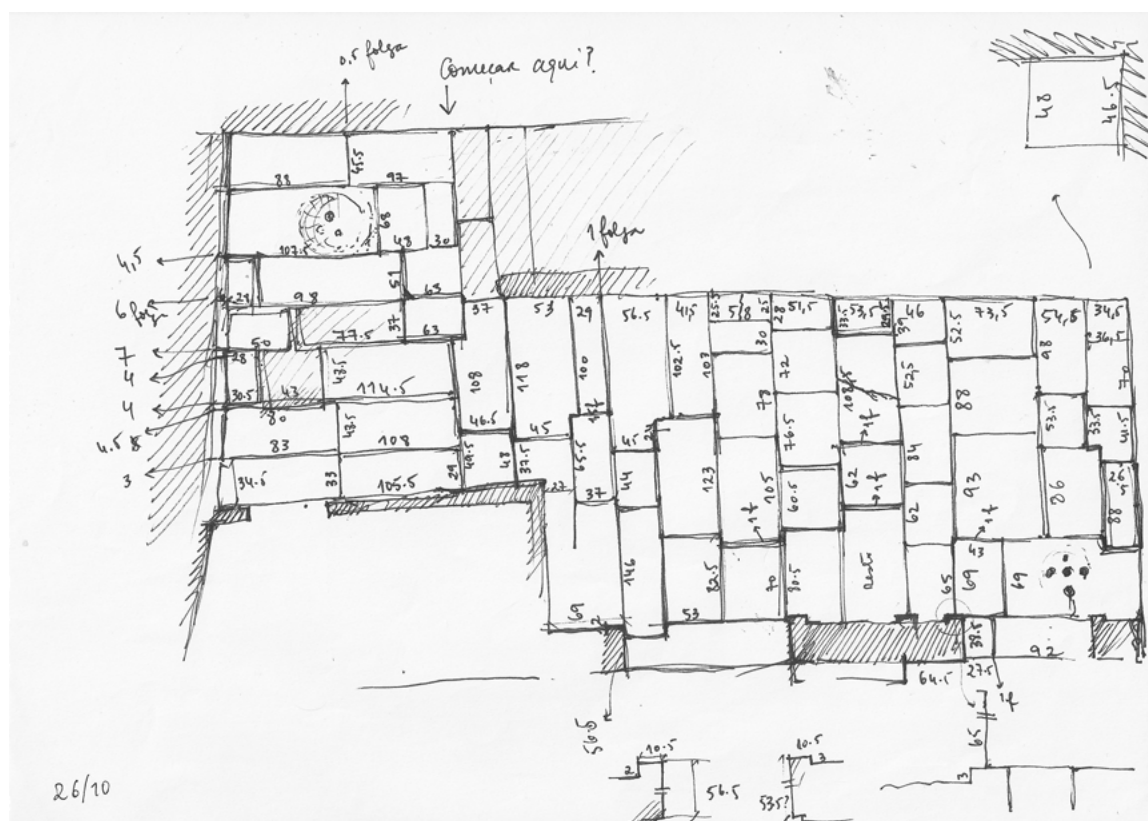
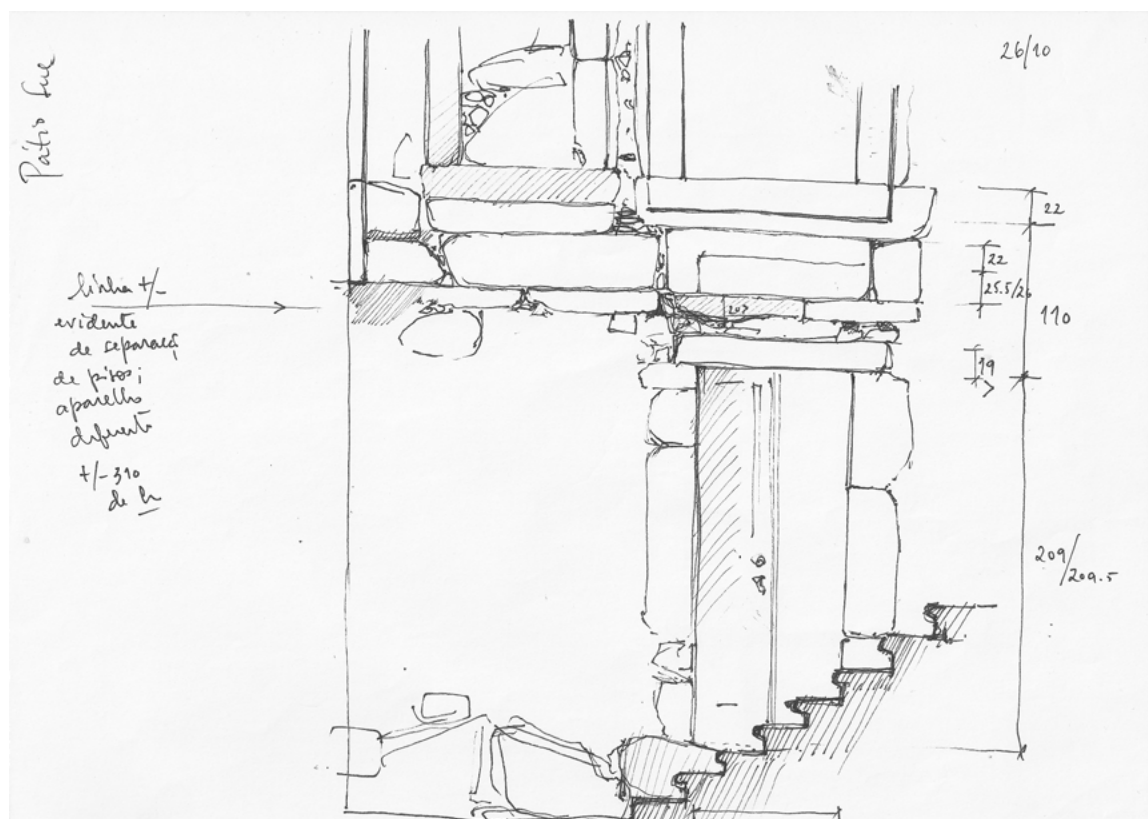


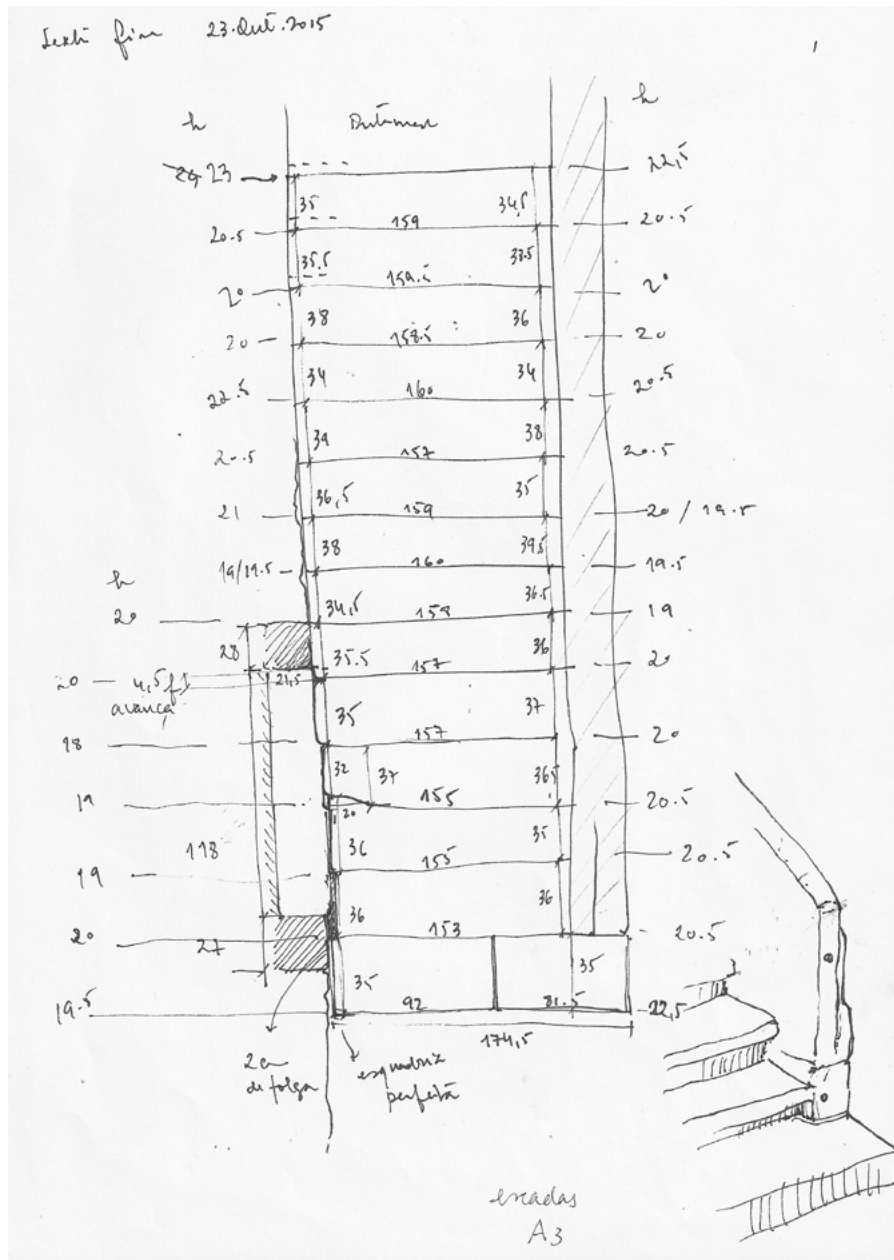
Escadaria oeste, pátio norte



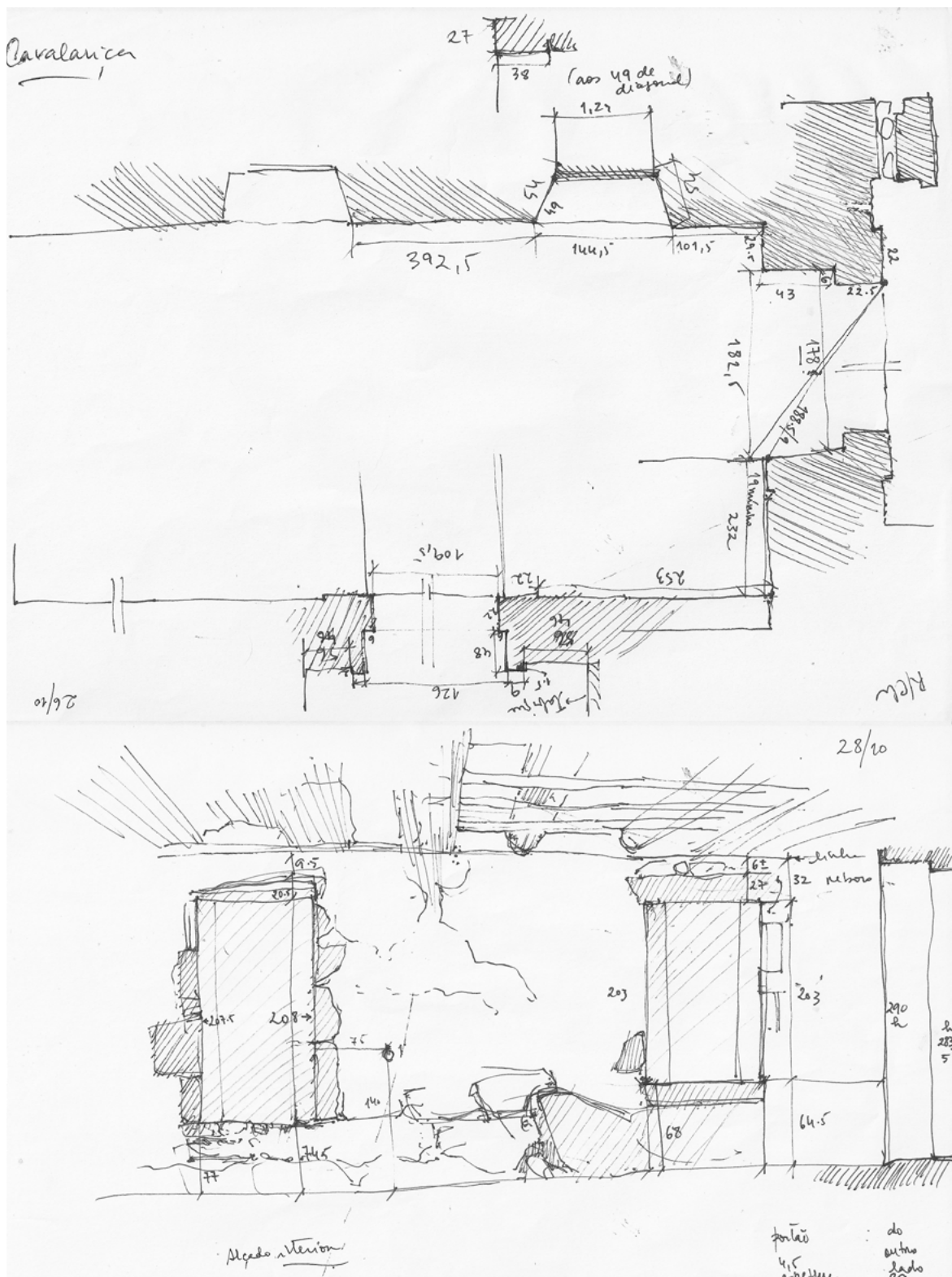








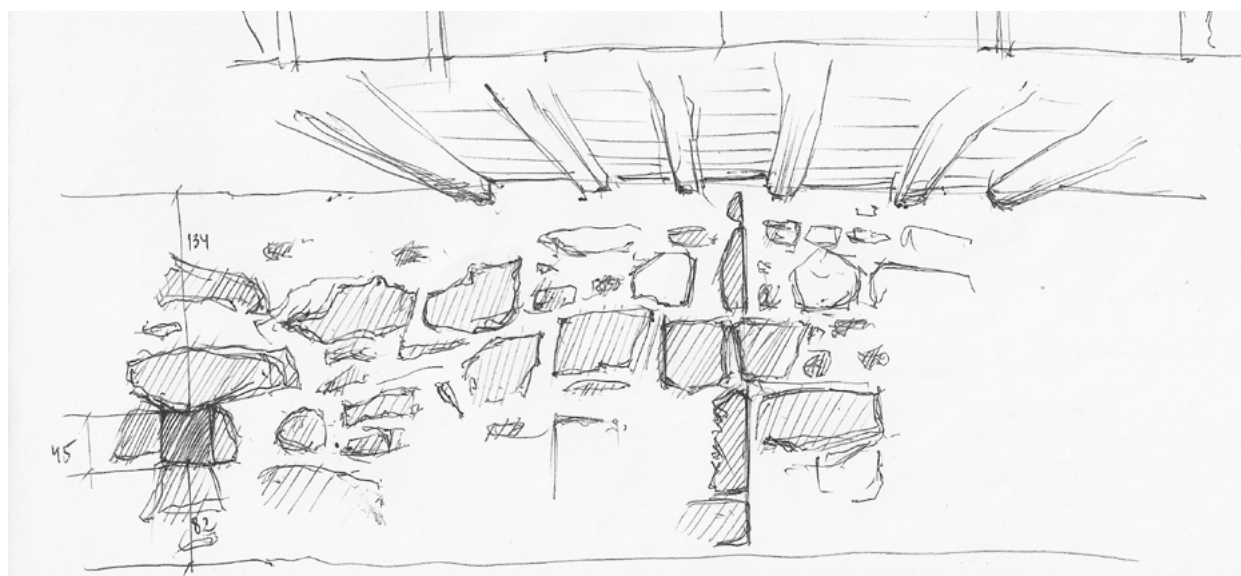
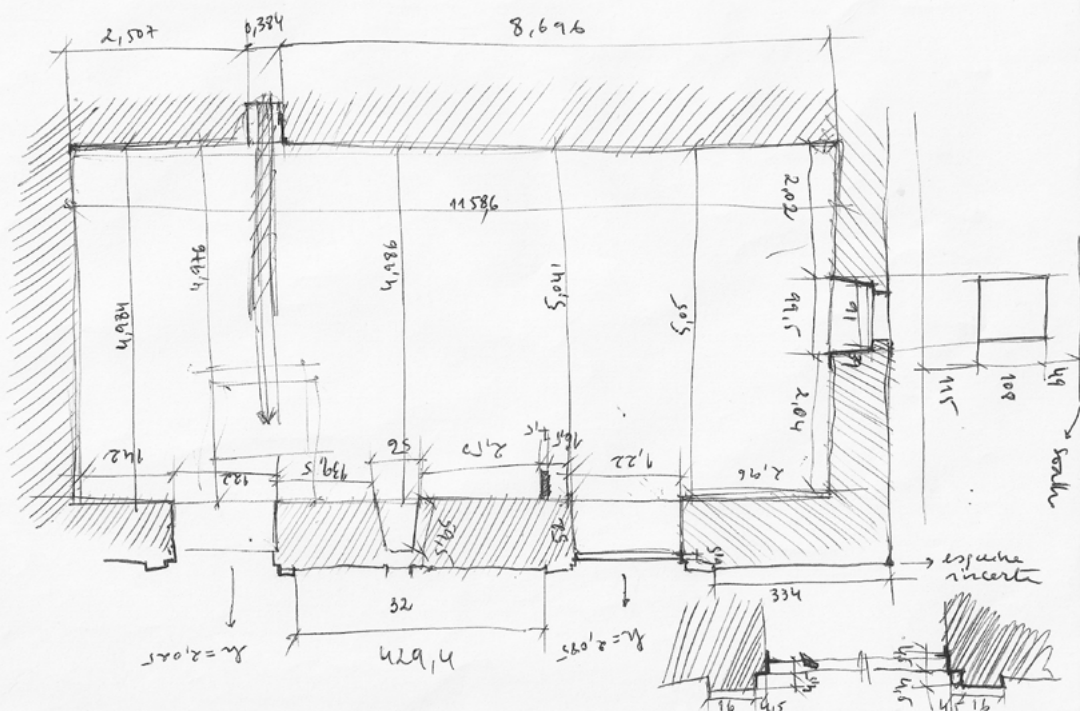
Cavalariça e antigo lagar



Antigo
Lagoa

(aprox
M.T.S.)

este sala já foi prensa/adega, palheiro e
habitação. Hoje alberga as actividades da Associação
M.T.S., que procura a sua reabilitação.



A hand-drawn sketch of a room layout, oriented horizontally. The sketch shows a rectangular room with a doorway on the left wall. The left wall is labeled with a vertical dimension of 5.25. The room contains several pieces of furniture, including a large rectangular table or desk in the center, and several smaller rectangular tables or desks along the top and bottom walls. The furniture is drawn with simple lines and some hatching for shading. The sketch is dated 07 Nov. in the top right corner.

